

Produtos Educativos

Câmpus Charqueadas



Volume I

2026

**Walkiria Helena Cordenonzi
Maria Raquel Caetano
Carolina Mendonça Fernandes de Barros
(Org.)**

PRODUTOS EDUCACIONAIS

CÂMPUS CHARQUEADAS

VOLUME I

2026

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Reitor

Carlos Jesus Anghinoni Correa

Vice-Reitora

Lia Joan Nelson Pachalsk

EDITORIA IFSUL

Editor Executivo

Marcelo Bender Machado

Conselho Editorial

Marcelo Bender Machado (Presidente)

Carla Rosani Silva Fiori

Jean Marcos da Silva

Kal El Basílio Brito

Klaus Boesch

Marcelo Peske Hartwig

Mariana Jantsch de Souza

Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior

Roberta Bermudes dos Santos Silva

Rodrigo Kohn Cardoso

Editora IFSul

Rua Gonçalves Chaves, 3218 – sala 122

96015-560 – Pelotas – RS

Fone: (53) 3026.6094

editoraifsul@ifsul.edu.br

<http://omp.ifsul.edu.br>

Walkiria Helena Cordenonzi
Maria Raquel Caetano
Carolina Mendonça Fernandes de Barros
(Org.)

PRODUTOS

EDUCACIONAIS

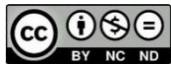
CÂMPUS CHARQUEADAS

VOLUME I



2026

© 2026 Editora IFSul



Este livro está sob a licença Creative Commons (br.creativecommons.org), que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

Coordenação editorial: *Carla Rosani Silva Fiori*

Revisão textual: *Bruno Ramires Zilli*

Capista: *Carolina Mendonça Fernandes de Barros*

Diagramação final: *equipe Editora IFSul*

Este livro segue o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Todas as informações da obra, como as marcas registradas, as logomarcas, as imagens e quaisquer outros conteúdos utilizados, são de responsabilidade das/os autoras/es e/ou organizadoras/es.



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P964 Produtos educacionais [recurso eletrônico] : Câmpus Charqueadas : volume 1 / Walkiria Helena Cordenonzi, Maria Raquel Caetano, Carolina Mendonça Fernandes de Barros (Org.). -- Pelotas : Editora IFSul, 2026.
246 p. : il.

Modo de acesso: <http://omp.ifsul.edu.br/>
ISBN: 978-65-89178-42-2

1. Educação. 2. Educação profissional e tecnológica. 3. Produto educacional. 4. Inovações educacionais. 5. ProfEPT. I. Cordenonzi, Walkiria Helena. II. Caetano, Maria Raquel. III. Barros, Carolina Mendonça Fernandes de.

CDD 370.113

Bibliotecária responsável: Rosana Machado Azambuja - CRB 10/1576

Apresentação da Coletânea

Esta obra apresenta uma coletânea de artigos que sistematizam e socializam produtos educacionais desenvolvidos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) da Instituição Associada de Charqueadas – IFSul. O e-book tem como objetivo central divulgar experiências formativas que articulam teoria e prática, contribuindo para o fortalecimento das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento curricular na EPT.

A coletânea reúne produções que refletem diferentes contextos educativos, tendo como eixo comum a elaboração de **produtos educacionais**, entendidos, neste volume, como artefatos pedagógicos planejados, fundamentados teoricamente e aplicáveis em contextos reais, com potencial de replicação e adaptação. Esses produtos podem assumir diferentes formatos — sequências didáticas, aplicativos, materiais instrucionais, propostas metodológicas, entre outros — e são apresentados ao leitor por meio da descrição de seus fundamentos, do percurso metodológico de construção e aplicação, bem como, sempre que possível, com indicações de acesso (links, repositórios ou orientações de uso).

O público-alvo prioritário desta obra é composto por professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais que atuam na Educação Profissional e

Tecnológica, sem excluir outros interessados em práticas pedagógicas inovadoras. Ao mesmo tempo, busca-se ampliar a utilidade dos materiais aqui apresentados, oferecendo subsídios para que os produtos possam ser adaptados a diferentes realidades educacionais, respeitando as especificidades de cada contexto. Destacando que os produtos educacionais aqui apresentados encontram-se disponíveis na plataforma EduCAPES (<https://educapes.capes.gov.br/>), ampliando seu acesso, uso e possibilidade de adaptação em diferentes contextos educativos. Espera-se, com isso, que essa coletânea não apenas registre experiências, mas também inspire novas práticas, fortalecendo a EPT e os sujeitos que dela fazem parte.

A organização da coletânea seguiu critérios que privilegiam a diversidade temática, a relevância pedagógica e o potencial de aplicação dos produtos educacionais. Os textos foram estruturados de modo a evidenciar não apenas os resultados obtidos, mas também os processos de concepção e implementação, permitindo ao leitor compreender as escolhas didáticas e metodológicas envolvidas.

Por fim, esta coletânea é dedicada, **in memoriam**, à professora Maria Raquel Caetano, cuja trajetória foi marcada pelo compromisso com a Educação Profissional e Tecnológica, pela sensibilidade no ato de educar e pela inspiração que deixou a todos que com ela conviveram. Esta obra se constitui, assim, em uma homenagem do coletivo de professores do PROFEPT da Instituição Associada de Charqueadas – IFSul, como forma de manter viva sua memória e seu legado.

À Maria Raquel Caetano

Raquel foi uma companheira que desde o início do seu trabalho conosco, nos dizia com carinho e incentivo: “não somos uma escolinha”. Sim. Numa instituição que ainda tenta avançar na cultura da pós-graduação, pessoas como a Raquel são fundamentais!

Ela já chegou no IFSul como uma experiência enorme de pesquisa e nos ajudou a alavancar o nosso mestrado do ProfEPT. Era inspiração pura, incentivadora em vários projetos. Publicamos livros, organizamos eventos presenciais, online, criamos o Observatório da EPT, quantos convidados de renome Raquel trouxe ao nosso convívio. Fizemos muitos projetos motivadas/os e sob sua coordenação!

Raquel construiu uma trajetória acadêmica admirável, marcada pelo rigor, pela seriedade e por um compromisso profundo com a educação. Para ela, a produção de conhecimento nunca foi apenas uma exigência da carreira, mas

uma forma de intervir no mundo, de questionar e de transformar. Ainda assim, o que mais marcava sua presença era a maneira como conseguia conciliar sua força intelectual com o otimismo.

Lembramos dos versos de Marina Colasanti, que dizem:

*“A gente se acostuma a morar em
apartamento de fundos e a não ter outra vista
que não seja as janelas ao redor.
E, porque não tem vista, logo se acostuma a
não olhar para fora.
E porque não olha para fora logo se acostuma
a não abrir de todo as cortinas.
E, porque não abre as cortinas, logo se
acostuma acender mais cedo a luz.
E, à medida que se acostuma, esquece o sol,
esquece o ar, esquece a amplidão.
Se acostuma para evitar feridas,
sangramentos, para esquivar-se da faca e da
baioneta, para poupar o peito.
A gente se acostuma para poupar a vida que
aos poucos se gasta e, que gasta, de tanto
acostumar, se perde de si mesma.”*

Raquel não se acostumou. Não se acomodou diante das limitações, nem diante das injustiças. Viveu com intensidade, com inquietação e com propósito.

Que possamos levar conosco essa lição: não nos acostumar com o que diminui a vida, não deixar de abrir as cortinas, de olhar para fora, de buscar a amplidão. É assim que Raquel

À Maria Raquel Caetano

permanece — como inspiração, como presença, como força
que segue nos atravessando.

Ficamos com um imenso vazio no nosso colegiado, no IFSul.

Raquel é insubstituível!

Carolina Barros
Daniela Prates
Douglas Orben
Itamar Hammes
Luciana Loponte
Marta Tessman
Nei Fonseca
Renata Sherer
Walkiria Cordenonzi

CAPÍTULOS

Um breve resumo do que o leitor encontrará neste e-book.

Capítulo 1 – Afonso e Sofia conhecem a consciência de classe

Neste capítulo, os autores apresentam a temática da consciência de classe por meio de uma abordagem educativa, com o objetivo de promover reflexões críticas no contexto formativo. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa contextualizada, articulando trajetória pessoal, fundamentos teóricos e percurso metodológico. Como resultado, destaca-se a construção de um produto educacional voltado à mediação pedagógica desse conceito, evidenciando contribuições para a formação crítica dos estudantes. O produto possibilita sua aplicação em contextos educacionais diversos, podendo ser adaptado a diferentes realidades da EPT.

Capítulo 2 – Utilização de Tecnologias Assistivas em Bibliotecas Escolares no incentivo à leitura para pessoas com deficiência no Instituto Federal Sul-rio-grandense

Neste capítulo, os autores apresentam o uso de tecnologias assistivas em bibliotecas escolares, com o objetivo de incentivar a leitura de pessoas com deficiência no Instituto Federal Sul-rio-grandense. O estudo foi desenvolvido no contexto da inclusão educacional, fundamentando-se na análise das práticas e necessidades desse público. Como

resultado, destaca-se um produto educacional voltado à acessibilidade e ao estímulo à leitura, evidenciando contribuições para práticas inclusivas na EPT. O material pode ser utilizado em bibliotecas e ambientes educacionais, sendo adaptável a diferentes contextos institucionais.

Capítulo 3 – Potencializando a inclusão nas aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado do IFSul

Neste capítulo, os autores apresentam estratégias para potencializar a inclusão nas aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado do IFSul, com o objetivo de promover práticas pedagógicas mais inclusivas. O trabalho foi desenvolvido no contexto da EPT, articulando análise do cenário educacional e construção de intervenções didáticas. Como resultado, destaca-se um produto educacional voltado à inclusão, evidenciando contribuições para a participação efetiva dos estudantes nas atividades. O produto pode ser aplicado em diferentes contextos escolares, com possibilidades de adaptação conforme as necessidades dos alunos.

Capítulo 4 – Guia de Primeiros Socorros para Educação Profissional e Tecnológica

Neste capítulo, os autores apresentam a elaboração de um guia de primeiros socorros voltado à Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de contribuir para a formação em situações de urgência e emergência. O estudo foi desenvolvido a partir da contextualização teórica e da análise da relevância do tema na educação. Como resultado, destaca-se um guia estruturado e validado empiricamente, evidenciando

contribuições para a segurança e a formação prática dos estudantes. O produto pode ser utilizado em diferentes contextos educativos, sendo adaptável às demandas institucionais.

Capítulo 5 – Mapa Virtual Interativo do IFSul Câmpus Novo Hamburgo

Neste capítulo, os autores apresentam o desenvolvimento de um mapa virtual interativo do IFSul Câmpus Novo Hamburgo, com o objetivo de facilitar a orientação e o acesso aos espaços institucionais. O trabalho foi desenvolvido no contexto do Ensino Médio Integrado em Mecatrônica, articulando a importância dos laboratórios e dos ambientes de aprendizagem. Como resultado, destaca-se um produto educacional digital interativo, evidenciando contribuições para a organização e o uso dos espaços pedagógicos. O mapa pode ser aplicado em outras instituições, com adaptações conforme a realidade local.

Capítulo 6 – Ensino Tec Investe: Galeria digital de aprendizagem de Educação Financeira para a EPTNM

Neste capítulo, os autores apresentam a galeria digital Ensino Tec Investe, voltada à aprendizagem de educação financeira na EPT, com o objetivo de promover conhecimentos aplicados à gestão financeira. O estudo foi desenvolvido no contexto da educação profissional, considerando a relevância do tema para a formação dos estudantes. Como resultado, destaca-se um produto educacional digital que organiza conteúdos e

estratégias de aprendizagem, evidenciando contribuições para o desenvolvimento de competências financeiras. O material pode ser utilizado em diferentes contextos educacionais, com possibilidades de adaptação.

Capítulo 7 – Podcast na Educação Básica: Ferramenta Educacional para Professores do PROEJA

Neste capítulo, os autores apresentam o uso de podcast como ferramenta educacional na Educação Básica, com foco na formação de professores do PROEJA. O trabalho foi desenvolvido no contexto da educação de jovens e adultos, articulando tecnologias digitais e práticas pedagógicas. Como resultado, destaca-se um produto educacional em formato de podcast, evidenciando contribuições para a inovação no ensino e na formação docente. O recurso pode ser utilizado em diferentes contextos educativos, sendo adaptável a diversas áreas do conhecimento.

Capítulo 8 – Produtos Educacionais sobre História de Charqueadas

Neste capítulo, os autores apresentam produtos educacionais voltados à história de Charqueadas, com o objetivo de valorizar a memória local e promover a aprendizagem contextualizada. O estudo foi desenvolvido no contexto da EPT, articulando pesquisa histórica e práticas pedagógicas. Como resultado, destacam-se materiais educativos que abordam a história do município, evidenciando contribuições para a identidade cultural e o ensino contextualizado. Os produtos podem ser

utilizados em diferentes níveis de ensino, com possibilidade de adaptação a outras realidades locais.

Capítulo 9 – Guia do estagiário de Técnico em Química

Neste capítulo, os autores apresentam a elaboração de um guia do estagiário para o curso Técnico em Química, com o objetivo de orientar os estudantes em suas atividades de estágio. O trabalho foi desenvolvido a partir da identificação de necessidades formativas e organizacionais do curso. Como resultado, destaca-se um produto educacional estruturado para apoiar o acompanhamento e a realização do estágio, evidenciando contribuições para a formação profissional dos estudantes. O guia pode ser utilizado em diferentes cursos técnicos, com adaptações conforme as especificidades da área.

Capítulo 10 – Sequência de vídeoreportagens em revista digital: a experiência de educação continuada no TJRS

Neste capítulo, os autores apresentam uma sequência de vídeoreportagens em formato de revista digital, com o objetivo de divulgar experiências de educação continuada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O estudo foi desenvolvido no contexto da formação profissional, articulando planejamento, produção e avaliação do produto educacional. Como resultado, destaca-se um material digital interativo, evidenciando contribuições para a comunicação e a formação institucional. O produto pode ser utilizado em diferentes

Resumo dos capítulos

contextos formativos, com possibilidades de adaptação conforme o público-alvo.

Boa Leitura!!

Sumário

1. AFONSO E SOFIA CONHECEM A CONSCIÊNCIA DE CLASSE	22
Introdução	22
A pesquisa contextualizada - Da trajetória do autor ao tema de pesquisa	23
Do referencial teórico	27
Da trajetória metodológica	31
Das sínteses provisórias	36
Produto educacional	38
Considerações Finais	43
Referências	45
2. UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM BIBLIOTECAS ESCOLARES NO INCENTIVO À LEITURA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	47
Introdução	47
Contexto da pesquisa / Justificativa / Resultados	50
Produto educacional	54
Considerações Finais	58
Referências	60

3. POTENCIALIZANDO A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFSUL.....	63
Introdução	63
Contexto da Pesquisa.....	66
Justificativa	67
Produto Educacional.....	70
Avaliação.....	76
Considerações Finais	79
Referências	80
4. GUIA DE PRIMEIROS SOCORROS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	82
Introdução	82
Contextualização da Pesquisa, Justificativa e resultados.....	83
Urgência e Emergência e Primeiros Socorros: Aspectos Conceituais.....	84
Relevância dos Temas para a Educação	86
Resultados da Pesquisa e Implementação do Guia de Primeiros Socorros.....	87
Produto Educacional.....	88
Objetivos do Guia:	89
Estrutura e desenvolvimento do Guia:	90
Avaliação Empírica do Guia de Primeiros Socorros para a EPT	91

Sumário

Avaliação Geral do Conteúdo do Guia	94
Clareza Visual e Organização do Guia.....	95
Avaliação das Ilustrações do Guia	96
Aplicabilidade e Praticidade do Guia para o Público-Alvo	97
Avaliação de Eficácia do Guia para o Público-Alvo	98
Considerações Finais	100
Referências	102
5. MAPA VIRTUAL INTERATIVO DO IFSUL CÂMPUS NOVO HAMBURGO	103
Introdução	103
O Ensino Médio Integrado em Mecatrônica	104
A importância dos laboratórios.	105
Produto educacional.....	107
O mapa Interativo	107
Fase de desenvolvimento.....	110
Fase de implantação.....	116
Fase de resultados	117
Considerações Finais	120
Referências	121
6. ENSINO TEC INVESTE - GALERIA DIGITAL DE APRENDIZAGEM DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A EPTNM	123
Introdução	123

Sumário

Contexto da Pesquisa /Justificativa / Resultados	124
Produto Educacional	133
Considerações Finais	142
Referências	143
7. PODCAST NA EDUCAÇÃO BÁSICA: FERRAMENTA EDUCACIONAL PARA PROFESSORES DO PROEJA	147
Introdução	147
Contexto da Pesquisa.....	149
Produto Educacional	154
Avaliação do Produto Educacional.....	158
Considerações Finais	167
Referências	169
8. PRODUTOS EDUCACIONAIS SOBRE HISTÓRIA DE CHARQUEADAS.....	173
Introdução	173
Contexto da Pesquisa.....	176
Produto Educacional	180
Avaliação do produto educacional.....	185
Impacto pedagógico	187
Considerações Finais	188
Referências	190
9. GUIA DO ESTAGIÁRIO DE TÉCNICO EM QUÍMICA.....	191

Sumário

Introdução	191
Justificativa	192
Produto Educacional	194
Aplicação e avaliação do Produto Educacional	200
Considerações finais	205
Referências	208
10. SEQUÊNCIA DE VIDEORREPORTAGENS EM REVISTA DIGITAL: A	
EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA NO TJRS	209
Introdução	209
Produto Educacional	210
Planejamento do Produto Educacional	217
Resultados alcançados com o produto	221
Aplicação do Produto	222
Considerações Finais	226
Referências	227
PARA ALÉM DAS PÁGINAS	232
AUTORES DA COLETÂNEA	235

1. Afonso e Sofia conhecem a consciência de classe

Gabriel de Castro Tereza
mgabrielct272@gmail.com

Luciana Neves Loponte
lucianaloponte@ifsul.edu.br

Introdução

Os mestrados profissionais foram instituídos no Brasil no ano de 1995, por meio da Portaria nº 47/1995, emitida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A intenção era ofertar uma formação distinta dos mestrados acadêmicos, muito por conta das demandas do mundo do trabalho que vinham surgindo em função das inovações tecnológicas e das transformações socioeconômicas ocorridas na década de 1990 (Leite, 2019).

Sobre os mestrados profissionais ofertados na área do ensino, especificamente, do qual faz parte o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), dentre as exigências para a concessão do título, está a produção de um produto educacional que deve ser validado, registrado e disponibilizado em sistemas de educação de acesso livre, como os repositórios *online*, por exemplo, de modo que possam ser acessados publicamente. Segundo Leite (2019, p.186),

Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos.

Dito isso, o presente texto tem como base a experiência de elaboração, aplicação e validação da animação *Afonso e Sofia conhecem a consciência de classe*, produto educacional fruto da dissertação de mestrado intitulada *Sobre o viver e o sobreviver: sentidos e significados do trabalho para os trabalhadores terceirizados do IFRS - Câmpus Osório*¹. A referida dissertação, escrita pelo primeiro autor deste texto e orientada pela segunda, foi desenvolvida entre os anos de 2022 e 2024, no âmbito do ProfEPT, tendo o *Câmpus Charqueadas* do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) como local de oferta do curso e o *Câmpus Osório* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) como o local de realização da pesquisa.

A pesquisa contextualizada - Da trajetória do autor ao tema de pesquisa

A experiência de estar há poucos minutos de me apresentar aos colegas de curso no início do ano de 2022 me proporcionou um exercício que eu não fazia há alguns anos: o de pensar sobre a minha origem e os pequenos e múltiplos

¹ Local de trabalho do autor.

elementos que a compõem. Naquele momento, ouvindo-os contar sobre suas vivências, que invariavelmente remetiam às suas profissões e às dos pais, ponderei que, dada a desigualdade socioeconômica na qual estamos inseridos, o simples fato de se ter uma profissão pudesse ser considerado um privilégio. Um *ser algo*, em um sentido mais profundo, ao invés de *estar algo*.

Dessa forma, o exercício proposto me levou a concluir algo óbvio para mim, porém muito relevante de ser racionalizado e verbalizado: sou filho de pais que não têm uma profissão, pais que foram e são aquilo que a vida precisou e precisa que sejam. Tempos depois, percebo que iniciar o curso refletindo sobre a centralidade do trabalho em nossas vidas não poderia ter feito mais sentido.

Esse pai e essa mãe pouco frequentaram a escola, mas cientes dos desdobramentos negativos desta falta de oportunidade, puseram-se logo cedo a me falar da importância do estudo. De forma resumida, isso me levou ao ensino superior no IFRS e, pouco tempo depois, a um cargo público na mesma instituição, ainda que minha trajetória profissional tenha se iniciado aos 14 anos de idade, por meio do trabalho braçal e informal. Essa experiência anterior à posse, aliás, foi o suficiente para que, ainda jovem, eu sentisse na pele as contradições da exploração do trabalho e viesse a me reconhecer enquanto parte da classe trabalhadora. Mesmo que eu ainda não soubesse nomeá-la e pensá-la sob a ótica sociológica, a realidade material se impunha de tal maneira que era impossível ignorar.

A intenção de compartilhar este breve relato se dá pela mesma razão pela qual ele foi compartilhado no início da dissertação: para que fique o(a) leitor(a) ciente de que, sem prejuízo ao rigor científico e ético intrínseco ao campo acadêmico, o que se pretendeu com a pesquisa e agora com este texto têm caráter intimamente pessoal. Tratam-se de produções que surgiram não de um sujeito imparcial, mas de um sujeito com determinada trajetória pessoal, profissional e acadêmica, que possui e defende determinada visão de mundo. E foi essa trajetória, que tem o trabalho e a educação como elementos fundamentais, que me levaram ao ProfEPT.

Uma vez imerso neste processo de reconhecimento e autoconhecimento proporcionado pelo choque entre minhas experiências empíricas e o arcabouço teórico do programa, nasceu a proposta desenvolvida na dissertação, cujo tema é a investigação dos sentidos e significados do trabalho para os trabalhadores terceirizados do IFRS - *Câmpus* Osório [1]. Dentro de uma escola que traz consigo uma concepção social tão potente e transformadora, como é característico dos Institutos Federais (IFs), esses trabalhadores terceirizados dividem os mesmos espaços e interagem diariamente com os demais trabalhadores da instituição, como os servidores públicos docentes e técnico-administrativos, desempenhando papéis mutuamente dependentes. Entretanto, estes mesmos terceirizados, que realizam atividades indispensáveis para o funcionamento da instituição, apresentam realidades bastante distintas dos demais trabalhadores quando observamos de perto as características envolvidas em suas condições legais de trabalho e atividades profissionais, que acabam por

impactar suas vidas não só dentro, mas também fora do trabalho.

Desse apanhado, surgiram algumas reflexões e provocações: esses trabalhadores terceirizados, ainda que dentro do IFRS, podem ser considerados trabalhadores precarizados? Seus relatos apontam para uma atuação profissional lúcida ou alienada? Suas concepções de mundo alcançam as contradições presentes em suas vidas? Aliás, como podemos definir um trabalhador precarizado?

Tendo então como objetivo geral compreender, no âmbito do IFRS - *Câmpus* Osório, quais os sentidos e significados do trabalho para os trabalhadores terceirizados, foram definidos alguns objetivos específicos que passaram por identificar, na literatura consonante com as bases conceituais do programa, os conceitos-chave para a exploração do tema e o desenvolvimento da pesquisa e, também, identificar, através das entrevistas com os trabalhadores terceirizados, informações que dissessem respeito à sua consciência de classe, sentimento de reconhecimento no trabalho, percepção de vínculo e pertencimento, situação de saúde, entendimento sobre suas condições enquanto terceirizados, além de elementos pessoais que auxiliassem no desafio de analisar e interpretar suas realidades e visões de mundo.

Do referencial teórico

A pesquisa se fundamentou na perspectiva marxista de que o trabalho é a essência do ser humano. Foram Marx e Engels, ainda no século XIX, que afirmaram que

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (Marx; Engels, 2007, p. 87).

Nesse sentido, Antunes (2006, p. 123) escreve que “é a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas”. Mais adiante, o mesmo autor reforça que

Por meio do trabalho, ocorre uma dupla transformação, uma vez que o ser social que trabalha atua sobre a natureza; desenvolve as potências nela existentes, ao mesmo tempo que ele mesmo se autotransforma. É por meio dessa complexa processualidade que o trabalho humano-social se converte em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana (Antunes, 2018, p. 112).

Dessa forma, abandonamos a ideia de uma natureza dada, inscrita em cada um de nós quase como mágica. Pelo contrário: nós produzimos a nós mesmos. Nossa existência é o produto do nosso trabalho. Para Saviani (2007, p.154), “isso

significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem.” E mais do que isso: não nascemos sabendo fazê-lo. Precisamos aprender a ser homens, precisamos descobrir como produzir nossa própria existência. E Saviani realiza este exercício de contextualização sobre a essência do homem para também nos dizer que, se assumimos que o homem precisa aprender a ser homem, logo, “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.” (Saviani, 2007, p.154).

Para o nosso autor, são dois os elementos preponderantes que alteram esta realidade e criam uma cisão entre trabalho e educação: o desenvolvimento da produção e a apropriação privada da terra. Neste momento da história, surgem como consequência duas classes sociais: a dos proprietários que, por se apropriarem da terra, passam a poder viver do trabalho alheio; e a dos não proprietários, que passam a se submeter aos donos da terra para garantir os meios materiais para sua existência (Saviani, 2007). Dessa forma, podemos dizer que o advento da apropriação privada da terra foi o pontapé inicial no processo de estranhamento e alienação do homem ao seu próprio trabalho, fenômeno que se intensificou com a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo. Por isso Antunes (2006, p.129) vai dizer que

ao invés do trabalho como atividade vital [...] tem-se, na sociedade regida pelo capital, uma forma de objetivação do trabalho. [...] A relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação entre coisas.

Assim, a conclusão do autor é que “como resultante da forma do trabalho na sociedade capitalista temos a desrealização do ser social” (Antunes, 2006, p.126).

Avançando ao século XX, mais especificamente à década de 1980, podemos perceber transformações significativas no mundo do trabalho a nível global. O modelo fordista, baseado na produção em massa e na fragmentação das tarefas, passou a ser gradualmente substituído pelo modelo toyotista, que introduziu a produção flexível, o *just-in-time* e a ideia de trabalhadores polivalentes. Esse novo modelo resultou em maior exploração da força de trabalho, terceirização e precarização das relações trabalhistas, visto que a flexibilização — desmonte — dos direitos trabalhistas tornou-se central para atender às demandas variáveis do mercado, resultando em insegurança e vulnerabilidade para a classe trabalhadora (Antunes, 2006).

Passando ao Brasil recente, Ricardo Antunes chama a atenção para a importância de compreendermos a polissemia do *trabalho* em suas novas formas e configurações. Isso porque, por um lado, quando pensamos em precarização do trabalho, não é difícil chegarmos a exemplos familiares como os trabalhadores de *call center* e *telemarketing*, os trabalhadores das franquias de *fast-food* e os jovens explorados nas redes de hipermercados (Antunes, 2009). Porém, em paralelo aos postos de trabalho “tradicionalmente” precários, estamos presenciando uma onda de precarização intimamente ligada à expansão da *era digital*, que tem contribuído fortemente para a expansão de postos de trabalho intermitentes, pouco estáveis, flexíveis, terceirizados e cada

vez mais desregulamentados. É dessa forte expansão do setor de serviços, aliás, que vai surgir a expressão *trabalhador uberizado*, cunhada por Antunes em razão da *Uber*, possivelmente a plataforma que melhor ilustra o fenômeno da precarização das condições da classe trabalhadora na *era digital* (Antunes, 2018).

Sobre a terceirização, especificamente, o autor considera que esta tem se tornado a modalidade central dentro da estratégia empresarial. Com a oferta de salários menores, menos benefícios, jornadas de trabalho mais extensas e maior insegurança física e psíquica, a terceirização assume cada vez mais um papel de protagonismo no processo de perda de direitos trabalhistas e na corrosão do próprio trabalho (Antunes, 2018). No recorte do serviço público brasileiro, a terceirização foi efetivamente introduzida durante o governo militar que, por meio do Decreto-lei nº 200/1967, promoveu uma reforma administrativa no Estado, sob o argumento de impedir o crescimento excessivo da máquina pública. Apesar disso, foi com a reforma do Estado iniciada em 1995, pela gestão de Fernando Henrique Cardoso, que a privatização e a terceirização assumiram um lugar central no Estado brasileiro, agora com concepções neoliberais (Druck *et al.*, 2018).

Para além dos graves prejuízos que a terceirização gera aos trabalhadores, podemos perceber uma ampliação dessas dimensões quando aplicamos esta dinâmica ao serviço público. Isso porque, para Druck *et al.* (2016, p.18),

A hipótese é de que a terceirização do serviço público no Brasil, além de ser um dos mecanismos mais importantes e eficientes

de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização, é a via que o Estado neoliberal encontrou para pôr fim a um segmento dos trabalhadores, o funcionalismo público, que tem papel crucial para garantir o direito e o acesso aos serviços públicos necessários à sociedade, e sobretudo à classe trabalhadora, impossibilitada de recorrer a esses serviços no mercado.

Como consequência da proliferação dessa modalidade de trabalho, temos a diminuição no número de servidores públicos, assim como sua desvalorização, sob o argumento de uma suposta e não comprovada maior eficiência do setor privado frente ao setor público (Druck *et al.*, 2018). Assim, o que observamos na realidade é que o serviço público vem sendo sistematicamente prejudicado pela falta de investimentos, que passa pelo sucateamento da infraestrutura dos locais de trabalho dos servidores, pela defasagem salarial – com destaque para as áreas da saúde e da educação –, pelas reformas na previdência social e pela própria terceirização (Druck, 2013).

Da trajetória metodológica

Para Minayo (2010), uma característica fundamental do estudo das Ciências Sociais é que o seu próprio objeto é dotado de consciência histórica. Isso significa dizer que não é apenas o pesquisador que é capaz de dar sentido e significado ao seu trabalho, mas todos os envolvidos na pesquisa. E é esse lugar comum compartilhado pelo sujeito e o objeto, que passa pela

cultura, pelo gênero, pela faixa etária, pela religião e diversas outras características que faz da pesquisa social algo tão único, “numa ciência em que o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte da observação.” (Lévy-Strauss, 1975, p.215).

Outro ponto destacado pela autora é que as Ciências Sociais são Intrinsecamente e extrinsecamente ideológicas, pois, ao contrário do que alguns podem argumentar, a ciência está longe de ser neutra. Isso porque toda e qualquer pesquisa passa por uma visão de mundo historicamente construída por parte do pesquisador, que vai desde o seu interesse pelo tema, pela definição dos objetos de estudo, até a adoção de determinado referencial (Minayo, 2010). Por isso, fica reforçada aqui a decisão de compartilhar com o(a) leitor(a) um breve relato pessoal nas páginas iniciais. Feita esta breve contextualização, passamos ao desenho metodológico propriamente dito, em que foi adotado o modelo indicado por Minayo (2010), que divide a construção de uma pesquisa em três etapas: a fase exploratória, o trabalho de campo e a análise e interpretação dos dados.

A fase exploratória consistiu na construção do projeto de pesquisa, período em que importantes passos foram dados, tais como: definição do *trabalho* como elemento central da pesquisa; definição do público-alvo; definição do problema de pesquisa; realização de uma contextualização espacial, temporal e humana envolvendo a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o IFRS e o Câmpus Osório, assim como os

trabalhadores do *Câmpus*²; realização das leituras que nos permitiram construir o referencial teórico; realização das leituras que nos permitiram desenhar a trajetória metodológica julgada mais adequada para dar conta do desafio ao qual nos propusemos; e a construção de uma base para a construção do produto educacional. O trabalho de campo, segunda etapa da pesquisa, teve seu início após a aprovação do projeto de pesquisa pela banca de qualificação do programa e a autorização por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRS. A proposta foi entrevistarmos os trabalhadores terceirizados do IFRS - Câmpus Osório, por considerarmos que, munidos deste instrumento, teríamos condições de adentrar este universo de sentidos e significados dos nossos entrevistados, dada a

possibilidade que tem a fala de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor (Minayo, 2010, p.63-64).

Com isso em vista, fomos a campo entre os dias 16 e 21 de novembro, período em que foram realizadas as entrevistas com 10 trabalhadores, sendo 2 copeiras, 4 serventes de limpeza e 4 vigilantes. O roteiro das entrevistas³ foi dividido em 3 partes, sendo a primeira com informações de identificação pessoal e profissional básicas, a segunda composta por 6

² Elementos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, que foram suprimidos deste texto apenas em razão da adequação ao limite máximo de páginas.

³ Apresentado como um apêndice da dissertação.

perguntas dentro de um bloco denominado *inventário de vida*, e a terceira com 10 perguntas dentro do bloco denominado *trabalho*.

Sobre o perfil dos trabalhadores, vale citar: a maioria possui idade superior a 40 anos – 8 deles – e formação acadêmica que não atinge o ensino médio completo – 7 deles. Entretanto, apresentam sutil elevação da escolaridade se comparados aos seus pais. Apesar de 3 trabalhadores possuírem 1 ano ou menos de vínculo com o Câmpus Osório, no geral, o tempo de trabalho na instituição é longo, de modo que chegamos a mais de 58 anos quando somamos o tempo de trabalho de todos eles, o que nos dá uma média de quase 6 anos de vínculo por trabalhador. Sobre cor/raça e gênero, não houve margem para discussões para além da observação de que a função de vigilância é realizada exclusivamente por figuras masculinas e a função de copeiragem é realizada exclusivamente por figuras femininas, lembrando-nos o quanto determinadas atividades profissionais ainda são marcadas pelo gênero.

Na terceira e última etapa, chamada de análise e interpretação dos dados, Gomes (2010) aponta que o foco está, fundamentalmente, na exploração do conglomerado de opiniões e representações sociais acerca do tema sobre o qual se está investigando. Dessa forma, para a realização da análise e interpretação das falas dos trabalhadores terceirizados, nos sustentamos sobre o método do materialismo histórico-dialético concebido por Marx e Engels, em conjunto com a hermenêutica. De forma resumida: tivemos posta no mundo uma tese sobre o tema, expressa na visão dos trabalhadores;

tivemos no referencial teórico uma visão de mundo que funcionou como uma antítese a esta primeira; e, em cima disso, considerando os contextos materiais e históricos, tecemos nossas sínteses sobre o encontro entre esses dois primeiros.

Do apanhado de relatos que tivemos em resposta às 16 perguntas feitas para cada trabalhador, valem alguns destaques, como: estamos diante de trabalhadores que começaram a trabalhar ainda bem jovens e que demonstraram uma tendência à ausência de lazer. Também apresentaram poucos ou nenhum sonho de vida e, quando apresentaram, revelaram possuir sonhos bastante básicos, o que pode indicar que lhes faltam estas questões básicas em suas vidas. Os trabalhadores ainda demonstraram uma expressiva falta de hábito de leitura e expressaram um sentimento de despolitização, fruto da decepção e da desesperança.

Sobre política, aliás, quando provocados a pensá-la enquanto instrumento de transformação social, os trabalhadores percorreram caminhos que ora passaram pela desilusão, ora passam por resoluções rasas, como é o caso do combate ao espantinho da corrupção sob um viés moral, em que a corrupção não é entendida como um fenômeno que vive em simbiose com o capitalismo, mas sim como um problema de certos indivíduos. Logo, a superação deste fenômeno, na visão dos trabalhadores, não passa por uma proposta de transformação social, mas sim pela substituição dos sujeitos corruptores por indivíduos moralmente mais virtuosos e honestos, pois o problema não é entendido como de ordem coletiva, mas sim individual, numa visão de mundo possivelmente condicionada pelo ideário neoliberal.

Chama atenção também o desconhecimento sobre o conceito de classe trabalhadora e a consequente falta de consciência de classe. Parte dos trabalhadores, quando indagados sobre a primeira coisa que lhes vinha à cabeça ao ouvir o conceito, afirmaram que isso não lhes dizia nada a respeito, o que parece indicar trajetórias de vida marcadas pela ausência deste tipo de discussão. Nesse sentido, a ideologia parece cumprir muito bem o seu papel, de modo que os trabalhadores demonstram não estar cientes da existência de um sistema no qual uma classe é explorada pela outra. Sobre suas condições enquanto terceirizados, temos retratado na fala dos trabalhadores uma realidade em que a relação entre eles e as empresas terceirizadas possui um caráter apenas legal, com ausência de vínculo afetivo e senso de pertencimento, pois é no Câmpus Osório que constroem seus laços.

Das sínteses provisórias

Depois de mais de um ano de pesquisa, chegou o momento em que nos perguntamos novamente: quais os sentidos e significados do trabalho para os trabalhadores terceirizados do IFRS - Câmpus Osório? De forma bastante objetiva, é inegável, após as análises e interpretações, que, para os 10 trabalhadores, o trabalho assume um sentido alienado. Isso porque, em suas falas, é explícito o sentimento do trabalho como obrigação e necessidade, como um meio de pagar as contas e honrar compromissos, de alimentar a família e dar uma vida melhor para os filhos, ou, conforme resumido na fala de dois trabalhadores, como um meio para sobreviver. Não estiveram presentes em seus relatos indícios que apontem para

o trabalho como meio de (auto)realização e (auto)estima, como meio de desenvolvimento de potencialidades, talentos, aptidões e paixões, como forma de expressar criatividade, de superar desafios percebidos no mundo, de transformar a natureza e até mesmo como forma de prazer. Dessa forma, a resposta ao problema de pesquisa se mostrou condizente com o referencial teórico trazido, que aponta para a tendência à alienação e precarização das condições de trabalho dos trabalhadores nesta situação. Além disso, as concepções de educação, de trabalho e de mundo que sustentam os Institutos Federais e, conseqüentemente, o IFRS - Câmpus Osório, ainda que fortemente calcadas na visão de seres humanos enquanto sujeitos integrais, voltadas para a formação de trabalhadores emancipados e conscientes e para a construção de uma sociedade mais justa, não demonstram impedir a existência de trabalho alienado e precarizado debaixo do seu próprio teto, revelando, assim, uma clara contradição. Importante salientar, porém, que não é justo imputar ao IFRS ou a qualquer Câmpus em si essas contradições, visto que, enquanto instituição pública, há uma evidente limitação de autonomia na forma de contratação do pessoal, de modo que cabe aos Institutos Federais apenas cumprir as determinações previstas na legislação vigente. Estamos, portanto, diante de um problema que não deve ser resolvido de forma individual, mas sim de forma estrutural. Todavia, as contradições não deixam de ser simbólicas.

Mas igualmente importante que chegar a estas respostas são também os elementos em torno delas, levantados ao longo da integralidade das entrevistas. Já

sabemos que os trabalhadores vivenciam o trabalho de forma alienada, mas quais elementos presentes em suas histórias de vida e concepções de mundo apontam para isso? Podemos traçar uma espécie de perfil destes trabalhadores? A resposta destes e de outros questionamentos pode ser conferida na íntegra da dissertação, caso o apresentado aqui tenha sido suficiente para despertar o interesse do(a) leitor(a). Por ora, motivados pela razão de existir deste texto, passaremos ao próximo tópico, em que são compartilhadas as experiências envolvendo o produto educacional, pensado para os trabalhadores terceirizados dos Institutos Federais, de forma geral, tendo como norte as sínteses feitas a partir das entrevistas.

Produto educacional

O autor Gabriel Kaplún (2003) entende os produtos/materiais/mensagens educacionais como objetos que facilitam a experiência do aprendizado. Todavia, para ele, estes não devem apenas transmitir uma informação, mas sim facilitar e potencializar o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado dentro de um contexto específico. Com essa perspectiva, elaboramos um vídeo animado intitulado *Afonso e Sofia conhecem a consciência de classe*, com duração aproximada de 8 minutos. Como o nome sugere, o tema central da animação é a consciência de classe, mas nela também tentamos abordar, de forma geral, outros pontos que se mostraram objeto de desconhecimento ou dúvidas por parte dos trabalhadores terceirizados que participaram das entrevistas.

Na elaboração do vídeo animado, buscamos contemplar os três eixos indicados por Kaplún (2003) para a produção deste tipo de material. Em primeiro lugar, temos o eixo conceitual, em que o autor aponta para a necessidade de se conhecer o assunto que está sendo tratado, a necessidade de conhecer os sujeitos aos quais o material está destinado e o contexto no qual estes estão inseridos. Uma vez seguro desses pontos elencados, é preciso também definir com bastante clareza quais serão as ideias centrais abordadas no material. Nesse sentido, acreditamos que o esforço empreendido na construção do referencial teórico e na análise e interpretação das entrevistas realizadas com os trabalhadores nos tenha permitido contemplar este primeiro eixo de forma satisfatória, visto que articular estes elementos foi o que guiou a escolha da consciência de classe como tema central.

Já em segundo lugar temos o eixo pedagógico, que, para o autor, é por onde estabelecemos o caminho que será percorrido pelo destinatário do material. Este eixo se liga diretamente ao primeiro, na medida em que, para escolher como construir este caminho, é preciso compreender como o público-alvo do material significa o tema em questão (Kaplún, 2003). Em nosso caso, o processo de escrita do roteiro do vídeo⁴ e de criação da história a ser contada aos trabalhadores foi o meio pelo qual se buscou contemplar este eixo, ao passo que a intenção por trás do texto foi criar algo simples e que fizesse sentido diante das suas realidades, mas que também fosse

⁴ Apresentado como um apêndice da dissertação.

capaz de transmitir a mensagem desejada e despertar o interesse sobre o assunto.

Por último, temos o eixo comunicacional, que diz respeito à forma como este material é entregue ao público-alvo (Kaplún, 2003). Em nosso produto, a escolha pelo formato da animação foi feita na intenção de tentar torná-lo mais acessível a um público que tem a baixa escolarização como uma característica marcante. A estética mais lúdica e o tempo de duração não tão longo também foram elementos pensados para tentar reter a atenção dos espectadores durante a reprodução do material. Uma vez elaborado, o vídeo foi aplicado aos trabalhadores terceirizados entre os dias 04 e 11 de abril de 2024. Dos 10 trabalhadores que participaram das entrevistas, 9 conseguiram assistir à animação e responder ao questionário de validação do produto educacional⁵. A decisão de aplicar um questionário em vez de realizar novas entrevistas ocorreu principalmente pelo curto período disponível, já que, além das entrevistas em si, essa escolha demandaria um novo período para transcrições, análises e interpretações das falas dos trabalhadores.

Para a construção deste instrumento de validação, tivemos como base a proposta de avaliação coletiva de Leite (2018), que nos apresenta cinco componentes, em que cada um traz uma série de questionamentos a serem feitos ao público-alvo, buscando auxiliar o pesquisador acerca da necessidade ou não de alterações no produto. Os cinco componentes indicados pela autora e observados no

⁵ Também apresentado como um apêndice da dissertação.

questionário foram: a) *atração*, que visa compreender se os integrantes do público-alvo gostaram ou não do material e se eles mudariam algo, por exemplo; b) *compreensão*, que visa compreender se os integrantes do público-alvo entenderam do que se trata o material e identificaram a mensagem transmitida; c) *envolvimento*, que visa compreender se os integrantes do público-alvo reconheceram o material como sendo destinado a eles; d) *aceitação*, que visa compreender se os integrantes do público-alvo consideraram o conteúdo e a mensagem adequadas ou até mesmo ofensivas e preconceituosas e; e) *mudança de ação*, que visa compreender se os integrantes do público-alvo passaram por alguma mudança de olhar ou atitude após o contato com o material.

No ato da validação, tivemos duas dinâmicas diferentes: de um lado, 4 trabalhadores assistiram à animação no próprio Câmpus, na presença do pesquisador, e responderam ao questionário logo na sequência. Do outro lado, 5 trabalhadores escolheram assistir à animação em casa e retornaram com o questionário respondido no dia seguinte. Em todos os casos, independentemente da dinâmica da coleta, cada um dos trabalhadores recebeu o *link* de acesso à animação em seus telefones⁶, o que não só lhes permitiu/permitirá reassistir ao vídeo a qualquer momento como compartilhar o produto com outras pessoas, caso venham a desejar.

Na pergunta nº 1 do questionário, todos os 9 trabalhadores responderam que gostaram da animação. Esta unanimidade nas respostas se repetiu mais algumas vezes: na

⁶ Que na ocasião, ainda anterior a publicação, encontrava-se salva em nuvem, configurada para permitir o acesso de qualquer pessoa que possuísse o *link*.

pergunta nº 5, todos apontaram considerar a linguagem da animação adequada e respeitosa; na pergunta nº 6, todos apontaram que o tempo de duração da animação estava adequado; já na pergunta nº 8, todos responderam que não mudariam nada na animação.

Na pergunta nº 2, 8 trabalhadores apontaram que entenderam a mensagem transmitida pela animação, enquanto 1 apontou não conseguir opinar. Na pergunta nº 4, 6 trabalhadores apontaram considerar que a animação foi pensada para os trabalhadores terceirizados dos Institutos Federais, enquanto 1 apontou não conseguir opinar e outros 2 apontaram não considerar que os trabalhadores terceirizados dos Institutos Federais eram o público-alvo da animação. Na pergunta nº 7, 8 trabalhadores apontaram que passaram a compreender melhor o conceito de *classe trabalhadora* após assistirem à animação, enquanto 1 apontou não conseguir opinar.

De todas as 9 perguntas, a nº 3 foi pensada para ser talvez a mais relevante, pois questionou diretamente os trabalhadores sobre o tema principal da animação, sem dar a possibilidade de eles marcarem que não conseguiram opinar. Nesta pergunta, 6 trabalhadores apontaram corretamente que o tema do produto era *a importância da consciência de classe para a classe trabalhadora*, enquanto 2 trabalhadores apontaram equivocadamente que *os trabalhadores com maiores salários não faziam parte da classe trabalhadora*. Um último trabalhador entregou a questão em branco. Por fim, na pergunta nº 9, 4 trabalhadores não realizaram comentários sobre a animação, enquanto os 5 que realizaram fizeram

apontamentos positivos, elogiando a criatividade e considerando que o vídeo foi simples de entender, foi bem explicado e sanou algumas dúvidas. Destaque para o relato do trabalhador que escreveu ter gostado do conteúdo da animação porque faz parte da classe trabalhadora e que luta por melhores condições de trabalho e pela dignidade de uma remuneração justa.

Findada esta última etapa, o entendimento foi de que o produto pode ser considerado validado, porém com algumas ressalvas. A primeira delas é que resultados mais sólidos demandam a aplicação e validação com um público maior, o que pode ser feito por outros pesquisadores e pesquisadoras. O segundo é que, na medida do possível, seria interessante adotar a entrevista como instrumento de validação, pois, como ficou claro na própria pesquisa, o processo de análise e interpretação das falas tem o potencial de ser muito frutífero.

Considerações Finais

Fazer parte do ProfEPT foi uma experiência engrandecedora. Vale exaltar aqui a proposta de um programa de mestrado pensado para estudantes-trabalhadores, que possui uma base teórica não somente rica, mas extremamente necessária em tempos de ataque à educação pública e precarização do trabalho. Temos, ainda, a figura dos produtos educacionais, que potencializam o retorno das instituições de ensino para a sociedade, contribuindo para a tão desejada práxis no mundo acadêmico.

Diante de todo o exposto, nos orgulha muito o processo envolvido na concepção de nosso produto educacional. Consideramos que o resultado da animação foi bastante satisfatório dentro daquilo que estava ao nosso alcance em termos de tempo e recursos financeiros. No texto do roteiro, ao mesmo tempo em que buscamos evitar passar uma impressão que pudesse afastar os espectadores logo de cara⁷, não nos eximimos de enviar uma mensagem claramente politizada, que, afastando qualquer espantalho, busca promover identificação e reflexão por meio da realidade material.

Uma vez aplicado e validado com o nosso pequeno grupo, o vídeo animado está agora disponível para ser reproduzido para públicos maiores, como os trabalhadores terceirizados dos demais Institutos Federais espalhados pelo Brasil, assim como para qualquer pessoa interessada na temática, visto que seu acesso se dá de forma pública por meio do Portal eduCAPES. E, ainda que não seja essa a razão de sua existência, esperamos também que, como numa espécie de objetivo secundário despretenso, ele possa vir a se constituir como um objeto mais acessível que a dissertação, facilitando o acesso à discussão proposta e ajudando, assim, a tornar a divulgação do conhecimento acadêmico um pouco mais plural e democrático. Com sorte, a animação poderá vir a servir como porta de entrada para a leitura da dissertação por parte de pessoas que, talvez, não a fizessem sem este primeiro contato.

⁷ Evitando palavras como *esquerda* e *direita*, por exemplo, e outras expressões que na última década se tornaram popularmente estigmatizadas e que, por isso, poderiam causar uma aversão imediata.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

DRUCK, Graça. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 15-43, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/ZzrBrfck75czCSqYzjjhRgk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2023.

DRUCK, Graça *et al.* A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. *In*: CAMPOS, André Gambier (org.). **Terceirização do trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília, DF: Ipea, 2018. p. 113-141. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8258>. Acesso em: 05 jun. 2023.

DRUCK, Graça. A terceirização no setor público e a proposta de liberalização da terceirização pelo PL nº 4.330. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 291, p. 11-13, out. 2013. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/portal/jornal.php>. Acesso em: 05 jun. 2023.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 79-108.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Aula inaugural. *In*: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 211-244.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-29.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 fev. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003.

Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 05 jan. 2025.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em mestrados profissionais na área de ensino.

Campo Abierto, Badajoz, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. Disponível em: https://dehesa.unex.es:8443/bitstream/10662/10066/1/0213-9529_38_2_185.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

2. Utilização de Tecnologias Assistivas em Bibliotecas Escolares no incentivo à leitura para pessoas com deficiência no Instituto Federal Sul-rio-grandense

Vivian Iracema Marques Ritta

vivianritta@ifsul.edu.br

Renata Porcher Scherer

renatascherer@ifsul.edu.br

Introdução

As desigualdades no acesso aos direitos humanos e sociais têm sido uma constante ao longo da história, revelando-se em diversos contextos e perpetuando exclusões estruturais. Entre os grupos que enfrentam desafios mais evidentes na busca por equidade, destacam-se as pessoas com deficiência. Elas encontram barreiras que vão além do físico, incluindo limitações no acesso à informação, à cultura e à educação. No Brasil, essas questões têm motivado esforços legislativos, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), instituída pela Lei nº 13.146/2015, que reconhece o direito à acessibilidade e à inclusão como pilares para garantir a participação plena desses cidadãos na sociedade.

Nesse cenário, as bibliotecas escolares ocupam uma posição estratégica. Por serem ambientes dedicados à disseminação da leitura, à educação e à cultura, essas instituições têm o potencial de promover a equidade no acesso ao conhecimento. Contudo, como observam autores como Sassaki (2009), a acessibilidade exige mais do que infraestrutura; ela demanda a eliminação de barreiras atitudinais, metodológicas e programáticas que frequentemente restringem a plena participação das pessoas com deficiência. É nesse contexto que as Tecnologias Assistivas (TA) surgem como ferramentas indispensáveis, capazes de transformar a experiência de leitura e de aprendizado.

O bibliotecário, por sua vez, assume o papel de mediador essencial nesse processo. Sua atuação vai além da organização do acervo e da promoção de atividades culturais, pois inclui a integração de recursos assistivos e o incentivo à leitura inclusiva.

Segundo Madeira (2014), o bibliotecário moderno transcende a mediação tradicional da informação, adotando funções pedagógicas e colaborando com educadores na construção de práticas mais inclusivas. A inclusão educacional, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), exige esse olhar interdisciplinar, abrangendo tanto o desenvolvimento pessoal quanto a preparação para o mundo do trabalho.

A presente pesquisa insere-se nessa discussão ao investigar como as Tecnologias Assistivas podem ser utilizadas

em bibliotecas escolares para incentivar a leitura e promover a inclusão de pessoas com deficiência no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Sob uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários junto aos bibliotecários da instituição, buscando mapear os recursos disponíveis e compreender as estratégias empregadas. Além disso, a análise discursiva dos dados permitiu identificar padrões e significados atribuídos pelos profissionais às suas práticas e aos desafios enfrentados.

Os resultados desta investigação apontaram para a necessidade de práticas mais sistematizadas e de uma maior formação dos profissionais em relação às tecnologias assistivas. Observou-se que, embora muitos bibliotecários do IFSul demonstrem familiaridade com ferramentas como leitores de tela e audiobooks, o uso regular desses recursos ainda enfrenta limitações, especialmente pela falta de treinamento e de infraestrutura adequada. Como destacam Galvão Filho e Damasceno (2008), a integração efetiva das Tecnologias Assistivas exige não apenas o acesso aos dispositivos, mas também uma mudança cultural que promova a inclusão como valor central nas práticas pedagógicas e institucionais.

Com base nessas constatações, foi desenvolvido um produto educacional que sintetiza as melhores práticas para o uso de Tecnologias Assistivas no ambiente das bibliotecas escolares. Este guia tem como objetivo oferecer suporte aos bibliotecários, fornecendo orientações práticas para a promoção da leitura inclusiva e a utilização de recursos acessíveis. O material, intitulado "Bibliotecário Inclusivo: Guia

de Tecnologias Assistivas (TA) para Estimular a Leitura para as Pessoas com Deficiência (PcD)", está detalhado neste PDF e representa um passo significativo para a consolidação de políticas educacionais inclusivas no âmbito do IFSul.

A proposta deste produto educacional alinha-se aos princípios do Desenho Universal, conforme descrito por Ferrés (2008), promovendo espaços mais democráticos e acessíveis a todos. Ao unir teoria e prática, este trabalho contribui para o avanço do conhecimento na área da inclusão educacional e serve como uma ferramenta de apoio para bibliotecários que desejam transformar suas bibliotecas em ambientes verdadeiramente inclusivos.

Contexto da pesquisa / Justificativa / Resultados

A inclusão educacional tem sido uma pauta cada vez mais presente em discussões sociais e acadêmicas, especialmente em um país como o Brasil, cuja diversidade cultural e social reflete a complexidade de atender adequadamente às demandas de todos os cidadãos. No entanto, o processo de inclusão de pessoas com deficiência (PcD) ainda enfrenta inúmeros desafios no ambiente escolar. Esses desafios vão além das questões estruturais, envolvendo barreiras atitudinais, culturais e pedagógicas que limitam o acesso e a permanência desses indivíduos nos sistemas educacionais, conforme ressaltado por Pletsch (2020).

Entre os espaços escolares, as bibliotecas ocupam um papel estratégico na promoção da inclusão, oferecendo acesso ao conhecimento, à cultura e à leitura. Contudo, estudos

indicam que as bibliotecas, tanto físicas quanto digitais, ainda apresentam limitações significativas no atendimento a pessoas com deficiência. Sassaki (2009) destaca que a acessibilidade não pode ser vista apenas como uma adequação do espaço físico, mas como uma transformação profunda que abarca dimensões arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e metodológicas.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), enquanto instituição de referência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tem o desafio de incorporar práticas inclusivas em todas as suas dimensões, incluindo os serviços oferecidos em suas bibliotecas escolares. A EPT tem como objetivo principal integrar a formação acadêmica e técnica dos estudantes, promovendo uma educação que vai além da preparação para o mercado de trabalho, buscando formar cidadãos críticos, autônomos e socialmente engajados (Manica e Caliman, 2015). Nesse contexto, a inclusão de estudantes com deficiência emerge como uma prioridade, demandando esforços institucionais para superar lacunas históricas e promover a equidade.

As bibliotecas escolares do IFSul têm um papel crucial nesse processo, pois são espaços que articulam práticas pedagógicas, tecnológicas e culturais. Entretanto, como revelam os dados apresentados nesta pesquisa, a integração das Tecnologias Assistivas (TA) ainda está em um estágio inicial, e muitos desafios precisam ser superados para que esses espaços se tornem verdadeiramente inclusivos e acessíveis.

Esta pesquisa se justifica, primeiramente, pela urgência de ampliar o debate sobre o papel das bibliotecas escolares na promoção da inclusão educacional. Embora as Tecnologias Assistivas sejam amplamente reconhecidas como ferramentas essenciais para a democratização do acesso à informação, sua implementação prática nas bibliotecas brasileiras enfrenta barreiras significativas.

O estudo realizado no IFSul busca preencher uma lacuna existente na literatura e na prática profissional, ao analisar como as bibliotecas escolares podem utilizar recursos de TA para estimular a leitura e promover a inclusão de PcD. Segundo Galvão Filho (2013), a Tecnologia Assistiva é uma mediação fundamental que neutraliza barreiras, permitindo que indivíduos com deficiência participem ativamente do processo de aprendizado. Contudo, essa potencialidade só se realiza plenamente quando há uma integração efetiva entre as ferramentas tecnológicas, os profissionais envolvidos e as políticas institucionais.

Além disso, a pesquisa contribui diretamente para o fortalecimento de políticas públicas educacionais. No Brasil, documentos como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) reforçam a necessidade de garantir acesso igualitário à educação. No entanto, como alertam Madeira (2014) e Sassaki (2009), a efetividade dessas legislações depende da capacidade de instituições como o IFSul de traduzir esses princípios em práticas concretas.

Outro aspecto que justifica esta pesquisa é o seu caráter aplicado. Além de mapear o uso das Tecnologias Assistivas nas bibliotecas do IFSul, o estudo propõe um produto educacional que visa orientar os bibliotecários na implementação de práticas inclusivas. Este guia, intitulado "Bibliotecário Inclusivo: Guia de Tecnologias Assistivas (TA) para Estimular a Leitura para PcD", busca suprir a carência de materiais práticos voltados para a capacitação de profissionais da área.

A pesquisa revelou um panorama complexo, mas cheio de possibilidades, em relação à utilização de Tecnologias Assistivas nas bibliotecas escolares do IFSul.

Os bibliotecários do IFSul demonstraram um conhecimento inicial sobre algumas

Tecnologias assistivas, como leitores de tela, audiobooks e softwares de tradução para LIBRAS. Esses recursos foram reconhecidos como facilitadores fundamentais para o acesso à leitura e à informação por estudantes com deficiência. Como destacado por Galvão Filho e Damasceno (2008), essas tecnologias atuam como pontes entre as barreiras impostas pela deficiência e o pleno acesso ao conhecimento.

Apesar do conhecimento sobre as ferramentas, os bibliotecários apontaram várias dificuldades, como:

Falta de formação continuada: muitos profissionais relataram sentir-se despreparados para utilizar plenamente os recursos tecnológicos disponíveis.

Infraestrutura insuficiente: algumas bibliotecas carecem de equipamentos básicos, como impressoras braille e mouses adaptados, além de espaços arquitetonicamente acessíveis.

Baixa utilização das bibliotecas por PcD: A maioria dos estudantes com deficiência usa as bibliotecas apenas ocasionalmente, indicando uma necessidade de estratégias mais proativas para engajar esse público.

Os bibliotecários reconheceram seu papel como agentes de inclusão, mas ressaltaram a necessidade de maior apoio institucional para que possam desempenhar suas funções de maneira mais eficaz. Madeira (2014) enfatiza que o bibliotecário moderno precisa transcender a mediação técnica, adotando uma postura pedagógica e colaborativa.

Os resultados desta pesquisa destacam a importância de uma abordagem sistêmica para a inclusão nas bibliotecas escolares. Ao mapear os desafios e propor soluções práticas, o estudo contribui para o avanço das políticas educacionais e para a construção de uma sociedade mais equitativa. O desenvolvimento do guia "Bibliotecário Inclusivo" simboliza um passo significativo nesse processo, oferecendo ferramentas concretas para transformar a teoria da inclusão em uma prática efetiva e transformadora.

Produto educacional

Com base nos resultados da pesquisa, foi desenvolvido o guia "Bibliotecário Inclusivo", que apresenta orientações

práticas para o uso de Tecnologias Assistivas nas bibliotecas escolares. O guia inclui:

Diretrizes para a implementação de recursos de TA, com foco em leitores de tela, audiobooks e ferramentas de conversão para LIBRAS.

Estratégias para engajamento de estudantes com deficiência, incluindo sessões personalizadas e parcerias com educadores especializados.

Princípios do Desenho Universal, conforme descrito por Ferrés (2008), para tornar os espaços bibliotecários mais acessíveis e acolhedores.

Este produto educacional busca não apenas capacitar os bibliotecários, mas também criar uma cultura institucional de valorização da inclusão. Ele representa um marco no esforço de transformar as bibliotecas do IFSul em ambientes verdadeiramente democráticos e acessíveis.

O produto educacional intitulado "Guia de Tecnologias Assistivas para Estimular a Leitura para Pessoas com Deficiência" foi concebido para capacitar bibliotecários no uso de ferramentas e práticas acessíveis que promovam a inclusão no contexto das bibliotecas escolares. A iniciativa surge a partir da necessidade de atender às demandas da Educação Profissional e Tecnológica, assegurando o direito de todos os estudantes à leitura e ao acesso equitativo à informação.

O objetivo principal do guia é proporcionar aos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal Sul-rio-grandense (SiBIFSul) subsídios técnicos e práticos que

os capacitem a utilizar Tecnologias Assistivas (TAs) em suas rotinas. Esses recursos são fundamentais para facilitar o acesso ao acervo, estimular a leitura e promover a inclusão efetiva de estudantes com deficiência no ambiente educacional.

Além disso, o guia reforça o papel transformador dos bibliotecários como mediadores de acesso à informação e como agentes fundamentais no processo de inclusão.

O "Guia de Tecnologias Assistivas para Estimular a Leitura para Pessoas com Deficiência" é um material educativo que aborda de forma abrangente os conceitos, aplicações e benefícios das TAs no contexto das bibliotecas escolares. Ele está dividido em seis seções principais, organizadas de maneira didática e acessível:

Apresentação: Introduz o guia, destacando a importância da acessibilidade e da inclusão no ambiente escolar. Enfatiza o papel das bibliotecas como espaços democráticos e Inclusivos.

O que são Tecnologias Assistivas?: Define e contextualiza as TAs, destacando sua evolução histórica e seu impacto no acesso à leitura e informação para pessoas com deficiência.

Ferramentas gratuitas de tecnologia assistiva: apresenta soluções acessíveis, como leitores de tela, softwares de ampliação de texto e conversores de texto para áudio. Inclui uma lista de ferramentas recomendadas que podem ser adotadas de forma imediata nas bibliotecas.

Formatos acessíveis: explica a importância de oferecer materiais em formatos diversos, como Braille, livros em áudio e textos com fontes ampliadas, para atender às necessidades específicas dos usuários.

Acervos Acessíveis: orienta sobre como organizar e disponibilizar o acervo de forma acessível, promovendo a inclusão de todos os públicos. Destaca bibliotecas digitais e práticas para ampliar o acesso ao conhecimento.

Considerações Finais: Reflexão sobre a importância das TAs na promoção da inclusão e sobre o papel essencial do bibliotecário como facilitador desse processo.

O guia é apresentado em um formato visualmente acessível, seguindo diretrizes de design universal. Entre as características, destacam-se o uso de fontes sem serifa, contraste adequado entre texto e fundo, e hiperlinks para navegação interna e acesso a recursos externos. Esses elementos foram cuidadosamente planejados para garantir uma experiência positiva e inclusiva para todos os leitores.

A validação do guia foi conduzida por meio de uma pesquisa com bibliotecários do SiBIFSul, contando com a participação de 15 profissionais. O processo foi estruturado em duas etapas principais:

Aplicação de questionário: um questionário online foi elaborado no Google Forms, abordando três dimensões principais: conceitual, pedagógica e comunicacional. Os bibliotecários avaliaram itens como organização do

conteúdo, relevância das informações e clareza na apresentação.

Análise das Respostas: os dados coletados indicaram uma recepção amplamente positiva. Todos os participantes consideraram o guia útil para promover a inclusão no contexto das bibliotecas escolares. Aspectos como clareza, estrutura e aplicabilidade prática foram especialmente elogiados.

As respostas incluíram comentários qualitativos que reforçaram a importância do material. Um dos participantes destacou que o guia possui "excelente conteúdo, muito explicativo e de fácil entendimento". Além disso, foi sugerida a realização de atualizações periódicas, garantindo a manutenção da relevância e da atualidade das informações apresentadas.

Essa validação demonstra que o produto educacional alcançou seu objetivo de proporcionar aos bibliotecários um recurso prático e acessível, capaz de orientar a implementação de práticas inclusivas nas bibliotecas escolares. Também reforça a necessidade de continuidade desse tipo de iniciativa, promovendo a inclusão de forma consistente e abrangente.

Considerações Finais

O presente trabalho destaca a importância de repensar o papel das bibliotecas escolares como agentes de inclusão educacional. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essas instituições têm um potencial significativo para promover a

equidade e garantir o acesso à leitura e ao conhecimento para estudantes com deficiência. Contudo, como evidenciado nesta pesquisa, a efetivação desse potencial depende de uma abordagem integrada que inclua a utilização de Tecnologias Assistivas (TA), a formação contínua de bibliotecários e o desenvolvimento de uma cultura inclusiva.

O produto educacional "Bibliotecário Inclusivo: Guia de Tecnologias Assistivas (TA) para Estimular a Leitura para Pessoas com Deficiência" é uma resposta direta às demandas identificadas durante o estudo. Ele fornece um conjunto de orientações práticas e fundamentadas para que os bibliotecários escolares possam transformar suas práticas e criar ambientes mais acessíveis e acolhedores. Desde a introdução aos conceitos de inclusão e acessibilidade até a apresentação detalhada das tecnologias e estratégias aplicáveis, o guia representa um avanço significativo na promoção de uma educação mais equitativa.

Os resultados obtidos com a aplicação piloto e a validação do guia demonstram sua relevância e eficácia. O aumento na frequência de estudantes com deficiência nas bibliotecas participantes, aliado à percepção positiva dos bibliotecários e dos próprios estudantes, confirma que a inclusão não é apenas uma meta teórica, mas um objetivo alcançável com esforços bem direcionados.

Este trabalho reafirma a necessidade de investimentos contínuos na formação profissional, na aquisição de recursos de TA e na sensibilização de toda a comunidade escolar. Somente com um esforço coletivo será possível superar as

barreiras que ainda limitam a inclusão educacional e garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário às oportunidades oferecidas pelo sistema educacional.

Embora os resultados desta pesquisa sejam promissores, ainda há desafios a serem enfrentados. Recomenda-se que futuras investigações explorem:

- A ampliação do escopo do guia para outras modalidades de ensino e contextos educacionais.
- O impacto de longo prazo da implementação de Tecnologias Assistivas nas bibliotecas escolares.
- A inclusão de novas tecnologias emergentes no campo da acessibilidade, como inteligência artificial e realidade aumentada.

Além disso, é fundamental que as instituições de ensino continuem promovendo o diálogo entre educadores, bibliotecários, gestores e estudantes para assegurar que a inclusão seja um processo dinâmico e em constante evolução.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FERRÉS, S. P. Acessibilidade física. *In*: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2008. p. 21-32.

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de tecnologia assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013.

MADEIRA, M. A. O papel do bibliotecário no século XXI: da mediação técnica à mediação pedagógica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10, n. 2, p. 24-35, 2014.

MANICA, D.; CALIMAN, G. A educação profissional e tecnológica na perspectiva inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 4, n. 1, p. 56-64, 2015.

PLETSCH, M. D. Inclusão digital e acessibilidade: desafios da educação contemporânea. **Revista Docência e Ciberultura**, v. 4, n. 1, p. 13-23, 2020.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SALTON, L. Tecnologias assistivas como facilitadoras da inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 3, p. 456-472, 2017.

3. Potencializando a inclusão nas aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado do IFSul

Fernanda Mauren Machado

fmauren37@gmail.com

Renata Porcher Scherer

renatascherer@ifsul.edu.br

Introdução

A educação constitui-se como um direito social que deve ser assegurado a todas as pessoas. A Constituição Federal de 1988 apregoa que é dever do Estado a garantia de um sistema educacional gratuito dos 4 aos 17 anos de idade (Brasil, 2016a). Todavia, dados do Censo 2023 publicados revelam que 8,8 milhões de brasileiros não terminaram o Ensino Médio e não frequentam nenhuma instituição de Educação Básica. As pessoas com deficiência (PcD) enfrentam desafios maiores para o acesso ao direito à educação. Conforme dados divulgados pelo IBGE no terceiro trimestre de 2022, enquanto a taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de 19,5%, entre as pessoas sem deficiência essa taxa foi de 4,1%. Com relação à conclusão do Ensino Médio, os dados nos chamam a atenção, pois apenas 25,6% das pessoas com deficiência no período indicado tinham concluído essa etapa da Educação Básica, enquanto 57,3% das pessoas sem deficiência tinham esse nível de instrução (Gomes, 2023).

Tais dados apontam para a necessidade de um olhar investigativo sobre como estamos organizando o trabalho pedagógico oferecido para as pessoas com deficiência na Educação Básica brasileira, focando nossa atenção para a efetivação de práticas que auxiliem na garantia da aprendizagem desses estudantes. Nesse contexto, essa pesquisa busca explorar os desafios e oportunidades de promover a inclusão nas aulas de Educação Física, destacando a importância da formação docente e da experiência prática para atender às necessidades de alunos com deficiência. Identificou-se que os professores enfrentam dificuldades, principalmente devido à falta de formação.

Adequada, materiais e estrutura apropriada. A experiência com estudantes deficientes é essencial para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

Tendo em vista o déficit educacional e a necessidade de inclusão desses alunos, propomos, como resultado da pesquisa e do diálogo direto com os professores(as), a criação de um produto educacional, efetivado como um guia que tem como escopo auxiliar os profissionais a conhecerem melhor a Educação Física Inclusiva, bem como propor materiais formativos e atividades para os alunos.

Mas o que é um produto educacional? Segundo Rizzatti:

[...] considera-se PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE) na área de ensino o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, podendo ser realizado de forma individual (discente ou docente *Stricto Sensu*) ou em grupo (caso do *Lato Sensu*, PIBID, Residência

Pedagógica, PIBIC e outros) (Rizzatti, et al. 2020. p. 4)

E o produto:

Deve apresentar, em sua descrição, as especificações técnicas, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa do PPG, apresentar potencial de replicabilidade por terceiros, além de ter sido desenvolvido e aplicado para fins de avaliação, prioritariamente, com o público-alvo a que se destina. (Rizzatti et al., 2020, p. 4).

Portanto, os produtos educacionais são materiais produzidos dentro do contexto de uma pesquisa e têm como característica algo que deva ser aplicável e replicável. Nesse sentido, Coelho reconhece “[...] a importância dos PEs na realidade educacional e na prática docente, destacando-os como elementos essenciais para o processo formativo.” (2024, p. 17), bem como, para “[...] o desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo na formação dos profissionais [...]” (*ibid*).

Assim, os PEs são importantes na medida em que se apresentam como recursos didáticos criativos, ao mesmo tempo, que são produzidos a partir de um maior rigor científico. Levando em consideração o que são os produtos educacionais e o déficit educacional nos alunos de inclusão, se torna evidente que esse recurso didático pode ser um grande aliado no manejo desse público. Os PEs se apresentam como uma saída criativa, fruto de uma pesquisa rigorosa tanto no sentido

teórico quanto prático. Percebemos aqui uma grande oportunidade para auxiliar os professores(as) que trabalham com alunos deficientes a terem um acesso mais direto e facilitado tanto a materiais práticos, como jogos e atividades, quanto a cursos e conhecimentos teóricos. Pretendemos com isso realizar uma dupla jogada, em que melhoramos a qualidade da aula para os alunos com deficiência e facilitamos o trabalho docente desses profissionais.

Contexto da Pesquisa

O produto educacional (PE) apresentado aqui foi desenvolvido no âmbito de uma pesquisa de mestrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Essa pesquisa teve por finalidade abordar os saberes docentes (Tardif, 2014) necessários para promover a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado. O objetivo geral deste estudo foi mapear e descrever os saberes docentes mobilizados pelos professores de Educação Física, a fim de efetivar a inclusão de estudantes com deficiência. Portanto, este PE é direcionado a todos os professores(as) de Educação Física que buscam aplicar aulas práticas adaptadas e adequadas a estudantes com deficiência, buscando assim reconhecer as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência (PcD) enquanto valorizam o senso de inclusão social.

Procuramos entender como as aulas são organizadas de forma inclusiva; assim, o estudo analisa os desafios enfrentados nesse processo, utilizando questionários e

entrevistas para a coleta de dados. O resultado do produto dessa pesquisa foi um guia que tem como objetivo fornecer informações sobre a Educação Física Adaptada. Neste guia, analisamos a história dos esportes paralímpicos e, além disso, propomos dois esportes adaptados para serem praticados durante as aulas de Educação Física. Também são expostos neste guia dicas de leituras, cursos, atividades e sugestões de jogos, visando deixar as aulas mais dinâmicas e inclusivas. Por fim, é proposto um modelo de plano de aula adaptado.

Justificativa

Para concluir as atividades atribuídas ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ficou devidamente regulamentado o desenvolvimento de um Produto Educacional (PE). Assim, é necessário considerar que esses produtos devem ser elaborados, construídos e aplicados com o intuito de possibilitar o aperfeiçoamento e melhorias nos processos de ensino.

Posto isto, a partir da pesquisa realizada com a intenção de debater os saberes docentes necessários para a inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado, originou-se a proposta de um produto educacional que serve como guia de orientação pedagógica para os professores, sendo válido destacar que, para chegar à sua elaboração, foram consideradas as premissas de Kaplún (2003) e Hentges *et al* (2017).

Para Hentges *et al* (2017), um produto educacional deve atender a alguns critérios de pertinência. Vamos apresentar os

principais, a saber, uma metodologia pertinente e explícita ao nível de ensino pretendido; apresentação de argumentos e necessidade do produto; aplicação do produto, isto é, as possibilidades de aplicação efetiva; evidências que apontam para a efetividade do material e seu impacto pedagógico nos alunos. Entendemos que o produto, isto é, o guia, atende aos critérios de pertinência expostos, na medida em que é claro e objetivo em relação ao seu público-alvo e quais são as tecnologias necessárias para a melhor realização das atividades. Como explicitado anteriormente na introdução, é evidente a dificuldade de manejo e de recursos profissionais e formativos aos professores(as) que trabalham com inclusão. Nesse sentido, o guia oferece não só atividades, mas também indica recursos formativos necessários para melhor compreender esses alunos. Além disso, o produto consegue unir teoria e prática de forma compreensiva, baseando-se não só em materiais acadêmicos, mas na experiência concreta de professores(as) de educação física que atuam com alunos de inclusão. Ou seja, o guia aqui apresentado é resultado não só de uma pesquisa acadêmica, mas de um diálogo efetivo com aqueles profissionais que lidam diariamente com nosso público-alvo.

Nesse contexto, o guia está fundamentado na experiência diária de professores, mas também é construído em fortes bases teóricas apresentadas por Kaplún. Para o autor, ao produzirmos um produto educacional, devemos nos atentar a três eixos relevantes, esses eixos devem auxiliar no desenvolvimento do produto, são eles: o eixo conceitual, o eixo pedagógico e o eixo comunicacional. As concepções do eixo

conceitual estão focadas na importância da pesquisa. Com isso, Kaplún (2003) salienta:

Normalmente, a criação de um material educativo requer dois tipos de pesquisa: uma de tipo temático e outra de tipo diagnóstico. Ou seja, de um lado temos que conhecer a fundo a matéria em questão, os conceitos que a articulam, os mais importantes debates suscitados por ela etc. [...] Depois disso, será preciso escolher as ideias centrais que serão abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais por meio dos quais se procurará gerar uma experiência de aprendizado. (Kaplún, 2003, p.48).

Em sequência, o autor nos apresenta o eixo pedagógico, que traz perspectivas relacionadas aos critérios que devem ser estabelecidos como ponto de partida e ponto de chegada, direcionado a quem receberá o produto. O autor supracitado explica que, ao propor um caminho dentro do material, convidamos o destinatário a percorrer uma nova perspectiva que estamos apresentando, pois “ao fim desse caminho poderá ele, ou não, ter efetivamente mudado ou enriquecido algumas de suas concepções, percepções, valores etc. De qualquer modo, pelo menos a possibilidade estará aberta” (Kaplún, 2003, p. 49).

Já no eixo comunicacional, o autor refere-se aos atrativos usados para deter a atenção do destinatário enquanto ele percorre o caminho do aprendizado. Para isso, Kaplún (2003, p. 54) destaca que “será preciso animar-se a romper moldes para que a mensagem educativa não seja, uma vez

mais, equivalente a um sermão impresso ou a uma chatice audiovisual”. Ou seja, é o momento de usar a criatividade como principal ferramenta para desenvolver o produto educacional.

Considerando as informações obtidas por Kaplún (2003) e Hentges et al. (2017), foi possível elaborar um produto educacional que condiz com as demandas impostas aos destinatários, que nesse caso são professores de Educação Física que atuam com estudantes com deficiência no Ensino Médio Integrado. Com isto posto, o material desenvolvido como produto educacional trata-se um guia de orientação que propõe dicas e informações relevantes sobre a Educação Física Inclusiva.

Produto Educacional

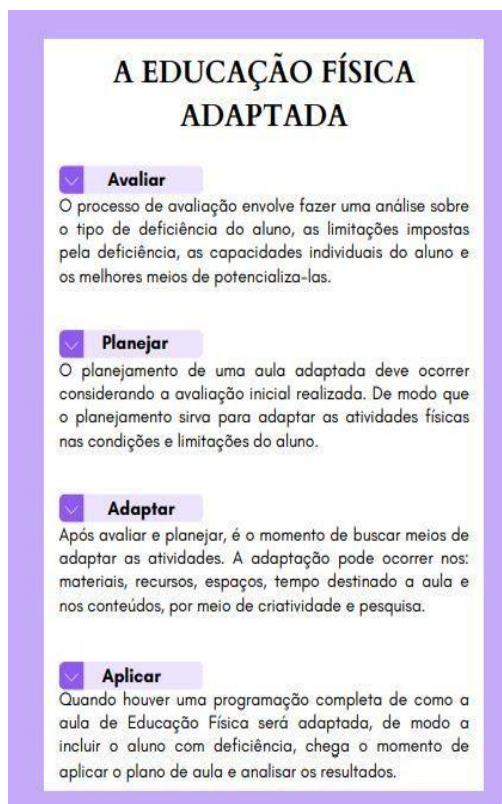
Agora, falando de forma mais detida sobre o produto em si, o material foi intitulado como: Potencializando a inclusão nas aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado do IFSul. O guia, que está em formato PDF, para facilitar sua disponibilização, tem como objetivo fornecer informações sobre o tema Educação Física Adaptada, bem como sobre os esportes paralímpicos. Além disso, no produto estão propostos dois esportes adaptados para serem praticados, abordando sua história, características, regras e dicas de adaptação para as aulas.

O guia ainda aborda algumas sugestões de outros jogos e atividades para serem adaptadas nas aulas de Educação Física do Ensino Médio Integrado, de modo a deixá-las mais dinâmicas e inclusivas. Dispondo, inclusive, de um modelo de

plano de aula adaptado para alunos com deficiência, utilizando a didática com o esporte Futebol de 5. Além de toda a demanda de informações e sugestões, o material ainda conta com inúmeras dicas de leituras, vídeos, sites acadêmicos e podcasts que auxiliam o destinatário a conhecer mais a respeito do tema inclusão nas aulas de Educação Física.

O guia inicia com uma breve apresentação e contextualização com a história e objetivos da Educação Física Adaptada, bem como os 4 critérios relevantes para o planejamento das práticas inclusivas, ver Figura 1.

Figura 1: A educação Física Adaptada



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Considerando que esse guia visa facilitar o processo de planejamento e de acesso a informações dos docentes, para todos os temas abordados, ao final da página, há sugestões de onde encontrar mais fontes sobre o assunto, por exemplo, como podemos ver na Figura 2.

Figura 2: Sugestão de outras fontes, ao final da página.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após contextualizar a Educação Física Adaptada, abordam-se os esportes paralímpicos com uma visão histórica. Inclui-se também uma tabela detalhando as deficiências atendidas pelo Movimento Paralímpico (MP).

Figura 3: Tabela de deficiências MP

OS ESPORTES PARALÍMPICOS

Sobre as deficiências

Segundo o IPC o Movimento Paralímpico (MP) oferece oportunidades esportivas para atletas que tenham uma deficiência que pertença a um dos dez tipos de Deficiência Elegível. A seguir, são descritas tais deficiências:

Tipo de M.P	Descrição
Potência muscular prejudicada	Atletas com potência muscular prejudicada apresentam um problema de saúde que reduz ou elimina sua capacidade de contrair voluntariamente os músculos para se mover ou gerar força.
Amplitude de movimento passiva prejudicada	Atletas com amplitude de movimento passiva prejudicada apresentam restrição ou falta de movimento passivo em uma ou mais articulações.
Deficiência de membro	Atletas com Deficiência de Membros apresentam ausência total ou parcial de ossos ou articulações como consequência de trauma, doença ou deficiência congênita de membros.
Diferença no comprimento das pernas	Atletas com diferença no comprimento das pernas apresentam diferença no comprimento das pernas como resultado de um distúrbio no crescimento dos membros ou de um trauma.
Baixa estatura	Atletas com Baixa Estatura apresentam comprimento reduzido nos ossos dos membros superiores, inferiores e/ou tronco.

OS ESPORTES PARALÍMPICOS

Tipo de M.P	Descrição
Hipertonia	Atletas com hipertonia apresentam aumento da tensão muscular e redução da capacidade de alongamento de um músculo , causada por danos ao sistema nervoso central.
Hipertonia	Atletas com Ataxia possuem movimentos descoordenados causados por danos ao sistema nervoso central.
Atetose	Atletas com Atetose apresentam movimentos involuntários lentos e contínuos.
Deficiência visual	Atletas com deficiência visual, têm visão reduzida ou nenhuma visão, causada por danos à estrutura ocular, nervos ópticos, vias ópticas ou córtex visual do cérebro.
Deficiência intelectual	Atletas com Deficiência Intelectual apresentam uma restrição no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo que afeta as habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas necessárias para a vida cotidiana.

Para saber mais

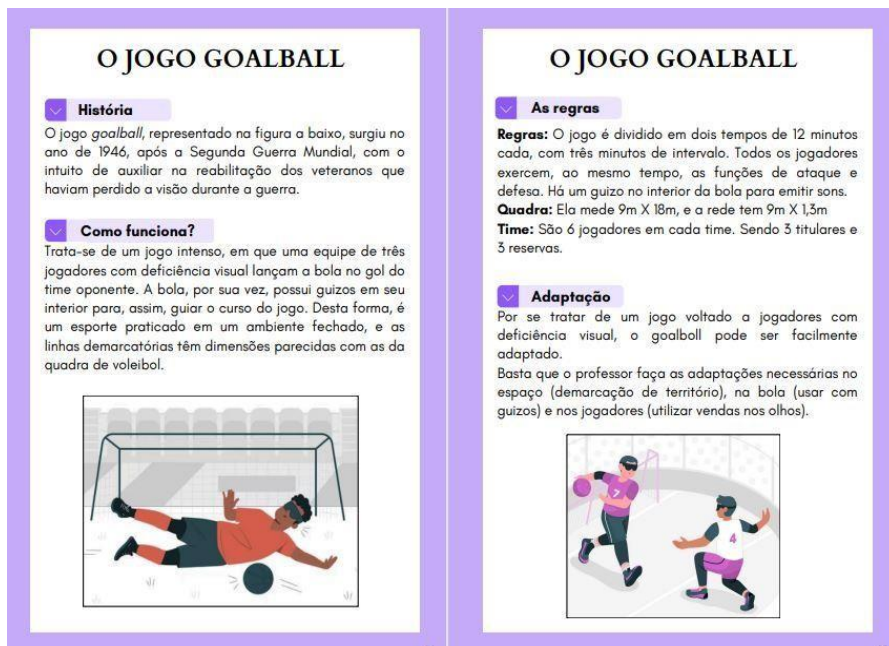
 **Acesse:** Comitê Paralímpico Internacional. No site há todas as informações sobre as Paralimpiadas.
<https://www.paralympic.org/>

 **Assista:** Todos os Esportes Paralímpicos (parte 1 e 2). O vídeo no youtube está no canal Educação Física em Pauta.
<https://www.youtube.com/watch?v=15a4C0ak>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em seguida, apresentamos alguns jogos paralímpicos com imagens ilustrativas, sua origem, regras e formas de jogar:

Figura 4: Exemplo de jogo.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Além dos jogos paralímpicos adaptados, a autora também faz a sugestão de outros tipos de jogos (Figura 5), tendo em vista, a inclusão dos alunos em sala de aula. Essas práticas também buscam sensibilizar os demais alunos quanto aos desafios e limitações presentes nesse contexto, além de explorar dinâmicas que possam estabelecer vínculos e desmistificar estereótipos. Vale ressaltar que as sugestões que foram apresentadas nesse produto educacional têm a finalidade de potencializar as aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado, nesse sentido, também foi elaborada uma sugestão de plano de aula (Figura 6). Lembramos que, para oferecer aulas de Educação Física inclusivas, o professor deve

aproveitar os recursos disponíveis. Especializações acadêmicas, pesquisas didáticas, novas tecnologias, materiais recicláveis e criatividade são fundamentais para promover práticas pedagógicas mais inclusivas e acessíveis.

Figura 5: Sugestão de jogos adaptados.

OS JOGOS ADAPTADOS

Sugestões

Ainda sobre os jogos adaptados, apresentam-se algumas sugestões práticas de outras atividades que podem ser adaptas com a finalidade de incluir alunos com deficiência. Isso, enquanto sensibiliza os demais alunos para os desafios e limitações existentes nesse contexto.

Adivinhe pelo tato (deficiência visual)	Materiais: Vendas, objetos variados Descrição da dinâmica: Os alunos devem ser divididos em grupos e cada participante terá a oportunidade de sentir, com os olhos vendados, os objetos selecionados. O grupo que mais objetos acertar, em um determinado tempo, será o vencedor.
Mímica (deficiência auditiva/fala)	Descrição da dinâmica: O professor deve reunir os alunos e sugerir um tema para cada, por exemplo, diferentes profissões. Cada aluno deve usar a expressão corporal para representar sua profissão ou tema, sem usar palavras, apenas com gestos. Assim, os demais alunos precisam adivinhar qual é a representação.
Arremesso de cesta sentado (deficiência física)	Materiais: Cadeira, bola, cesta. Descrição da dinâmica: Propor aos alunos a vivência da falta de deslocamento, proporcionando um basquete adaptado em que os alunos precisam arremessar a bola na cesta, mas sentados em uma cadeira.

Resalta-se que tais atividades dinâmicas são ótimas para trabalhar questões de relação interpessoal entre estudantes com e sem deficiência, já que são bastante recreativas.

OS JOGOS ADAPTADOS

Para saber mais

Os jogos observados anteriormente são ótimas sugestões de atividades adaptadas. Além disso, a seguir é possível destacar mais uma sugestão que serve para aperfeiçoar os métodos utilizados nas aulas de Educação Física.

Acesse: Impulsiona. Clique no link: <https://impulsiona.org.br/>. No site é possível encontrar, de forma gratuita:

WEBNÁRIOS
Onde encontram-se todos os bate-papos online sobre Educação Física. Sempre com a visão dos professores e dos especialistas sobre temas importantes relacionados ao esporte escolar.

AULAS DIGITAIS
O site desenvolve PDFs pedagógicos que podem ser usados como fonte de inspiração pelos professores no desenvolvimento de suas aulas.

CURSOS
Os cursos online trazem sugestões práticas e teóricas para levar mais esporte e valores positivos aos alunos. O material é feito por especialistas em Educação Física ou pelas Confederações Esportivas, para garantir relevância e qualidade técnica.

FAÇA VOCÊ MESMO
Na série "Faça você mesmo!", o professor de Educação Física Luiz Junior apresenta dicas para construir equipamentos esportivos com materiais recicláveis ou de baixo custo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Potencializando a inclusão nas aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado do IFSul

Figura 6: plano de aula adaptado.

PLANO DE AULA INCLUSIVO

Disciplina:	Tempo:
Educação Física	5 aulas (50 minutos cada)

Tema:
Esportes adaptados

Objetivos geral:

- Compreender o desenvolvimento do esporte Futebol de 5 e o modo como adaptá-lo de maneira inclusiva

Objetivos específicos:

- Estimular o senso de inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte adaptado;
- Oportunizar aos alunos com deficiência a vivência de atividades físicas;
- Discutir sobre as adaptações e desafios no jogo que se relacionam as limitações impostas pela deficiência;
- Vivenciar o desenvolvimento do esporte sem a orientação visual;
- Promover adaptações para possibilitar experiências inclusivas aos demais alunos por meio das vendas nos olhos;

Conteúdo:

- Regras básicas sobre o Futebol de 5 (quadra, número de jogadores, posicionamento, tempo de jogo e comandos na partida);
- Aula prática de maneira adaptada;

Metodologia

- 1º Momento
Aula explicativa e expositiva sobre as regras acerca do jogo Futebol de 5, também conhecido como futebol para cegos. Usar um vídeo para demonstrar as regras sobre:
Quadra: Mede 20m X 40m (padrões do futebol) e tem barreiras (bandas) laterais
Tempo de partida: O jogo é dividido em dois tempos de 15 min, com 10 min de intervalo
Número de jogadores: 5 jogadores em cada time (quatro jogadores vendados e o goleiro, com visão total)
Posicionamento: Os atletas possuem três guias para orientá-los (o goleiro, o chamador e o técnico). Há um guizo no interior da bola para emitir sons

PLANO DE AULA INCLUSIVO

Metodologia

- 2º Momento
Reconhecimento do jogo, ambiente e regras por meio de atividades práticas.
Exercício 1: Levam os alunos até a quadra, organiza-los em fila, utilizar venda nos olhos e, em conjunto, circular pelo ambiente para fazer o reconhecimento da quadra.
Exercício 2: Trabalhar o domínio e o chute da bola com os olhos vendados.
Exercício 3: Desenvolver autonomia e confiança de deslocamento com os olhos vendados, com o auxílio dos guias de orientação.
- 3º Momento
Desenvolvimento do jogo. Momento de separar as equipes e usar as vendas para simular a deficiência visual. Durante o processo, orientar utilizar os sentidos de audição e tato para auxiliar na prática do esporte.
- 4º Momento
Após todos participarem do jogo é possível discutir sobre os desafios que foram impostos devido a limitação visual, bem como, debater sobre os novos conhecimentos adquiridos.

Avaliação:
Os alunos podem ser avaliados com base em sua participação tanto no jogo prático, quanto nas discussões teóricas sobre o jogo e a inclusão.

Recursos:

- Vendas;
- Quadra de esportes;
- Bola de futebol com guizos ou bola de futebol adaptada;

Referências:

CBCV. Confederação Brasileira de Desportos de Deficiências Visuais, 2024. Disponível em: <https://www.cbcd.org.br/modalidades/futebol-de-caga/regas> . Acesso em: 05, fev., 2024.

CANALGOV. Conheça as regras do Futebol de 5. YouTube, 7 de abr., 2016. Duração 5m31s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PatelD1N22P8&t=50s> Acesso em: 05, fev., 2024.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Por fim, ressalta-se que o produto educacional foi produzido com base nas informações adquiridas durante a pesquisa e está disponibilizado em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/747991>.

Avaliação

Com base em tais informações, evidencia-se a necessidade de realizar a avaliação do produto antes que esse seja divulgado e apresentado. Assim, a seguir é possível fazer uma compreensão dos métodos de avaliação utilizados.

Salienta-se que o desenvolvimento do produto teve como premissa os conceitos apresentados por Kaplún (2003) e, em vista disso, segue os termos apresentados no eixo conceitual, no eixo pedagógico e no eixo comunicacional. Considerando os objetivos desta dissertação, o referido produto educacional foi disponibilizado para ser avaliado por professores de Educação Física, tanto para os que atuam no Ensino Médio Integrado nos Câmpus do IFSul e com estudantes com deficiência, quanto para aqueles que atuam em outras instituições. Posto isto, a avaliação foi disponibilizada para 20 professores e houve um retorno avaliativo de 13 docentes. Nesse aspecto, quando tratado do eixo conceitual, foram abordadas questões que avaliassem os conteúdos expostos no guia de orientação com o intuito de analisar a sua significância teórica. Deste modo, os resultados obtidos demonstram que, dos 13 participantes, 10 deles responderam que “sim” para a relevância do conteúdo apresentado e 3 participantes responderam que “atende parcialmente”.

Sobre o eixo conceitual, foram respondidas as seguintes perguntas: "As abordagens a respeito da Educação Física Adaptada e dos Esportes Paralímpicos foram suficientes para conceituar a relevância da adaptação de recursos num processo inclusivo?" E 'as sugestões de esportes e atividades físicas adaptadas para pessoas com deficiência, apresentadas no material, auxiliam os professores de Educação Física a potencializarem a inclusão em suas aulas?' Para as duas perguntas, 10 participantes responderam 'sim' e outros 3 responderam 'atende parcialmente'.

Com relação ao eixo pedagógico, este buscou avaliar o direcionamento do produto educacional, considerando os professores de Educação Física e o desenvolvimento de aulas inclusivas. As respostas demonstram que, de certa forma, todos os participantes foram positivos ao avaliar o eixo pedagógico. Os participantes responderam às seguintes perguntas: "O plano de aula exposto no guia auxilia didaticamente a envolver todos os alunos da turma, considerando os que têm ou não limitações, de modo que pratiquem a atividade física de forma igualitária?" Nesse caso, os 13 participantes responderam sim. Já para a pergunta: "As recomendações de leitura, vídeos e cursos, incluídas no material, contribuem de forma significativa para o aperfeiçoamento acadêmico do professor a respeito do tema inclusão de pessoas com deficiência?" 12 participantes responderam 'sim' e 1 respondeu 'atende parcialmente'.

No eixo comunicacional, as questões para avaliar a construção do guia de orientação consideraram a linguagem, informações e dinâmica desenvolvidas. Sendo assim, também se obteve respostas positivas dos participantes nesse quesito. 12 participantes responderam 'sim' para a pergunta: 'O template, a linguagem e os ícones utilizados no material facilitaram a compreensão das informações conceituadas?' e 1 respondeu 'atende parcialmente', já para a pergunta: 'As recomendações de leitura, vídeos e cursos, incluídas no Sobre os arquivos sugeridos para saber mais sobre o tema, apresentavam fácil acesso e direcionamento?' os 13 participantes responderam 'sim'.

Na última questão, deixamos uma abertura para que os professores pudessem fazer as observações e sugestões que acreditassem serem relevantes sobre o produto educacional. Obtivemos duas respostas, são elas: Professor 1: "Parabéns pelo material, professora, com certeza irei utilizar nas minhas aulas." e Professor 2: 'Parabéns pela elaboração do material! Minha única sugestão é uma breve revisão gramatical do arquivo.'

Com isto posto, destaca-se que as observações expressas pelos docentes ressaltam a importância do desenvolvimento do produto educacional, enquanto colaboram para sua avaliação. Deste modo, as respostas e sugestões dos participantes foram consideradas e colocadas em prática.

Considerações Finais

Sabemos que a educação, como direito social, enfrenta desafios significativos no Brasil, sobretudo no contexto de pessoa com deficiência (PcD). Os dados apresentados anteriormente revelam um grande déficit educacional. Esse cenário aponta para a necessidade de novas práticas pedagógicas que sejam mais inclusivas e ofereçam suporte adequado tanto aos discentes com deficiência quanto na formação dos docentes.

Partindo de tais considerações, a pesquisa de mestrado proporcionou o desenvolvimento de um produto educacional voltado a professores de Educação Física que buscam aprimorar suas aulas numa perspectiva inclusiva. Este produto,

aqui apresentado, foi construído considerando o mapeamento dos saberes docentes provenientes da pesquisa, por isso, originou-se um guia de orientação que aborda contextualizações, sugestões e orientações a respeito da Educação Física e o modo como organizar aulas adaptadas em uma proposta inclusiva no Ensino Médio Integrado.

O produto educacional apresentado é um guia que oferece conteúdos sobre Educação Física Adaptada, esportes paralímpicos, sugestões de atividades adaptadas, além de um modelo de plano de aula inclusivo. A construção deste guia envolveu os critérios de pertinência de Hentges (*et al*, 2017), bem como a construção em eixos de Kaplún (2003) em diálogo direto com a prática cotidiana escolar. A avaliação realizada por professores confirma a relevância do produto com resultados positivos nos quesitos de aplicabilidade, clareza e potencial de impacto no processo de ensino-aprendizagem. Assim, este produto educacional não apenas responde às demandas de uma educação mais inclusiva, mas também promove o aprimoramento contínuo das práticas pedagógicas, reafirmando o compromisso com uma educação equitativa e de qualidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 96/2017 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

COELHO, Iandra Maria Weirich da Silva. Desenvolvimento e avaliação de produtos educacionais na pós-graduação profissional em Ensino: metodologias e desafios emergentes. **Revista Ensino em Debate**, [S. l.], v. 2, p. 1-20, 2024.

GOMES, Irene. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Agência IBGE Notícias, Brasília, DF, 24 ago. 2023.

HENTGES, Angelita *et al.* Protótipo para avaliação da pertinência dos produtos educacionais desenvolvidos nos mestrados profissionais. **Revista Thema**, Pelotas, v. 14, n. 4, p. 3-6, 2017.

HENTGES, Angelita *et al.* A formação continuada e os mestrados profissionais na área do ensino: a pertinência dos produtos educacionais. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 6, n. 14, p. 23-36, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Plano de Desenvolvimento Institucional:** julho 2020 – dezembro 2024. Pelotas, RS: IFSul, 2020.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ZAIDAN, S.; REIS, D. A. F.; KAWASAKI, T. F. Produto educacional: desafio do mestrado profissional em educação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 1-12, 2020.

4. Guia de Primeiros Socorros para Educação Profissional e Tecnológica

Fernanda Veleda Camacho
fernandacamacho@ifsul.edu.br

Janessa Aline Zappe
janessazappe@ifsul.edu.br

Introdução

Este artigo apresenta o Guia Prático de Primeiros Socorros para a Educação Profissional e Tecnológica, desenvolvido a partir de uma pesquisa conduzida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul). O guia foi criado como uma ferramenta prática e acessível, destinada a auxiliar servidores e estudantes a responderem de forma eficiente a situações de urgência e emergência nos câmpus. A elaboração do guia baseou-se na análise das práticas e protocolos de atendimento de emergência do IFSul, que evidenciaram fragilidades na formação e infraestrutura, comprometendo a segurança e o bem-estar da comunidade acadêmica.

O propósito do guia vai além de fornecer soluções pontuais: busca fomentar uma cultura de prevenção e cuidado, integrando aspectos pedagógicos e de saúde. Esse material será distribuído digitalmente e, quando possível, impresso, visando não apenas suprir a necessidade de atendimento

emergencial imediato, mas também reforçar a importância da formação continuada em primeiros socorros, conforme estabelece a Lei Lucas (Lei nº 13.722/18), que obriga a capacitação em primeiros socorros nas instituições de ensino (Brasil, 2018).

Contextualização da Pesquisa, Justificativa e resultados

O atendimento de urgência e emergência em instituições educacionais, especialmente em escolas técnicas e profissionalizantes, tem ganhado relevância crescente. Ambientes acadêmicos como laboratórios e oficinas apresentam riscos à saúde, exigindo que as instituições estejam preparadas para responder rapidamente a situações emergenciais. Estudos como os de Moura (2019) e Souza (2020) apontam a vulnerabilidade dessas instituições, destacando a escassez de recursos e a falta de infraestrutura adequada para emergências.

No caso do IFSul, uma análise das práticas de atendimento evidenciou a ausência de protocolos bem definidos e a carência de infraestrutura. Faltam treinamentos sistemáticos para a comunidade acadêmica, e há desigualdades no acesso a serviços de saúde entre os câmpus, comprometendo a eficácia das respostas a emergências. Souza (2020) observa que a insuficiência de capacitação e a precariedade dos serviços de saúde agravam essas deficiências, criando um ambiente de insegurança.

O Guia Prático de Primeiros Socorros para a EPT surge como resposta a essa realidade, oferecendo diretrizes claras

sobre como agir em situações de urgência, além de conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância de se preparar para eventualidades. A proposta do guia está alinhada à legislação vigente, como a Lei Lucas, que obriga a capacitação de alunos e servidores, mas ainda enfrenta desafios de implementação devido à falta de recursos e infraestrutura em várias instituições (Brasil, 2018).

A justificativa para o guia se apoia na necessidade urgente de fortalecer a resposta a emergências nos câmpus do IFSul, em que a formação técnica não contempla suficientemente o preparo para situações de risco à saúde. A ausência de protocolos claros e a insuficiência de infraestrutura ressaltam a importância de medidas práticas, como a criação e disseminação do guia. Além disso, a pesquisa realizada destaca a relevância de iniciativas como essa para a segurança do ambiente escolar (Moura, 2019).

Este artigo não apenas descreve o desenvolvimento e a aplicação do guia, mas também discute os desafios enfrentados pelas instituições de EPT em relação à formação de seus membros para lidar com emergências. A reflexão inclui o papel das políticas institucionais de saúde e segurança e a formação integral e humanística no contexto educacional (Souza, 2020).

Urgência e Emergência e Primeiros Socorros: Aspectos Conceituais

Urgência e emergência são frequentemente confundidas, mas possuem significados distintos no âmbito da

saúde, especialmente no que diz respeito à forma de atendimento ao indivíduo. De acordo com a Portaria nº 354, de 10 de março de 2014, do Ministério da Saúde, emergência é definida como a constatação médica de agravos à saúde que resultem em sofrimento intenso ou que representem risco iminente de morte, exigindo, portanto, tratamento médico imediato. Urgência, por sua vez, refere-se a uma ocorrência imprevista que demanda assistência médica imediata, mas que pode ou não envolver risco à vida do paciente (Brasil, 2014).

Na emergência, a intervenção médica é essencial, uma vez que o risco de morte é iminente. Situações como hemorragias graves, infarto do miocárdio e acidentes graves requerem atendimento emergencial. Segundo a Fiocruz (2003), exemplos de emergências incluem: cortes profundos, acidentes elétricos, convulsões e dificuldades respiratórias. Já a urgência envolve situações que exigem rápida intervenção médica, mas que não apresentam risco de morte imediato, como fraturas e crises de asma (Fiocruz, 2003).

O entendimento dessas definições é essencial tanto para profissionais da saúde quanto para o público em geral, pois permite que haja uma triagem adequada nos serviços de saúde. Conforme ressaltado por Ritter *et al.* (2013), ter clareza sobre esses conceitos contribui para um atendimento mais eficiente e para a prevenção de agravos à saúde.

Os primeiros socorros consistem em ações imediatas prestadas a uma pessoa em situação de acidente ou mal súbito, com o objetivo de preservar suas funções vitais até que um atendimento profissional seja possível. A Fiocruz (2003)

define os primeiros socorros como "cuidados imediatos que devem ser prestados rapidamente a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em perigo a sua vida" (Fiocruz, 2003, p. 8). A prestação de primeiros socorros visa evitar o agravamento das condições da vítima até a chegada da assistência qualificada, sendo, portanto, um elemento importante para a preservação da vida (Conti & Zanatta, 2014).

Relevância dos Temas para a Educação

Embora os termos "urgência" e "emergência" sejam comumente confundidos, eles possuem significados distintos no campo da saúde. Segundo a Portaria nº 354/2014 do Ministério da Saúde, emergência refere-se a agravos à saúde que geram sofrimento intenso ou risco iminente de morte, exigindo atendimento médico imediato. Já a urgência é uma ocorrência que requer assistência rápida, mas que nem sempre envolve risco de vida (Brasil, 2014).

Em emergências, como hemorragias graves, infartos e acidentes, a intervenção médica é fundamental devido ao risco iminente de morte (Fiocruz, 2003). Já as urgências, como fraturas e crises de asma, demandam assistência rápida, mas sem risco imediato de vida (Fiocruz, 2003). A compreensão dessas definições é essencial tanto para profissionais de saúde quanto para o público geral, ajudando a triagem nos serviços de saúde e melhorando a eficiência do atendimento (Ritter *et al.*, 2013).

Os primeiros socorros são ações imediatas prestadas a vítimas de acidentes ou mal súbito, com o objetivo de preservar suas funções vitais até a chegada de atendimento especializado. Fiocruz (2003) define os primeiros socorros como cuidados urgentes que evitam o agravamento do estado da vítima, sendo importantes para a preservação da vida (Conti & Zanatta, 2014).

Resultados da Pesquisa e Implementação do Guia de Primeiros Socorros

Os resultados da pesquisa indicaram a necessidade urgente de capacitação contínua em primeiros socorros para a comunidade acadêmica do IFSul, a fim de garantir respostas rápidas e eficazes a emergências. O Guia Prático de Primeiros Socorros para a EPT foi criado para auxiliar a preencher essa fragilidade, oferecendo orientações claras e práticas para os profissionais da educação.

O guia foi desenvolvido a partir da análise dos protocolos existentes e de entrevistas com servidores da área de saúde, que revelaram uma dependência excessiva do SAMU e a falta de recursos adequados nos câmpus. As sugestões dos avaliadores foram incorporadas para garantir que as informações apresentadas fossem relevantes para o contexto educacional.

A avaliação do guia evidenciou a necessidade de disseminar essas informações de forma contínua, para que a comunidade acadêmica esteja sempre preparada para agir em emergências.

Produto Educacional

O produto educacional desenvolvido foi o Guia de Primeiros Socorros para a Educação Profissional e Tecnológica.

Este guia oferece instruções claras e acessíveis sobre procedimentos básicos de primeiros socorros voltados para emergências no contexto educacional. Desenvolvido como resultado da dissertação "Práticas de Atendimento de Urgência e Emergência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense: A construção de um guia". O material visa ajudar servidores e discentes dos câmpus do IFSul a manejar situações de urgência e emergência, abordando desde lesões mais comuns até cenários complexos, de modo a promover uma ação eficaz em momentos de crise.

O guia tem como principal objetivo colaborar com informações para a comunidade acadêmica, orientando como proceder em situações de urgência e emergência no ambiente escolar. Por meio do guia, busca-se sanar dúvidas, fornecer informações essenciais e contribuir para uma atuação segura e eficaz, sempre lembrando da prioridade à segurança pessoal.

A concepção desse material foi estruturada a partir de princípios pedagógicos que consideram as necessidades práticas e a realidade institucional. A abordagem se baseia nos pilares propostos por Kaplún (2003), organizados nos seguintes eixos fundamentais:

Eixo Conceitual: as ideias centrais que sustentam este guia foram definidas com base em entrevistas com servidores da área da saúde dos câmpus do IFSul. A análise dessas

entrevistas possibilitou a identificação das principais lacunas de conhecimento e das demandas mais urgentes relacionadas ao atendimento de emergências dentro do contexto educacional.

Eixo Pedagógico: O itinerário pedagógico adotado para este guia foi cuidadosamente delineado com o intuito de apresentar conceitos teóricos de maneira acessível e progressiva, sempre focando na aplicabilidade prática. A metodologia é interativa, propondo atividades que auxiliam na assimilação das diretrizes e instruções.

Eixo Comunicacional: O formato e a linguagem do guia foram desenvolvidos para facilitar a compreensão e promover a interação com o conteúdo. Figuras e ilustrações foram selecionadas com o objetivo de reforçar visualmente as instruções, garantindo que o material seja compreendido de forma rápida e eficiente, mesmo em situações de estresse.

Objetivos do Guia:

- Fornecer orientações claras e acessíveis para a comunidade acadêmica em situações de urgência e emergência dentro do contexto educacional.
- Possibilitar instrução acerca de medidas preventivas e preparatórias, visando reduzir riscos e minimizar danos em casos de emergência.
- Facilitar a comunicação e coordenação entre os membros da comunidade acadêmica durante situações de crise.

Estrutura e desenvolvimento do Guia:

O guia está organizado de forma clara, intuitiva e ilustrativa, com seções específicas para diferentes situações de urgência e emergência. As sessões incluíram:

- Informações relacionadas às instituições, com os endereços dos câmpus do IFSul, facilitando a localização da instituição no momento de acionar o atendimento.
- Informações sobre o que é primeiros socorros e as diferenças entre urgência e emergência, bem como os telefones úteis para acionar os serviços de urgência e emergências.
- Informações de quando chamar a SAMU e quando acionar o Serviço do Corpo de Bombeiros, em diferentes tipos de situações.
- Instruções de primeiros socorros para atendimento inicial a diferentes tipos de lesões e emergências médicas comuns, as quais foram elaboradas com base nas contribuições dos entrevistados.

O processo de elaboração do guia de primeiros socorros, desenvolvido entre os meses de outubro e dezembro de 2024, foi baseado na análise dos dados coletados nas entrevistas com servidores da área da saúde do IFSul, bem como na revisão da literatura sobre protocolos de primeiros socorros na EPT. Entre as fontes utilizadas para a construção do guia, destacam-se a American Heart Association (AHA), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Ministério da Saúde, e o Corpo de Bombeiros

Militar do Estado do Rio Grande do Sul, entre outros. A partir dessas fontes, o guia foi estruturado para atender às necessidades específicas da comunidade acadêmica do IFSul.

O guia foi diagramado utilizando a plataforma Canva. A escolha do Canva permitiu integrar de maneira eficiente textos, gráficos e ilustrações personalizadas, desenhadas por colaboradores, garantindo que as representações fossem adequadas às situações de urgência abordadas. Além disso, para ampliar o alcance e a acessibilidade do guia, utilizou-se também a plataforma FlipHTML5, que converteu o conteúdo em formato de livro digital interativo. Essa abordagem facilitará a distribuição do material entre diferentes câmpus e instituições de ensino, proporcionando uma experiência dinâmica e acessível para os leitores. As ilustrações no guia foram incluídas para demonstrar manobras e procedimentos de primeiros socorros, como a "Manobra de Heimlich" e a ressuscitação cardiopulmonar (RCP). Esses elementos visuais tornaram o guia mais didático, permitindo que os usuários compreendessem melhor os procedimentos descritos.

Avaliação Empírica do Guia de Primeiros Socorros para a EPT

A avaliação empírica do guia de primeiros socorros desenvolvido para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foi realizada entre os dias 06 de dezembro de 2024 e 15 de janeiro de 2025, com o objetivo de coletar impressões dos profissionais da área da saúde que participaram desta pesquisa. Esses profissionais foram convidados a avaliar a

adequação do conteúdo e sua clareza para o público-alvo leigo, composto por estudantes e servidores que podem enfrentar situações de urgência e emergência. O formulário foi criado via *Google Forms* e enviado por e-mail para os 25 servidores da área da saúde, que foram convidados a participar da pesquisa.

O formulário de avaliação abrangeu diversos aspectos, como a clareza das informações, a praticidade das instruções, a acessibilidade das ilustrações e a utilidade do guia para pessoas sem formação na área da saúde. As opiniões e sugestões recebidas foram fundamentais para aprimorar o guia, garantindo que ele possa orientar a comunidade acadêmica do IFSul de maneira eficaz. A avaliação empírica foi um passo essencial para verificar a aplicação do guia em um contexto real e coletar feedback direto dos profissionais que participaram.

É relevante destacar que 5 dos 11 avaliadores já haviam participado das entrevistas realizadas na fase inicial da pesquisa, o que traz um valor adicional à avaliação, visto que esses profissionais contribuíram em todo o processo de desenvolvimento do guia. Assim, eles puderam observar o progresso do produto e avaliar seu resultado final com um olhar mais profundo e embasado.

O formulário de avaliação completo, com todas as perguntas aplicadas, encontra-se no Apêndice B da dissertação⁸. Dos 25 profissionais convidados, 11 responderam ao formulário de avaliação, representando 44% de

⁸ A referida dissertação está disponível em:
<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/972251>.

participação. Os resultados demonstram que o guia foi bem aceito pela maioria dos avaliadores, com destaque para a clareza das informações e a praticidade das instruções. No entanto, algumas sugestões de melhorias foram feitas, como o aprimoramento de certas ilustrações e a inclusão de exemplos mais práticos para emergências específicas.

A seguir, apresento o perfil dos profissionais que responderam à avaliação:

Quadro 01 - Perfil dos Avaliadores do Guia de Primeiros Socorros no IFSul

Avaliador	Cargo	Classe
Avaliador 01	Técnico de Enfermagem	D
Avaliador 02	Enfermeiro-área	E
Avaliador 03	Técnico de Enfermagem	D
Avaliador 04	Auxiliar de enfermagem	C
Avaliador 05	Enfermeiro-área	E
Avaliador 06	Médico-área	E
Avaliador 07	Técnico de Enfermagem	D
Avaliador 08	Médico-área	E
Avaliador 09	Técnico de Enfermagem	D

Avaliador 10	Enfermeiro-área	E
Avaliador 11	Técnico de Enfermagem	D

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O questionário de avaliação foi dividido em cinco seções principais: avaliação geral do conteúdo, clareza visual e organização, avaliação das ilustrações, aplicabilidade e praticidade para o público-alvo, e eficácia para o público-alvo. A seguir, descrevo os resultados por seção, com base nas respostas e comentários dos avaliadores.

Avaliação Geral do Conteúdo do Guia

A avaliação geral do Guia de Primeiros Socorros para a EPT foi extremamente positiva, com todos os onze avaliadores destacando a clareza e a facilidade de compreensão do conteúdo. 90,9% dos avaliadores consideraram que o guia cobre adequadamente as principais situações de primeiros socorros, com apenas 9,1% sugerindo ajustes pequenos.

Diversos ajustes foram feitos com base nas sugestões dos avaliadores. Por exemplo, a orientação sobre oferecer água com açúcar para pacientes com desmaio foi removida, após a observação de um avaliador sobre o risco de agravar situações de hiperglicemia. Além disso, foi incorporada a recomendação de não inclinar a cabeça para trás em casos de hemorragia nasal, devido ao risco de aspiração do sangue. Também foi modificada uma orientação sobre o uso de cabos de vassoura

para situações de risco elétrico, sendo substituída por uma recomendação mais segura: "Em caso de risco elétrico, utilizar cabo de maneira seca, pois cabos de utensílios domésticos geralmente são metálicos e condutores de eletricidade."

Essas mudanças foram implementadas com o objetivo de garantir que o guia ofereça instruções mais seguras e adequadas. A maioria dos avaliadores (90,9%) considerou o guia útil para a EPT, com destaque para a clareza e a praticidade do material. Avaliadores como o 04 elogiaram o design e a organização, enquanto o 05 ressaltou a adequação do guia para atendimento extra-hospitalar.

Além das sugestões, as contribuições adicionais recebidas por outros meios, como WhatsApp e e-mail, enriqueceram ainda mais o conteúdo. Essas melhorias reforçam a eficácia do guia e confirmam sua utilidade. O guia foi, portanto, aperfeiçoado com base nas sugestões do processo de avaliação, recebendo elogios pela sua clareza e adequação, e garantindo sua eficácia como uma ferramenta valiosa para a comunidade acadêmica da EPT.

Clareza Visual e Organização do Guia

A avaliação sobre a clareza visual e a organização do Guia de Primeiros Socorros para a EPT foi amplamente positiva. Todos os onze avaliadores consideraram que o guia facilita a busca por informações de forma rápida, destacando a eficácia da organização do conteúdo.

Além disso, 90,9% dos avaliadores elogiaram o *layout* e o *design*, indicando que são visualmente atraentes e favorecem

a leitura, mesmo em situações de urgência. O avaliador 06 destacou: "O guia está visualmente atraente e muito bem-organizado, o que facilita a sua consulta."

Embora a maioria tenha considerado o guia adequado, algumas sugestões pontuais foram feitas. O avaliador 06 sugeriu uma revisão de parte do conteúdo, enquanto o avaliador 10 propôs que o guia fosse mais simplificado. No geral, as sugestões foram mínimas, refletindo a aceitação positiva do design e da organização do guia.

Avaliação das Ilustrações do Guia

A avaliação das ilustrações do Guia de Primeiros Socorros para a EPT foi muito positiva. Todos os avaliadores concordaram que as ilustrações ajudam a entender melhor as informações, destacando sua importância para a compreensão rápida do conteúdo.

Em relação à clareza das imagens, 90,9% dos avaliadores consideraram-nas claras e de fácil interpretação, com apenas 9,1% sugerindo que um pequeno ajuste poderia ser necessário. Quanto à adequação das ilustrações para situações como engasgo e parada cardiorrespiratória, 90,9% concordaram que são adequadas, com 9,1% sugerindo melhorias.

Seis avaliadores ofereceram sugestões para a melhoria de algumas ilustrações, como a do método de Heimlich, que um avaliador achou passível de maior detalhamento. Quanto à inclusão de novas ilustrações, a maioria não viu necessidade, com apenas um avaliador oferecendo sugestões adicionais.

Esses resultados reforçam a eficácia das ilustrações no guia, com ajustes mínimos sugeridos para aprimorar ainda mais sua clareza.

Aplicabilidade e Praticidade do Guia para o Público-Alvo

A avaliação da aplicabilidade do Guia de Primeiros Socorros para o público leigo foi amplamente positiva. Dez dos onze avaliadores consideraram que o guia será útil em situações de urgência e emergência, reforçando sua eficácia como uma ferramenta acessível. Um avaliador, porém, achou que o guia atende parcialmente às expectativas, destacando a dificuldade de abranger todas as situações possíveis.

Quanto à clareza das informações, 90,9% dos avaliadores acharam as orientações acessíveis ao público sem formação em saúde. A praticidade das instruções também foi bem avaliada, com 81,8% considerando-as fáceis de seguir, embora alguns sugerissem simplificações adicionais.

Em relação à quantidade de informações, 81,8% acharam o guia adequado para pessoas leigas, enquanto 18,2% sugeriram que mais detalhes poderiam ser incluídos. Sugestões de melhorias incluíram a inclusão de treinamento periódico para aplicar o guia e o reforço da importância de solicitar ajuda em casos de emergência.

Essas sugestões indicam a necessidade de treinamentos contínuos e familiarização prévia com o guia, para garantir uma ação eficaz em situações críticas.

Avaliação de Eficácia do Guia para o Público-Alvo

A avaliação da eficácia do Guia de Primeiros Socorros revelou uma percepção amplamente positiva, mas também indicou áreas que podem ser aprimoradas para aumentar sua efetividade. A maioria dos avaliadores (63,6%) acredita que o público leigo seria capaz de realizar os procedimentos básicos de primeiros socorros descritos no guia. No entanto, 36,4% indicaram que, embora o guia seja útil, a aplicação dos procedimentos pode exigir mais prática ou suporte em emergências, o que destaca a necessidade de reforçar a confiança do público leigo.

Diversas respostas foram fornecidas sobre as partes do guia que poderiam ser complicadas para pessoas sem formação em saúde. O avaliador 06, por exemplo, ressaltou a importância de treinamento periódico, afirmando que “os temas podem ser de aplicação leiga, porém o treinamento periódico se faz necessário”. O avaliador 03 mencionou que a identificação dos sintomas pode ser um desafio, e outros avaliadores apontaram que manobras específicas, como a massagem cardíaca e a manobra de Heimlich, podem ser mais difíceis de entender e aplicar. O avaliador 09 complementou, dizendo que “a área de saúde é bastante complexa, lidando com pessoas em momentos de vulnerabilidade física e psíquica, e que para algumas pessoas todas as questões do guia podem ser complicadas”.

Além disso, o avaliador 10 comentou que, dependendo da experiência prévia da pessoa com situações de urgência, o engasgo poderia ser particularmente complicado de lidar. O

avaliador 11 sugeriu que todos deveriam ter um treinamento básico para usar o guia efetivamente, afirmando: “Para os leigos, acredito que conseguir aferir corretamente um sinal vital é complicado sem um conhecimento mínimo”.

Essas observações destacam a importância do treinamento contínuo para garantir a eficácia do guia em momentos críticos. Para melhorar a acessibilidade do conteúdo, os avaliadores sugeriram algumas melhorias. O avaliador 06 sugeriu buscar validação e colaboração com o Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor (NASS) para garantir a aplicação do guia no IFSul. O avaliador 03 sugeriu que representantes de turma divulguem o guia nas redes sociais, aumentando seu alcance. Outros avaliadores indicaram a necessidade de deixar o material em pontos estratégicos dentro da instituição, e o avaliador 09 sugeriu capacitar os servidores de cada Câmpus para garantir maior eficácia.

Em relação ao conteúdo do guia, o avaliador 10 sugeriu que fosse reduzida a quantidade de procedimentos para torná-lo mais fácil de aplicar por leigos, embora tenha ressaltado que, como informativo, o guia está ótimo. O avaliador 11 sugeriu que o guia fosse acompanhado de um treinamento básico, seja por um profissional de saúde ou por meio de vídeos explicativos, além de indicar que todos os câmpus deveriam ter kits para aferição de sinais vitais.

Essas sugestões reforçam a ideia de que, embora o guia seja bem estruturado, sua eficácia pode ser maximizada com ações complementares, como treinamentos contínuos, maior capacitação dos servidores e divulgação estratégica. A

avaliação indicou que o guia é uma ferramenta útil, mas que sua implementação pode ser aprimorada para garantir maior sucesso em situações reais de emergência.

Para assegurar a implementação efetiva do guia, ele será encaminhado ao NASS para distribuição nos câmpus, tanto digitalmente quanto impressa, quando possível. O guia será integrado a ações pedagógicas e campanhas de conscientização, promovendo a familiarização da comunidade acadêmica com as orientações de primeiros socorros. Dessa forma, espera-se que o guia seja amplamente utilizado e contribua para uma resposta rápida e eficaz em situações de urgência e emergência.

Considerações Finais

O guia é um recurso prático, visualmente atraente e adaptável, que pode ser replicado em outras escolas e câmpus da EPT. O guia foi estruturado considerando a facilidade de leitura, com linguagem clara e objetiva, além de gráficos explicativos e ilustrações. O potencial de inovação do guia é evidenciado pelo fato de que, atualmente, não existe um guia institucional no IFSul que reúna protocolos claros e objetivos de primeiros socorros. Este guia vem suprir essa necessidade, oferecendo um recurso acessível e eficiente, com orientações detalhadas para agir em emergências. Sua criação representa um passo importante na promoção da segurança nos câmpus e pode ser adaptada para outras instituições de educação profissional e tecnológica, tornando-se um instrumento essencial na gestão de emergências.

O impacto potencial do guia está em sua capacidade de auxiliar na redução de acidentes e na melhoria do atendimento inicial em casos de urgência, além de promover uma cultura de segurança e resposta rápida. Sua replicabilidade em outros câmpus e escolas da EPT reforça a disseminação do conhecimento sobre primeiros socorros em diferentes localidades, ampliando seu alcance e relevância. Para garantir sua divulgação e acessibilidade, o guia será encaminhado ao setor do NASS, responsável pela sua distribuição nos câmpus. A ferramenta será disponibilizada tanto em formato digital quanto, quando possível, impresso, para que estudantes e servidores tenham acesso a esse material de forma prática. Além disso, o guia poderá ser integrado a ações pedagógicas e campanhas de conscientização sobre a importância de primeiros socorros, o que contribuirá para uma maior adesão e uso no cotidiano da comunidade acadêmica.

Ao integrar recursos tecnológicos e elementos visuais, o guia foi projetado para ser uma ferramenta prática e de fácil uso, tanto em formato digital quanto impresso, promovendo o aprendizado sobre primeiros socorros de maneira clara e objetiva. O guia será disponibilizado em formato digital, facilitando o acesso para toda a comunidade acadêmica por meio do seguinte link: [Guia de Primeiros Socorros](#). A intenção é encaminhá-lo para o setor do NASS, para que seja distribuído aos câmpus do IFSul e, assim, possa alcançar estudantes e servidores. Com essa iniciativa, espera-se contribuir para o aprimoramento das ações de socorro e a segurança da comunidade acadêmica, promovendo uma cultura de prevenção e resposta rápida em situações de urgência e emergência no ambiente escolar.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 354, de 10 de março de 2014. Dispõe sobre a atualização do Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2014.

CONTI, Késia Liriam Meneguel; ZANATTA, Shalimar Calegari. Acidentes no ambiente escolar: uma discussão necessária. *In*: **Cadernos PDE**: os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. [S. l.]: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2014. p. 1-17.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Manual de primeiros socorros**. Rio de Janeiro: Vice-Presidência de Serviços de Referência e Ambiente; Núcleo de Biossegurança, 2003.

MOURA, Augusto Albuquerque. **Estratégias educativas e preventivas para tomada de providências emergenciais em situações de risco numa instituição de ensino EPT**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Jaguari, 2019.

RITTER, Nerci de Souza *et al.* A importância de se trabalhar o conhecimento de socorros em âmbito escolar. *In*: Seminário Internacional de Educação no Mercosul, 15., 2013, Cruz Alta. **Anais** [...]. Cruz Alta: UNICRUZ, 2013.

SOUZA, Fernanda Lavarda Ramos de. **Estratégias de práticas de educação em saúde para a formação integral de discentes dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal Farroupilha Câmpus Jaguari**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Jaguari, 2020.

5. Mapa Virtual Interativo do IFSul Câmpus Novo Hamburgo

Rafael Theis Dittgen

rafaeldittgen@ifsul.edu.br

Carolina Mendonça Fernandes de Barros

carolinabarro@ifsul.edu.br

Introdução

O ProfEPT é um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação Profissional e Tecnológica com um curso de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica ofertado em rede nacional (Instituto, 2023). Entre os objetivos do mestrado, estão a produção de conhecimentos e o desenvolvimento de produtos educacionais com foco na melhoria do ensino e na inovação tecnológica. A dissertação deverá incluir um relato descritivo e analítico da pesquisa, bem como da elaboração e aplicação do Produto Educacional (ProfEPT, 2023). O produto educacional visa responder a uma pergunta ou a um problema, podendo ser um artefato real ou virtual (Brasil, 2019a, p. 16). Outra característica dos produtos educacionais é destacada por Kaplan (2003). O autor refere-se a materiais educativos, em vez de produto educacional, e ressalta que eles são muito mais do que materiais com simples fontes de informações, pois devem estar inseridos em um contexto.

O Ensino Médio Integrado em Mecatrônica

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é formado por quinze câmpus: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiranga, Lajeado, Gravataí, Jaguarão, Novo Hamburgo e São Leopoldo, que em 2025 está em fase de implantação (IFSul, 2024).

Para a realização da pesquisa e do produto educacional, foi escolhido o câmpus Novo Hamburgo, que oferece atualmente o curso de Ensino Médio Integrado (EMI) em Mecatrônica, com duração de 4 anos, em um sistema de calendário anual, nos turnos da manhã e tarde.

Dada a natureza do curso de EMI em Mecatrônica, a matriz curricular possui disciplinas de formação geral e disciplinas de formação técnica, específicas na área de Mecatrônica (IFSul, 2018, p 6). Entretanto, conforme Ciavatta (2014), a proposta da modalidade de EMI vai além de ofertar na mesma matriz curricular disciplinas de formação geral e disciplinas de formação técnica, o objetivo é uma formação integral, humanística e omnilateral do indivíduo, alinhada à missão proposta pelo IFSul:

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que

ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social (Instituto, 2023).

Para que esta formação integral aconteça, é importante que os conteúdos relacionem teoria e prática, de forma que se articulem, possibilitando ao estudante aproximação com o mundo real. Portanto, o curso de EMI em Mecatrônica “contempla as disciplinas necessárias à formação do futuro profissional, por meio de estudos que visem à articulação da teoria e prática, investigação e reflexão crítica” (IFSul, 2018, p. 5).

A importância dos laboratórios.

No que se refere a um curso técnico de nível médio em Mecatrônica, para que as atividades práticas sejam realizadas, é fundamental a utilização dos laboratórios disponíveis no curso, como consta no projeto pedagógico do curso (PPC):

A metodologia das aulas que serão desenvolvidas no curso integrado prevê aulas práticas e teóricas, as quais serão realizadas em diversos espaços educacionais, como laboratórios de informática, de microcontroladores, de automação e de mecânica, bem como no pátio e em espaços da comunidade local e regional (empresas e instituições). (IFSul, 2018, p 14).

Dessa forma, no curso de Mecatrônica, os laboratórios proporcionam um ambiente propício para a realização de práticas que aprimoram a compreensão teórica, consolidando a formação dos estudantes de maneira mais completa.

Considerando o Ensino Médio Integrado e a importância dos laboratórios, surgiu o seguinte problema de pesquisa: como os estudantes e docentes do curso de Ensino Médio Integrado em Mecatrônica do IFSul câmpus Novo Hamburgo, utilizam os laboratórios da Instituição de forma a contribuir para a formação integral dos estudantes?

Os resultados da pesquisa evidenciaram que muitos laboratórios são pouco utilizados. Entre os motivos para isso, destaca-se o desconhecimento sobre as potencialidades e possibilidades que cada espaço oferece, não apenas para a formação técnica, mas também para disciplinas propedêuticas, como matemática e física. Além disso, alguns laboratórios recebem atividades extracurriculares, enquanto outros são utilizados exclusivamente para as aulas previstas na matriz curricular. Como consequência, alguns espaços permanecem fechados na maior parte do tempo, com pouco aproveitamento de seus recursos.

Portanto, surgiu a necessidade de criar um produto educacional que apresente todos esses espaços do câmpus, permitindo que a comunidade acadêmica os explore e obtenha informações sobre sua estrutura e relevância. Dessa forma, com o objetivo de disponibilizar essas informações, foi criado um mapa interativo do câmpus, no qual o usuário pode navegar pelos laboratórios e obter detalhes sobre cada um deles.

Produto educacional

O mapa Interativo

Acesse o mapa pelo endereço abaixo:
<https://mapaifsulnh.netlify.app/>

O câmpus possui atualmente dois andares e, por isso, o mapa interativo está dividido em duas telas principais. A primeira exhibe os laboratórios do primeiro andar, enquanto a segunda apresenta os laboratórios do segundo andar. Além disso, um pequeno tutorial de uso está disponível ao lado para orientar os usuários, assim como um campo de texto para o envio de sugestões. As telas e as funcionalidades descritas são ilustradas nas imagens a seguir (Figuras 1 e 2):

Figura 1 - Mapa indicando os laboratórios do primeiro andar



Fonte: Autor (2024).

Figura 2 - Mapa indicando os laboratórios do segundo andar



Fonte: Autor (2024).

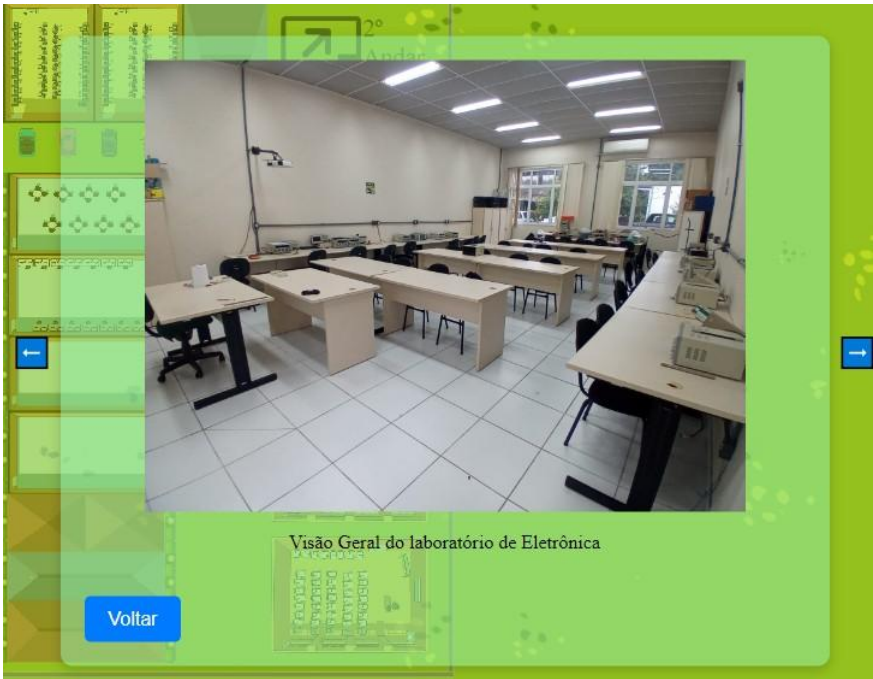
Durante a navegação, o usuário pode obter informações adicionais sobre cada laboratório ao mover o mouse sobre ele, com os detalhes sendo exibidos no lado direito da tela. Ao clicar em um ambiente, o usuário tem a oportunidade de visualizar fotos e acessar informações mais detalhadas. As telas e as funcionalidades descritas são ilustradas nas imagens a seguir (Figuras 3 e 4):

Figura 3 - Informações ao navegar pelo laboratório de eletrônica.



Fonte: Autor (2024).

Figura 4 - Informações ao clicar no laboratório de eletrônica.



Fonte: Autor (2024).

Dessa forma, a comunidade escolar e demais usuários têm a oportunidade de conhecer os laboratórios disponíveis no câmpus Novo Hamburgo por meio de uma visita virtual, explorando suas instalações e compreendendo suas funcionalidades e aplicações práticas.

Fase de desenvolvimento

Kaplún (2003) destaca três eixos fundamentais para o desenvolvimento de materiais educativos: o eixo conceitual, o eixo pedagógico e o eixo comunicacional. Dessa forma, durante o desenvolvimento do produto, foi escolhida a abordagem baseada nesses três eixos, os quais serão detalhados a seguir.

O primeiro eixo de Kaplún (2003) é o eixo conceitual, o qual o autor divide em duas atividades principais.

[...] de um lado temos que conhecer a fundo a matéria em questão, os conceitos que a articulam, os mais importantes debates suscitados por ela etc. [...] Depois disso, será preciso escolher as ideias centrais que serão abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais por meio dos quais se procurará gerar uma experiência de aprendizado (Kaplún, 2003, p.48).

Na primeira fase, foi necessário conhecer todos os laboratórios do câmpus Novo Hamburgo e definir quais aspectos detalhar e destacar de cada um, estabelecendo assim a ideia central do material. Esse levantamento foi realizado por meio de observações, entrevistas com os docentes e questionários aplicados aos estudantes. Um exemplo relevante

é a máquina a laser disponível no laboratório de Projetos, frequentemente mencionada pelos participantes, evidenciando a importância de incluir essa informação no produto final.

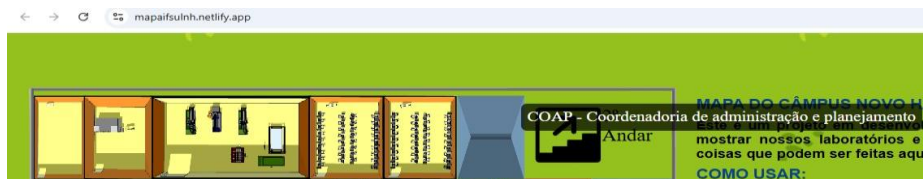
O segundo eixo de Kaplún (2003), refere-se ao eixo pedagógico. O autor destaca: “O eixo pedagógico expressa o caminho que estamos convidando alguém a percorrer, que pessoas estamos convidando e onde estão essas pessoas antes de partir” (Kaplún, 2003, p. 54).

Para o produto educacional deste trabalho, o objetivo é permitir que as pessoas explorem os espaços do câmpus. Para isso, foi fundamental planejar a construção desse percurso. Mais do que organizar as informações, é necessário facilitar a interação entre as informações e o público.

Portanto, apresentar apenas um material com a descrição dos laboratórios e suas funcionalidades não pareceria atraente, o usuário provavelmente não demonstraria muito entusiasmo em simplesmente ler um card. Por isso, optou-se por criar um mapa interativo.

Para uma experiência mais completa, o mapa indica a localização de cada espaço. Além dos laboratórios, o usuário é informado sobre o que cada área representa. Isso é ilustrado abaixo (Figura 5), onde, ao mover o mouse sobre o telhado azul, é indicado que ali está a Coordenadoria de Administração e Planejamento (COAP).

Figura 5 - Indicação dos outros espaços durante a navegação



Fonte: Autor (2024).

Outra característica, embora o mapa não represente a escala real, foi respeitada a localização de cada sala, além de incluir pequenos detalhes que conferem personalidade a cada ambiente. Por exemplo, o laboratório de informática é representado por pequenos computadores, enquanto no laboratório de projetos, o usuário pode visualizar pequenas mesas redondas.

Como elencado na primeira fase, é necessário preservar a ideia central. Se o objetivo é mostrar os laboratórios, é apenas nesses ambientes que ocorre outro evento ao mover o mouse: o laboratório recebe um pequeno zoom, indicando que é clicável. A partir disso, novas informações são obtidas (Figura 6).

Figura 6 - Zoom que os laboratórios recebem quando move o mouse por eles



Fonte: Autor (2024).

Com isso, os usuários são convidados a percorrer os espaços do câmpus, obtendo informações principalmente sobre os laboratórios. Embora seja um passeio virtual, a intenção é criar uma nova percepção, despertando o interesse e a curiosidade para visitar esses espaços. Assim, Kaplún (2003) destaca:

que lhe propomos um caminho, que ele é convidado a percorrer uma nova perspectiva que iremos abrir para ele, ou que lhe propomos que descubra. Ao fim desse caminho poderá ele, ou não, ter efetivamente mudado ou enriquecido algumas de suas concepções, percepções, valores etc. De qualquer modo, pelo menos a possibilidade está aberta (Kaplún, 2003, p. 49).

O último eixo apresentado por Kaplún (2003) é o eixo comunicacional. Nesse eixo, Kaplún destaca a importância de

saber como o conteúdo será transmitido aos destinatários, ou seja, identificar a melhor forma de compartilhar o conhecimento. Basicamente, trata-se de entender como o caminho, construído no eixo pedagógico, será percorrido:

Ainda que o importante seja o caminho, pode ser que, novamente, se deva rever algumas de nossas definições anteriores: se formos de carro, alguns caminhos não são adequados, porque só podem ser feitos a pé, inclusive para que se vejam melhor certos detalhes que não são vistos da janela de um carro. Claro está que, de carro, se vai mais rápido e mais longe, ao mesmo tempo (Kaplún, 2003, p. 54).

Portanto, é essencial considerar como o usuário navegará pelo mapa. Para garantir uma experiência fluida e intuitiva, optou-se por uma navegação sem interrupções, em que a interação ocorre em uma única página, sem mudanças de tela ou carregamentos. Não há telas iniciais para login, permitindo que o usuário comece imediatamente a explorar o mapa, sem obstáculos.

Além disso, um pequeno tutorial foi incluído ao lado do mapa, permitindo que o usuário aprenda rapidamente sobre as funcionalidades, sem precisar interromper sua navegação ou fazer desvios. Caso deseje enviar sugestões, o usuário pode fazê-lo de forma simples e direta, pois o campo de sugestões está posicionado ao lado do mapa (Figura 7), facilitando o envio sem a necessidade de sair do fluxo principal de navegação.

Figura 7 - Destaque do tutorial e campo de sugestões ao lado direito



Fonte: Autor (2024).

Como Kaplún (2003) faz a analogia de que, de carro, o caminho é mais rápido e você pode percorrer distâncias maiores, mas pode perder detalhes importantes que só seriam percebidos se estivesse caminhando, a navegação sem interrupções (sem mudanças de tela, sem carregamentos) funciona de maneira similar. Ela permite "caminhar" pelo conteúdo sem obstáculos, possibilitando que o usuário se concentre nos detalhes importantes e necessários para sua compreensão.

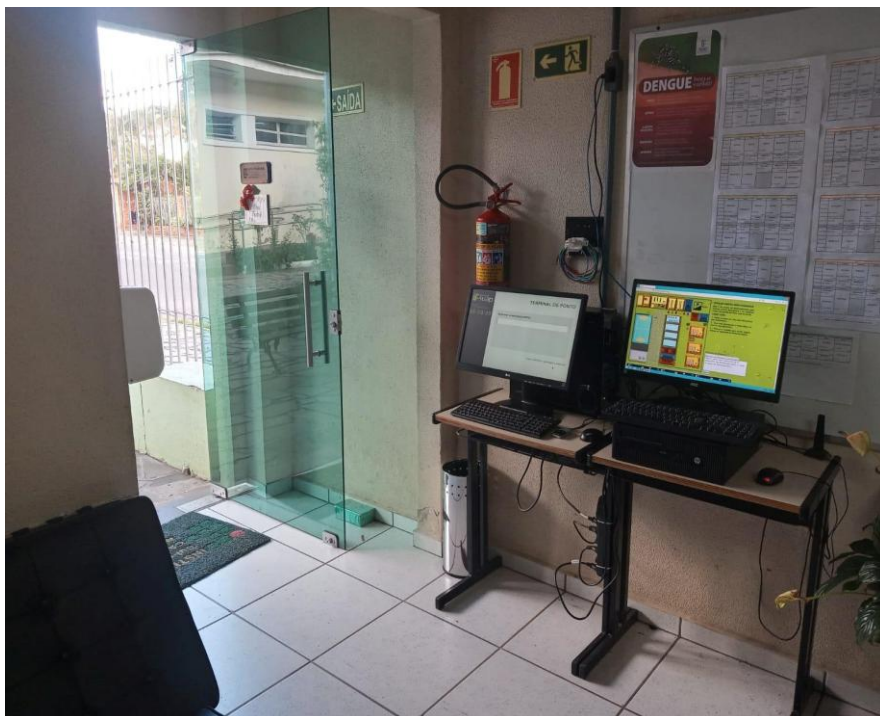
Outra característica citada por Kaplún (2003) é conhecer os sujeitos: “os sujeitos vão nos dar parte importante da chave. A primeira coisa é ter um bom banco de experiências, códigos, histórias e imagens que provêm dos próprios destinatários” (Kaplún, 2003, p. 54).

Se os usuários são estudantes do ensino médio, como no caso do câmpus, isso implica que eles podem ter uma abordagem mais visual e dinâmica em relação ao conteúdo. Considerando isso, a escolha de usar cores variadas e pequenas animações alinha-se com a necessidade de tornar o mapa mais atraente e envolvente para este público. Os usuários também podem ser pessoas com pouco conhecimento em informática. Nesse sentido, procurou-se tornar o mapa intuitivo e fácil de usar, sem sobrecarregar o usuário com informações excessivas ou complexidade desnecessária.

Fase de implantação

A implantação ocorreu no início de dezembro de 2024, e foi realizada de maneira a tornar o mapa visível para o maior público possível. Diante disso, foi disponibilizado um computador próximo à entrada do câmpus (Figura 8). Este computador mantém a visualização do mapa sempre disponível para quem passar pelo local. Para a instalação foi fundamental a colaboração da área de Tecnologia da Informação (TI) do câmpus, que auxiliou na configuração e no acesso à internet no local. A hospedagem do *site* foi feita de forma gratuita, por meio da plataforma: <https://app.netlify.com/>.

Figura 8 - Computador com o mapa na entrada do câmpus.



Fonte: Autor (2024).

Fase de resultados

Com o intuito de avaliar o produto educacional, observou-se sua utilização durante duas semanas, entre os dias 2 e 13 de dezembro. Foram realizadas duas análises: a primeira verificou quantas vezes os usuários clicaram em cada laboratório; a segunda consistiu em verificar as sugestões enviadas pelos usuários.

Ao todo, foram efetuados 76 cliques, distribuídos ao longo dos laboratórios (Tabela 1):

Tabela 1 - Cliques em cada laboratório

Laboratório	Quantidade de cliques	%
CNC	8	10,53
Mecânica	11	14,47
Informática	18	23,68
Projetos	11	14,47
Eletrônica	16	21,05
Acionamentos de máquinas	7	9,21
Sistemas mecatrônicos	5	6,58
Total	76	100

Fonte: Autor (2025).

Ao analisar a Tabela 1, obtém-se a seguinte ordem dos laboratórios, do mais acessado ao menos acessado: Informática, Eletrônica, Mecânica, Projetos, CNC, Acionamentos de Máquinas e Sistemas Mecânicos.

A segunda análise foi sobre os comentários enviados, nos quais os usuários forneciam um comentário específico sobre um laboratório ou um comentário geral. A seguir (Quadro 1) apresenta-se esses comentários, com algumas alterações nas palavras em *itálico*, para evitar termos excessivamente informais e também para preservar a identidade dos docentes.

Quadro 1 - Comentários enviados sobre o mapa

Comentário	Sobre
Muito <i>incrível</i>	Acionamentos de máquinas
Sala modular do meio está com um ar-condicionado estragado!	Geral
Amo muito este lugar	Eletrônica
Tem que Mudar o professor da “ <i>disciplina X</i> ” do segundo ano	Geral
Amei	Projetos
Uma péssima experiência pois o professor colocou 55 alunos dentro do laboratório e não deu pra entender absolutamente nada.	Eletrônica
Show de Bola	CNC
Talvez uma atualização nos pc	Informática
Não tenho aulas ainda...	Informática
Muito Legal	Eletrônica
Tomei um choque, <i>professor</i> muito <i>incrível</i>	Acionamentos de máquinas
Queria que a quadra tivesse vestiários para se trocar e tomar banho	Geral
Faltou colocar fotos da biblioteca	Geral

Fonte: Autor (2025).

Ao analisar os comentários do quadro 1, observa-se que muitos aderiram à ideia do mapa, evidenciando comentários

como “muito legal” e “show de bola”. O mapa também serviu para que a comunidade acadêmica expressasse sugestões sobre o que gostariam que a escola melhorasse. Entre os exemplos, destacam-se a reclamação de ar-condicionado estragado e a falta de vestiários na quadra.

O mapa também funcionou como um espaço para a comunidade acadêmica compartilhar suas experiências, tanto as frustrações quanto as satisfações. Entre as frustrações, destacam-se o pedido de troca de professor e a experiência negativa de ter aula com turmas lotadas. Já entre as satisfações, destacam-se os elogios a alguns ambientes e aos professores. Portanto, o produto educacional deste trabalho, além de exibir informações e detalhes dos laboratórios, também funcionou como um meio de comunicação para a comunidade acadêmica.

Considerações Finais

A análise dos resultados demonstrou que o produto educacional foi aceito pela comunidade acadêmica, havendo várias interações proporcionando um canal de comunicação para sugestões e feedbacks.

Com base nos dados obtidos, observou-se que existem laboratórios mais acessados e outros menos acessados. Esse diagnóstico permite uma reflexão sobre possíveis estratégias para incentivar o uso dos laboratórios subutilizados, promovendo atividades e projetos que ampliem seu reconhecimento e aproveitamento pela comunidade.

Para ampliar ainda mais o impacto do mapa interativo, algumas melhorias e expansões podem ser implementadas nas próximas fases do projeto, como a inclusão de outras dependências do câmpus, tais como bibliotecas, salas de aula e espaços de convivência. Além disso, melhorias na interface e na acessibilidade podem ser aplicadas para tornar a navegação mais intuitiva e inclusiva.

Espera-se que a continuidade e a constante evolução desse projeto continuem estimulando o interesse pelos laboratórios, favorecendo uma melhor utilização dos espaços e contribuindo para o fortalecimento do curso de Mecatrônica e em outras áreas do câmpus Novo Hamburgo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 17, de 29 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, no exercício de 2010. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2009. Disponível em:

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Normativa-17-2009-12-29.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 13 mai. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Área de concentração**. Vitória, ES: IFES, 2024. Disponível em:

<https://profept.ifes.edu.br/areadeconcentracao?start=3>. Acesso em: 1 mai. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Regulamento ProfEPT 2023**. Vitória, ES: IFES, 2023. Disponível em:

<https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16478-regulamento2023>. Acesso em: 27 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecatrônica**: forma integrada. Novo Hamburgo: IFSul, 2018.

Disponível em:

<https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/download/documento/3117> .

Acesso em: 11 ago. 2025

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Instituto**.

Pelotas, RS: IFSul, 2024. Disponível em:

<https://www.ifsul.edu.br/instituto>. Acesso em: 15 mai. 2024.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Projeto Pedagógico do Curso de Mecatrônica**. Pelotas, RS: IFSul, 2024.

Disponível em: <https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/244>.

Acesso em: 30 mai. 2024.

KAPLÚN, Gabriel. Materiais educativos: experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, ano 8, n. 27, p. 46-60, jan./abr. 2003. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 12 jan. 2023.

6. Ensino Tec Investe – Galeria digital de aprendizagem de Educação Financeira para a EPTNM

Elizabeth Fernandes

ensinotecinveste@gmail.com

Luiz Claudio de Almeida Teodoro

luiz_teodoro@yahoo.com.br

Introdução

O produto educacional Ensino Tec Investe foi desenvolvido com intuito de complementar o conteúdo ministrado pelos docentes em sala de aula e para e atender a expectativa do público discente acerca de conteúdos de educação financeira. A Galeria Digital de Aprendizagem (GDA) foi muito bem recebida e avaliada pelo público discente e inclusive por outros públicos da comunidade escolar. Ela é resultado da pesquisa Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de Ensino Médio: Pontos e Contrapontos, realizada com estudantes do ensino médio integrado da EPT no CEFET-BH. Como a finalidade da EPT é preparar os indivíduos para o mundo do trabalho por meio de uma formação integral, entendemos que essa preparação precisa passar pelo conhecimento sobre finanças pessoais.

Desde 2010 o Governo Federal do Brasil tem realizado ações para promover a educação financeira de forma a contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país, incluindo o Ministério da Educação como um dos representantes no Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Em 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi atualizada destacando o ensino da educação financeira de forma explícita e obrigatória no ensino médio. No ano de 2022 a Deputada estadual Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), protagonizou uma discussão no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul fazendo uma crítica ao ensino da educação financeira nas escolas. A partir desses dados e por motivações de experiências pessoais com endividamento desta pesquisadora na adolescência foi realizada a pesquisa cujos resultados demonstraram que os discentes tiveram contato breve com a educação financeira, porém apontaram a deficiência do ensino de determinadas temáticas como investimentos e ferramentas para auxiliá-los no dia a dia das finanças.

Contexto da Pesquisa /Justificativa / Resultados

Anos 2000. Para receber a bolsa do estágio de ensino médio em meu primeiro emprego, era necessário fazer abertura de conta bancária e junto com a conta também era disponibilizado um cartão de crédito. Por falta de conhecimento sobre o esse produto financeiro e, tampouco sobre educação financeira, ainda no ensino médio eu já estava endividada. Motivada pelas transformações que a educação formal e a educação financeira me proporcionaram,

juntamente com as alterações na BNCC, que incluíram a educação financeira de forma explícita no ensino médio, e as análises das perspectivas sócio-históricas da formação integral, em 2024 defendi a dissertação de mestrado: “Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica de Ensino Médio: Pontos e Contrapontos”. O intuito era de trazer em linguagem simples e clara as múltiplas perspectivas sobre a educação financeira na EPTNM, incentivando a discussão sobre como a abordagem da educação financeira adotada em sala de aula auxilia os discentes no processo de tomada de decisão relacionadas ao dinheiro.

Com o objetivo de estimular e equiparar a discussão do tema educação financeira na educação profissional e tecnológica, o referencial teórico buscou fornecer múltiplas perspectivas sobre a temática apresentando a educação numa perspectiva integral, conceituando o termo “educação” no Brasil e a concepção de variados autores sobre o tema, trazendo a definição, o histórico e as características da Educação Profissional e Tecnológica brasileira e explicando a Base Nacional Comum Curricular e sua relação com a educação financeira. Por fim, o último capítulo do referencial teórico, Educação Financeira: Pontos e Contrapontos, convida o leitor a refletir e analisar diversos aspectos sobre o ensino de finanças na EPT.

Nesse último capítulo do referencial teórico da pesquisa foram apresentados a discussão o conceito de educação financeira que, apesar de não ter uma terminologia única, foi considerado na pesquisa como um conjunto de informações básicas que irá auxiliar no processo de construção do

conhecimento para uma administração e tomada de decisão mais consciente sobre suas finanças pessoais.

Considerado como tema importante a ser abordado, dado o sistema econômico predominante, o capitalista, em 2010 foi publicado o Decreto nº 7397, de 22 de dezembro de 2010, que “institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.” (Brasil, 2010). O propósito deste Decreto era criar uma estratégia nacional, de atuação permanente e gratuita de educação financeira como forma de fortalecimento da cidadania. Para tal, esse Decreto instituiu o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). O CONEF seria responsável por executar a estratégia de educação financeira no país.

Em 2020, o Decreto nº 10393, de 09 de junho de 2020, revoga o Decreto de 2010, atualizando a ENEF e criando o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBFEF). A legislação de 2020 adicionou como finalidade, além da educação financeira, a educação securitária, previdenciária e fiscal no País e, ainda transformou o CONEF em um Fórum. Também tem como objetivo fortalecer a cidadania através da educação financeira que, irá auxiliar no processo de tomada de decisão da população e consequentemente aumentar a segurança do sistema financeiro nacional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi publicada pela primeira vez em 2015, tendo sua última atualização em 2017, inseriu a educação financeira como competência específica no ensino médio com prazo para implantação até o final de 2021. No ano de 2022 a Deputada

estadual Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), protagonizou uma discussão no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul que movimentou a mídia sobre a educação financeira nas escolas. Trecho da sua fala destacado na reportagem do Jornal O Globo faz uma crítica à educação financeira, pois, segundo a deputada, o problema não está na ausência do ensino do tema nas escolas, mas sim, na ausência de recursos financeiros.

Ridículo porque o problema das finanças das famílias cujos filhos estudam em escola pública não é de educação financeira, é de falta de dinheiro. O salário das pessoas não chega até o final do mês, então elas são obrigadas a se endividar para sobreviver, para comprar um botijão de gás, para comprar o arroz e o feijão. (O Globo, 2022, p.1).

A fala da Deputada Luciana Genro pode ser exemplificada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, em que 50% da população brasileira teve em 2022 uma renda *per capita* de oitocentos e noventa e um reais por mês. Para essa metade da população os termos educação financeira, controle orçamentário e investimentos podem estar muito distantes de sua realidade, isso porque, segundo a teoria de Maslow, as necessidades fisiológicas e de segurança (relacionadas à saúde e moradia por exemplo) tendem a se sobressair sobre as demais demandas (Brasil, 2018).

A hierarquia de necessidades de Maslow é uma teoria da psicologia proposta por Abraham Maslow em seu artigo "A

teoria da motivação humana", publicado em 1943 na revista *Psychological Review*. Em sua teoria, as necessidades básicas dos seres humanos estão relacionadas à fisiologia corporal, tais como fome, sede, desejo sexual e sono. A pessoa que tem preocupação com o seu sustento alimentar, se irá conseguir um medicamento, se conseguirá arcar com o aluguel mensal, com dinheiro para transporte até a escola não tem como prioridade buscar conhecimento sobre finanças. O momento presente o conduzirá para ações que promovam sua subsistência, inicialmente. Com isso, pode-se afirmar que, a educação financeira é um instrumento que deve estar presente na educação básica, não como uma solução única e definitiva de todos os problemas financeiros e econômicos mas, como uma ferramenta de auxílio para uma mudança positiva de situação financeira (que vai ao encontro com a educação libertadora de Paulo Freire, referenciada na dissertação⁹) desses sujeitos, de forma que estejam cada vez mais preparados para tomar decisões financeiras de maneira mais consciente e assertiva.

Não é difícil encontrar na internet histórias de celebridades que eram consideradas ricas e atualmente mal se sustentam, ou que adquiriram casas e carros de luxo, mas não conseguiram arcar com os custos de manutenção. Ou ainda que ganharam “uma bolada” na loteria ou outro tipo de premiação, mas perderam tudo por causa da má administração do dinheiro. São fatos diferentes: não ter dinheiro e não ter educação financeira. Renda ou o dinheiro propriamente dito é o poder aquisitivo do indivíduo, sua capacidade de troca por bens

⁹ Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/921666>.

e serviços. A educação financeira é um conhecimento, uma capacidade humana que será utilizada conforme a experiência individual de cada um, no contexto em que estiverem.

Lincoln já disse isso: “dê uma vara e ensine a pescar”. É claro que quando alguém está morrendo de fome é preciso lhe dar um prato de comida, mas depois disso é preciso lhe dar um livro. Se ele não o ler deixe que siga seu caminho. Você já fez sua parte. (Couto, 2015, p. 179).

Outra questão a considerar, no debate sobre a educação financeira, é sobre pensar no quanto o discurso da educação financeira não está mascarando a ineficiente gestão do Estado na garantia dos direitos fundamentais e sociais da população. Por exemplo, numa perspectiva neoliberal, o Estado reduz ou efetivamente retira recursos para as políticas públicas sociais e passa a investir no mercado financeiro.

No livro *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico* é demonstrado um ponto de vista sobre a doutrina neoliberal juntamente com uma análise do discurso político de sua atuação na sociedade. Em tese, a doutrina neoliberal “defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo” (Oxford, [s.d]), no entanto, o que seria uma restrição estatal serve para “trunfo do Estado” calando a sociedade a tornando responsável por ações que deveriam ser do governo. (Safatle, Junio, Dunker, 2022, p. 27). Nesse contexto, o indivíduo além de ter que se preocupar em trabalhar para pagar as despesas relacionadas aos seus desejos pessoais, tem que dar conta de

custos que deveriam ser responsabilidade do Estado, como saúde, educação e transporte, por exemplo. Há também que se falar no quesito saúde física e mental pois, anteriormente, o trabalhador tinha direito a férias anuais, por exemplo, agora, como é patrão de si mesmo (numa lógica de empreendedorismo) e, se não produzir não gera renda, se vê obrigado a trocar momentos de descanso por trabalho. (Safatle, Junio, Dunker, 2022, p. 129)

Além da crítica ao acesso à renda por parte das famílias, as publicações a seguir apontam os desafios, limitações e outros vieses relacionados ao ensino da matéria financeira nas escolas. Viviane Franco Augustinis, Alessandra de Sá Mello da Costa e Denise Franca Barros fazem uma análise do discurso da educação financeira sobre a abordagem do Governo Federal do Brasil, de uma empresa privada com grande representatividade no mercado e a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) no artigo Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital. Nesse estudo as autoras chegam à conclusão de que há “um movimento global, ideal e exemplar de educação financeira” (Augustinis; Costa; Barros, 2012, p. 80), uma padronização dos sujeitos a serem educados e um processo de transferência de responsabilidade referente a gestão do dinheiro por parte das pessoas.

Será que os programas de educação financeira são realmente eficientes? Como educar financeiramente a população – de forma indiscriminada - se até mesmo os reguladores destes mercados têm dificuldades em compreender os novos

serviços e produtos disponibilizados?
(Augustinis; Costa; Barros, 2012, p. 99).

A adoção da educação financeira nas escolas pode contribuir para uma educação que promova o pensamento crítico em um espaço de discussão sobre os produtos e serviços financeiros disponíveis no mercado. No ambiente escolar é possível utilizar a interdisciplinaridade, aplicando o conhecimento obtido de outras disciplinas nas discussões sobre as vantagens e desvantagens de cada situação financeira. Essa é uma oportunidade valiosa para os discentes, pois, é possível que quando se tornem egressos, devido ao fato de assumir novas responsabilidades, eles “não tenham tempo” para um olhar mais criterioso sobre o assunto.

A pesquisa também analisou os projetos pedagógicos dos cursos com o objetivo de investigar se o itinerário formativo educação financeira estava presente, quais os conteúdos propostos e investigar a proposta do curso e o perfil do egresso em confronto com a formação para o mundo do trabalho. Quanto à existência do itinerário formativo educação financeira, foi possível comprovar que há a presença da matemática financeira, dentro da disciplina de Matemática, nos conteúdos dos discentes do segundo ano. A ementa de todos os cursos para a disciplina de Matemática é idêntica e possui as matérias: “Taxas de porcentagem, Lucro e prejuízo e Juros simples e compostos.” (PPC´s CEFET-BH). Outro aspecto identificado foi a bibliografia indicada nos cursos. A lista de livros didáticos está atualizada de acordo com a BNCC e contém um roteiro de apoio para auxiliar os docentes no uso do material, com o objetivo de lecionar a educação financeira e

educação para o consumo trazendo exemplos práticos e cotidianos. Ainda que a educação financeira não esteja explícita nos PPC's dos cursos, foi constatado, por meio dos relatos dos entrevistados que, que alguns docentes promoveram o ensino da educação financeira.

Foi então, realizada uma entrevista semiestruturada com dez discentes do CEFET-BH, com faixa etária de quinze a dezenove anos, setenta por cento dos entrevistados possuíam renda. De maneira geral os estudantes gostaram da experiência que tiveram com o conteúdo de educação financeira, apesar de alegarem que foi muito breve. Ainda que a abordagem do tema educação financeira tenha acontecido de forma superficial e rápida, deixou bons frutos para os discentes. Vários deles demonstraram durante a entrevista o que aprenderam sobre o assunto, outros despertaram uma curiosidade para buscar mais conhecimentos sobre o assunto no futuro. As práticas educativas adotadas pelos docentes foram bem diversas. Alguns discentes alegaram que tiveram mais aulas de matemática financeira do que de educação financeira. Cinquenta por cento dos entrevistados gostariam de ter aprendido sobre investimentos. Também disseram que gostariam de ver o conteúdo com mais profundidade e a aplicabilidade do conhecimento das aulas no mundo do trabalho. Os discentes também reforçaram que o itinerário em questão deveria ser trabalhado no decorrer dos três anos e que deveriam ser abordadas temáticas que estão presentes no dia a dia deles ou posteriormente no mundo do trabalho. A importância da educação financeira ainda na educação básica também foi validada na entrevista, por meio da procura do

conteúdo de educação financeira pelos próprios discentes em outras fontes de conhecimento, além do ambiente escolar.

Também ficou explícito nas entrevistas o fato de que como boa parte das despesas familiares são executadas pelos responsáveis, os estudantes estão menos preocupados em aprender sobre a educação financeira nesta fase da vida. Também nas entrevistas foi identificado que há discentes que têm a consciência de que o conhecimento da educação financeira não necessariamente está relacionado ao fato de ter ou não dinheiro, citando como exemplo pessoas com alta renda e que ainda assim passam por endividamentos ou não conseguem adquirir algum bem como casa e carro por não ter um controle sobre o seu consumo ou organização financeira. O plano para o futuro que fazem parte da vida adulta ainda não está totalmente claro para alguns entrevistados, porém todos sabem que terão que arcar com suas responsabilidades financeiras na futuridade.

Analisando todo o conteúdo produzido durante a pesquisa, desenvolvemos o produto educacional num formato que fosse atraente ao público-alvo e que possibilitasse consultas futuras com informações de fontes sólidas, oficiais e seguras. Assim foi desenvolvida a Galeria Digital de Aprendizagem Ensino Tec Investe.

Produto Educacional

A Galeria Digital de Aprendizagem (GDA) é composta por vídeos e postagens na plataforma de rede social Instagram e um *e-book*. A GDA foi intitulada Ensino Tec Investe, possui vídeos

curtos com legenda, publicações textuais, disponibilização de links de acesso aos conteúdos oficiais como o site do Banco Central do Brasil, disponibilização de planilhas para controle financeiro e o *e-book* com todo o conteúdo compilado e organizado por assuntos. Este produto educacional foi desenvolvido no formato virtual para atender os critérios de alcance e acessibilidade ao maior número de usuários possível, mesmo após a conclusão do ensino médio, visto que ele não tem a intenção de substituir o conteúdo que deve ser ministrado nas aulas do ensino médio integrado, aulas essas que os entrevistados disseram ter preferência pelo formato presencial.

A finalidade da GDA Ensino Tec Investe é disponibilizar conteúdo de educação financeira de forma complementar ao oferecido no ambiente escolar, de maneira que seja facilitado o acesso e compartilhamento do conteúdo mesmo após o término do ensino médio integrado. Não é necessário ter cadastro no aplicativo Instagram, pois seu conteúdo funciona como uma página na internet. Ele pode ser acessado pelo endereço: <https://www.instagram.com/ensinotecinveste/>. O *e-book* assim como os demais materiais complementares (planilhas e links de acesso) estão no link <https://linktr.ee/ensinotecinveste> localizado na biografia do perfil.

Os assuntos abordados na GDA Ensino Tec Investe foram os mais relevantes identificados na entrevista semiestruturada. Procurou-se atender ao máximo as demandas apresentadas pelos entrevistados, primando sempre pelo cuidado com a fonte das informações, visto que

infelizmente há pessoas de má índole que se aproveitam do sonho de enriquecimento rápido e realizam golpes financeiros. As publicações (conteúdos) foram apresentadas conforme abaixo:

- **Introdução:** Vídeo com história da pesquisadora - Objetivo desse vídeo é atender a demanda de apresentar casos reais e verídicos com intuito educacional
- **Apresentação dos criadores:** pesquisadora e orientador - Linguagem adequada e apresentando aspectos pessoais para despertar maior proximidade com o público
- **Como usar cartão de crédito** - Objetivo foi demonstrar o funcionamento do cartão e alertar quanto ao controle e endividamento
- **Importância da educação financeira, mesmo sem ter dinheiro** - Estimular a busca pelo conhecimento sobre finanças ainda que no momento os pais sejam os responsáveis financeiros pelas despesas dos discentes
- **Organizando seu orçamento com uma folha de papel** - Demonstrar que qualquer forma de controle é válida para organizar as finanças. Aqui também foram disponibilizados dois modelos de planilhas para aqueles que queiram usar essa ferramenta de controle.

- **Cuidado com a ganância, ative o modo mineiro em você** - Trazer conceitos das finanças comportamentais com linguagem simples e adequada ao público discente.
- **Excesso de otimismo, você não é todo mundo!** - Assim como o vídeo anterior, apresentar mais um conceito das finanças comportamentais com linguagem simples e adequada ao público discente.
- **Reserva lucrativa** - Demonstrar a diferença entre guardar dinheiro em casa ou em algum investimento.
- **Renda fixa x renda variável** - Explicar a diferença entre esses dois grupos de investimentos.
- **Dica de filme** - O filme escolhido foi “Até que a sorte nos separe 1” que foi inspirado em um dos livros de Gustavo Cerbasi. Esse filme demonstra que ter dinheiro e não ter ou não aplicar a educação financeira pode ser prejudicial.
- **Quem disse que dinheiro não dá em árvore** - Inspirado no livro do Cerbasi (2019), explica que investir é um processo e que trará resultados (frutos) no longo prazo.
- **Seus investimentos não vão dobrar de um mês para outro** - O intuito deste conteúdo é reduzir a ansiedade em ter grandes ganhos rapidamente e estimular o controle e acompanhamento

- **Conhecimento:** o melhor investimento de todos - Estimular os discentes a investir neles próprios por meio do conhecimento.
- **5 termos importantes** - Apresentação e explicação de termos comuns nos investimentos em renda fixa.
- **Entenda na prática** - Demonstração de um exemplo real de como os termos apresentados aparecem para os discentes no momento do investimento.
- **Escolhendo seu primeiro investimento** - Passo a passo de informações que precisam ser definidas e analisadas para efetuar um investimento em renda fixa.
- **O investimento que traz retorno mais rápido:** fazer renda - Mais um conteúdo com intuito de reduzir a ansiedade de ver grandes retornos nos investimentos em um curto espaço de tempo.
- **Tributação sobre investimentos** - Explicar como funciona a tributação sobre os investimentos.
- **Planos para o futuro** - Estimular a organização e planejamento financeiro.
- **Que tal criar um grupo do dinheiro com seus amigos?** - Estimular a troca de experiências e conhecimento sobre finanças com amigos e familiares.
- **Fontes** - Referências utilizadas, inclusive com foto da capa para melhor visualização do público que queira realizar consultas futuras.

- **Último ensinamento** - Esse foi um conteúdo de agradecimento e motivação para que os discentes, antes de cuidar da saúde financeira, cuidem da sua saúde física, mental e emocional.

O produto educacional atende aos critérios de avaliação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em aderência ao projeto e a linha de pesquisa, práticas educativas em educação profissional e tecnológica, em replicabilidade podendo ser repetido e acessado pelos demais cursos e instituições. Possui alto impacto e uma demanda espontânea para toda a comunidade escolar.

O Ensino Tec Investe foi desenvolvido utilizando como fontes de conteúdo três autores especialistas e renomados no assunto de educação financeira. O conteúdo foi 100% baseado nas respostas das entrevistas semiestruturadas para atender às questões apresentadas pelos discentes entrevistados. Assim, esse produto educacional se justifica para atender uma demanda complementar de oferta de conhecimento sobre educação financeira para os discentes do ensino médio integrado da educação profissional e tecnológica. O resultado das entrevistas demonstrou que aprender a investir, utilizar o cartão de crédito e se organizar foram os temas que os discentes gostariam que tivesse sido abordado no CEFET-BH com mais ênfase.

Foram utilizados como bases teóricas três livros que possuem conteúdo pertinente com a proposta do produto

educacional e linguagem de fácil entendimento, caso os usuários do produto queiram acessar seu inteiro teor.

O primeiro foi “Decisões econômicas, você já parou pra pensar?” de Vera Rita de Melo Ferreira. A autora é doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) São Paulo e presidente da IAREP (*International Association for Research in Economy Psychology*). É divulgadora científica, palestrante e professora de psicologia econômica, arquitetura de escolhas, educação financeira e comportamento econômicos pelo Vértice Psi Instituto de Psicologia Econômica e Ciências Comportamentais. É a autora dos primeiros livros nacionais sobre psicologia econômica e outras publicações, também é membro do Comitê de Psicologia e Educação Financeira da OCDE (Ferreira, 2023).

O segundo livro utilizado foi “Dinheiro sem medo: práticas financeiras para quem está começando a construir seu próprio caminho”, de Eduardo Amuri. Amuri é bacharel em Ciência da Computação e possui especialização em gestão de negócios pela Fundação Instituto de Administração (FIA) e pela *University of La Verne*, na Califórnia. Já trabalhou no site "papo de homem" como diretor financeiro e desde 2011 atende famílias e pequenas empresas no auxílio a organização financeira. (Amuri, 2017). É escritor de mais dois livros de educação financeira.

E por último o livro “Investimentos Inteligentes”, de Gustavo Cerbasi. Ele é mestre em Administração pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e graduado em Administração Pública

pela Fundação Getúlio Vargas. Possui especializações em Finanças pela *Stern School of Business*, da Universidade de Nova York, e pela Fundação Instituto de Administração (FIA). Com larga experiência em finanças dos negócios, planejamento familiar e economia doméstica, Cerbasi promove o curso *on-line* Inteligência Financeira e ministra palestras em todo o Brasil. Tem 16 livros publicados e já vendeu mais de 2,5 milhões de exemplares. (Cerbasi, 2019).

A avaliação GDA ocorreu por meio de formulário eletrônico do Google, sem identificação dos avaliadores. O formulário era composto por seis perguntas, sendo elas:

- Se o avaliador era estudante ou não e se fosse de qual fase da educação (ensino fundamental, médio, graduação ou pós-graduação)
- Você considera que o conteúdo apresentado pode te auxiliar em relação a educação financeira/ investimentos?
- Além da página no Instagram e do *e-book* foi disponibilizado material complementar como planilhas e *links* oficiais sobre educação financeira, para consulta no futuro. Você acha que esse material pode contribuir com a sua organização financeira?
- A linguagem utilizada foi adequada?
- Você acredita que com esse conteúdo você ou outro estudante conseguiria fazer seu primeiro investimento? Justifique sua resposta
- Conte-nos sua opinião sobre o produto.

O formulário recebeu respostas por oito dias. Durante esse período foram recebidas trinta e três respostas pelos diferentes tipos de público: não estudantes; estudantes do ensino fundamental; estudantes do ensino médio; estudantes de graduação e pós-graduação, sendo 42% estudantes do ensino médio e 33% estudantes da graduação e pós-graduação. Todos os avaliadores consideraram que o conteúdo da GDA pode auxiliar em relação a educação financeira/ investimentos, assim como que material complementar disponibilizado pode contribuir com a sua organização financeira, demonstrando assim a pertinência do conteúdo disponibilizado. Quanto à avaliação da adequação de linguagem, foi aplicada a escala Likert para mensurar esse quesito. Nessa escala onde 1 é uma linguagem de difícil entendimento e 5 fácil entendimento, a maior parte dos avaliadores julgaram que a linguagem foi adequada à proposta e foi de fácil entendimento.

Na pergunta se era possível fazer o primeiro investimento utilizando o conhecimento da GDA, 78,8% dos avaliadores responderam que sim. 21,2% responderam que talvez e não houve nenhuma resposta negativa.

No último tópico julgado foi solicitado que os avaliadores expressassem a opinião deles sobre o produto. Todas as respostas foram positivas, demonstrando que o produto educacional teve boa receptividade por diversos públicos, conteúdo de qualidade com linguagem acessível e que estimula a busca por conhecimento de educação financeira.

Achei o conteúdo de fácil entendimento, sem ser aquele padrão de apresentação que é normalmente apresentado, um conteúdo que nos cativa a entender o assunto com maior interesse (Estudante do ensino médio).

Um excelente material, completo para iniciantes. Claro e objetivo. (Estudante do ensino médio).

Material esclarecedor, o povo brasileiro é analfabeto em economia, acho que passou da hora de ser ensinado isso nas escolas, assim como já fazem em outros países mais desenvolvidos. (Não é estudante).

Uma brilhante ideia, haja vista que a Educação Financeira ainda é um problema que deve ser enfrentado. Após o Novo Ensino Médio, a “intenção” era que houvesse a inclusão dessa discussão para os alunos, mas não é a realidade que vemos, sobretudo nas escolas públicas. Achei o material incrível e facilitador. (Estudante da graduação ou pós-graduação).

Conforme demonstrado nos trechos acima, a GDA, construída para o público do ensino médio, atende a diversos públicos em várias fases da vida, servindo como material de apoio e incentivo para um olhar mais atento para as finanças pessoais.

Considerações Finais

Enquanto o sistema capitalista estiver em vigência, a educação financeira é um conteúdo relevante em todas as idades, em qualquer nível econômico, apesar de seus pontos e

contrapontos, **é um conhecimento**, uma capacidade humana que será utilizada conforme a experiência individual de cada um, no contexto em que estiverem.

A GDA Ensino Tec Investe é um produto educacional de grande contribuição com a educação profissional e tecnológica de ensino médio, dado o momento econômico e cultural em que um conteúdo institucionalizado traz consigo clareza e segurança para o assunto que precisa ser mais discutido no ambiente escolar e familiar.

Referências

AMURI, Eduardo. **Dinheiro sem medo**: práticas financeiras para quem está começando a construir seu próprio caminho. São Paulo: Saraiva, 2017.

AUGUSTINIS, Viviane Franco *et al.* Uma análise crítica do discurso de educação financeira: por uma educação para além do capital. **Revista ADM.MADE**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 79-102, set./dez. 2012. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/admmade/article/view/553/291>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira**: gestão de finanças pessoais. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoa_is/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

BRASIL. **A hierarquia de necessidades de Maslow**: o que é e como funciona. Brasília, DF: Governo Federal, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/porta-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/a-hierarquia-de-necessidades-de-maslow>. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Brasília, DF: Governo Federal, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/semanaenef/pt-br/sobre/a-semana>. Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. **Semana ENEF.** Brasília, DF: Governo Federal, [s. d.].

Disponível em: <https://www.gov.br/semanaenef/pt-br>. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, mercado de trabalho e Auxílio Brasil permitem

recuperação dos rendimentos. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36857-em-2022-mercado-de-trabalho-e-auxilio-brasil-permitem-recuperacao-dos-rendimentos>. Acesso em: 5 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Brasília, DF: MEC, [s. d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da BNCC**. Brasília, DF: MEC, [s. d.]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 29 mar. 2023.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes**: estratégias para multiplicar seu patrimônio com segurança e eficiência. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Sextante, 2019. *E-book*.

COUTO, Hélio. **Mentes in-formadas**: ondas de in-formação, transferência de consciências e outras infinitas possibilidades. São Paulo: Linear B Editora, 2015. Disponível em: <https://materiais.cursosheliocouto.com.br/e-book-mentes-in-formadas>. Acesso em: 6 out. 2024.

O GLOBO. Luciana Genro se posiciona contra educação financeira nas escolas, vira alvo de críticas e é rebatida por Nath Finanças.

Sonar, Rio de Janeiro, 14 jun. 2022. Disponível em:

<https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/luciana-genro-se-posiciona-contr-a-educacao-financeira-nas-escolas-vira-alvo-de-criticas-e-e-rebatida-por-nath-financas.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

OXFORD LANGUAGES. Neoliberalismo. *In*: Dicionário Google. [S. l.]:

Oxford Languages, [s. d.]. Disponível em:

<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

7. Podcast na Educação Básica: Ferramenta Educacional para Professores do PROEJA

Roberta Pizzio Carneiro

betapizzio@hotmail.com

Maria Raquel Caetano

mariacaetano@ifsul.edu.br

Introdução

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino da educação básica que tem como finalidade promover a formação dos sujeitos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola para concluir os seus estudos na idade regular.

O presente texto insere-se no recorte de uma pesquisa mais ampla sobre Proeja¹⁰ no contexto do IFSul – Câmpus Charqueadas. O objetivo proposto é reconhecer e ressaltar a relevância do Proeja nos Institutos Federais, considerando-o como uma política educacional que articula a formação básica

¹⁰ Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 que “Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências”.

ao ensino profissionalizante, promovendo uma abordagem integrada e alinhada às necessidades do público atendido.

A relevância desta modalidade de ensino vai além da construção de conhecimento; ela proporciona aos sujeitos a oportunidade de desenvolver saberes e conhecimentos para uma participação ativa na sociedade, promovendo a sua autonomia, inclusão social e cidadania, pois “a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 1996, p. 38). Entretanto, o cenário socioeducacional que temos apresenta jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, excluídos das oportunidades educacionais para concluírem a educação básica, constituindo situações de vida, moradia e trabalho precários (Moll, 2021).

A partir desse cenário social vulnerável, os jovens e adultos que retornam para a escola trazem consigo experiências de vida e bagagens culturais que podem ser refletidas e discutidas por todos – alunos e professores – enriquecendo o ambiente da aula porque proporciona a troca de conhecimento, bem como a valorização e o respeito pela diversidade, que possibilita a equidade na EJA11 (Vóvio; Sito; Valencia; Pesce, 2023).

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a

¹¹ No decorrer da escrita deste estudo, utilizamos a nomenclatura Proeja ao nos referirmos ao IFSul – Câmpus Charqueadas. Essa escolha se deve ao fato de o Projeto Pedagógico do Curso – PPC – empregar essa terminologia, pois se trata do programa em que este instituto escolar está inserido, conforme o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. No entanto, é importante destacar que os participantes do produto educacional quando se referem a essa modalidade de ensino identificam-na como EJA, bem como os autores que compõem o referencial teórico desta escrita.

realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (Freire, 1996, p. 15).

Assim, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) fundamenta-se na construção de uma identidade pedagógica dinâmica e contextualizada na instituição escolar, que se ajusta às demandas e peculiaridades desse público. Esse processo valoriza as vivências individuais e respeita as especificidades de aprendizagem de cada sujeito, com o objetivo de promover uma formação que contribua para o desenvolvimento integral do sujeito, capacitando-o a exercer plena autonomia e participação ativa na sociedade (Tilio, 2009).

Assim, dando continuidade, apresentamos abaixo uma escrita sucinta acerca do contexto em que a pesquisa foi desenvolvida.

Contexto da Pesquisa

De acordo com o estudo que realizamos sobre o Proeja no IFSul – Câmpus Charqueadas, consideramos importante discorrer sobre como essa modalidade de ensino vem se consolidando na educação em relação as ações que lhe são ofertadas para que tenha reconhecimento e valorização dentro do seu espaço escolar.

Dessa forma, com o intuito de viabilizar a elaboração do produto educacional, a pesquisa desenvolvida no âmbito de

mestrado adotou uma abordagem qualitativa, sendo utilizada para produção de dados a pesquisa bibliográfica e documental, além da roda de conversa e entrevista. O público da pesquisa foi composto por alunos do curso Proeja do IFSul – Câmpus Charqueadas do ano de 2023 e o Coordenador do Curso.

A partir disso, tratamos sobre a construção do produto educacional que se refere a um *podcast*¹² que traz depoimentos de pessoas relacionadas ao ensino de jovens e adultos. O conteúdo do podcast traz a preocupação dos participantes em garantir o fortalecimento dessa modalidade de ensino através de uma prática de ensino que promova o reconhecimento do curso por meio de ações que buscam a implementação de um ensino voltado a educação integral humana, valorizando as vivências dos alunos.

Essa instituição escolar foi escolhida porque além de ser uma escola da rede federal, proporciona a oferta do Proeja como uma política educacional que traz a formação básica articulada ao ensino profissional, promovendo uma proposta integrada e direcionada às demandas específicas do público atendido afastado dos bancos escolares por algum tempo (Brasil, 2007).

E, de acordo com Jaqueline Moll (2010), é necessária a construção de estratégias efetivas para derrubar os obstáculos que impedem os jovens e adultos de retornarem para a escola, bem como de se sentirem acolhidos pelo processo educacional

¹² Esse produto é um conteúdo digital composto por episódios de áudio ou vídeo, acessíveis em uma plataforma online para que as pessoas possam escutar, assistir e compartilhar.

que os conduzem, possibilitando a construção e a valorização do curso do Proeja nessa instituição escolar.

Através da coleta de dados da roda de conversa e da entrevista, realizamos um mapeamento das respostas para analisá-las através da análise textual discursiva – ATD – que, por sua vez, investiga informações qualitativas e proporciona a possibilidade de construção de novos entendimentos discursivos e fenomenológicos (Moraes; Galiazzi, 2006).

A proposta do produto educacional está relacionada à construção de momentos de reflexão e discussão acerca dessa modalidade de ensino, e que estão associados a ações que proporcionam o fortalecimento e o reconhecimento do curso do Proeja no IFSul – Câmpus Charqueadas, observando o envolvimento dos sujeitos que pertencem a esse processo de ensino.

Por que é importante falar sobre essa questão? Porque os anos passaram e o cenário da desigualdade social permaneceu e se fortaleceu entre os sujeitos, principalmente aqueles que não concluíram a educação básica. A escola não conseguiu desenvolver mecanismos para combater esse distanciamento entre as classes (Moll, 2010).

Todas essas formas de desigualdade, por exploração e expropriação, definiram as estruturas socioeconômicas que marcam a vida da classe trabalhadora, constituída por todos aqueles que precisam vender sua força de trabalho como mercadoria para sobreviver. Diferentes dos burgueses, cujo modo de vida requer a exploração de outro, os trabalhadores se integram à lógica da

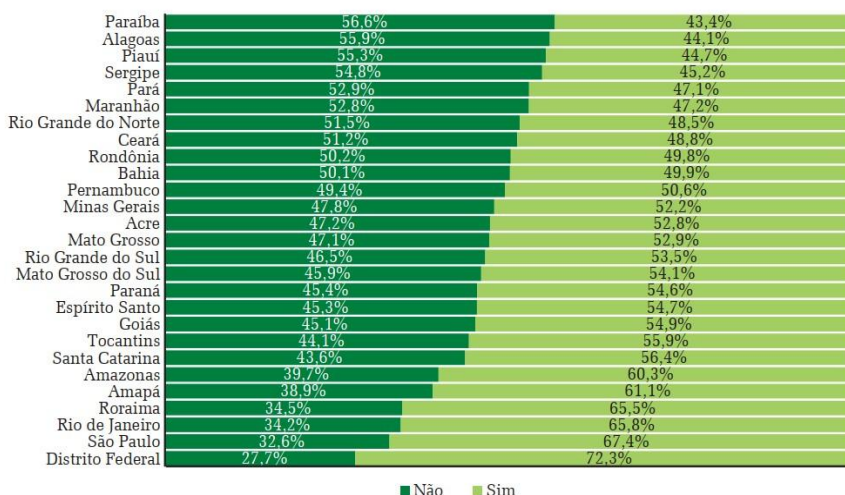
exploração capitalista como mecanismo único de produção e reprodução das suas existências. É nesse quadro que devemos pensar os/as estudantes da Educação de Jovens e Adultos no Brasil de forma a não os apartar de sua condição de classe, da qual deriva o acesso precário à educação básica. O que os une, diante de tamanha diversidade de experiências, é o fato de que, por pertencerem à classe trabalhadora, em suas frações mais expropriadas, tiveram e continuam tendo negado seu direito à educação (Ventura; Rummert; Marinho, 2023, p. 20).

Diante desse cenário socialmente desigual, os alunos desta modalidade de ensino são reconhecidos em sua condição de classe trabalhadora (Freire, 2005); por fazerem parte da classe trabalhadora, muitos pertencem àquela parcela mais desfavorecida socioeconomicamente, o que resulta no distanciamento da escola, isto é, ter o direito à educação negada. Essa negação pode se manifestar por meio da falta de transporte, bolsas de estudos, alimentação, motivação e pela ausência de iniciativas para alcançar aqueles que não concluíram a educação básica, entre outras razões, que não asseguram a garantia do sujeito em dar continuidade ao seu processo educacional (Moll, 2010).

Observa-se, portanto, um esvaziamento no sistema de ensino, visto que um número significativo de sujeitos interrompeu a formação básica, como podemos ver através do Gráfico 1 que apresenta uma parcela significativa de pessoas com idade entre 19 e 70 anos que não concluiu o ensino médio,

tornando ainda mais difícil o desafio de prospectar alunos para as instituições escolares.

Gráfico 1 – Percentual da população de 19 a 70 anos que não frequenta a escola por passe do Ensino Médio e Unidade da Federação – Brasil – 2022



Fonte: Senkevics; Basso; Rodrigues (2023, p. 21).

Assim, esse percentual da população que não tem o ensino médio trouxe preocupações para algumas pessoas que trabalham diretamente no processo educacional e para os governos, já que a Constituição Federal (CF) de 1988 prevê que a educação é um direito de todos.

Dessa forma, criou-se uma legislação para fortalecer o texto da CF (1988) que garante o retorno de todos aqueles que estão fora da instituição escolar – a Lei nº 9.394/96 (LDB) que, em seu art. 4º, inciso IV, trata do acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não concluíram a educação básica na idade própria.

Produto Educacional

Com base na legislação vigente, que objetiva garantir a educação para todos, o produto educacional deste estudo, que é um *podcast* intitulado Vozes do Proeja com dois episódios, pretende oferecer um meio acessível e inclusivo para a disseminação do conhecimento e a reflexão sobre a educação de jovens e adultos. O produto educacional que produzimos conta com a participação de professores/pesquisadores e alunos dessa modalidade de ensino com o objetivo de explorar a importância da efetiva consolidação da EJA através da formação e construção de seu curso nas escolas públicas, como modalidade de ensino permanente e integrante ao sistema da educação brasileira.

O presente produto educacional destina-se aos professores da educação básica atuantes nesta modalidade de ensino, bem como àqueles que buscam aprofundar o seu conhecimento acerca da realidade da EJA.

Destacamos a importância de realizar esse produto educacional tendo em vista a necessidade de registrar o trabalho realizado nas turmas do Proeja no IFSul – Câmpus Charqueadas, para que as ações efetuadas no curso não se percam ao longo do tempo e possam servir de base para outras instituições que ofertem essa modalidade de ensino. O produto pretende fortalecer “a expansão da EJA como política educacional nas redes públicas de ensino” (Ventura; Rummert; Marinho, 2023, p. 35).

Esse produto propõe ser de fácil entendimento, motivador e capaz de promover comunicação e reflexão entre

as pessoas que compartilharem esse conhecimento, pois segundo Kaplún (2003), esse material deve ser um instrumento acessível a todos os contextos e que expresse uma mediação para a experiência de aprendizado.

O produto educacional proposto busca trazer o aprimoramento dos conhecimentos dos profissionais envolvidos nessa temática, bem como a consciência dos alunos voltada para a importância da EJA em ter uma identidade própria e consolidada na escola. Deseja-se que haja uma mudança de postura ao se tratar do caráter da EJA, proporcionando a transformação dos sujeitos que a compõem.

A que mais nos importa é a que diz que um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim em determinado contexto, algo que facilita ou após o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes etc. (Kaplún, 2003, p. 46).

Para a elaboração desse material educativo que traz reflexões sobre o Proeja do IFSul – Câmpus Charqueadas, passamos por etapas essenciais de acordo com as orientações de Kaplún (2003) – eixo conceitual, eixo pedagógico e eixo comunicacional.

O eixo conceitual é responsável pela seleção das principais ideias dos autores que abordam a temática deste estudo e está presente no produto. O eixo pedagógico auxilia na

constituição do caminho pedagógico baseado na relação entre o material bibliográfico aqui desenvolvido e a interação dos sujeitos através de suas respostas adquiridas na coleta de dados (rodas de conversas e entrevistas). Para finalizar, o eixo comunicacional traz a concepção de relacionar os demais eixos na produção do produto, no seu formato e no estabelecimento de uma relação com os seus destinatários (Kaplún, 2003).

O *podcast*¹³ é composto por dois episódios. O primeiro constituído por depoimentos de pesquisadores/professores especializados na educação de jovens e adultos; esse episódio tem o intuito de discutir a relevância do Proeja e os desafios enfrentados na garantia do direito à educação, além de fortalecer o compromisso com a construção de uma educação mais inclusiva e transformadora.

Foram convidados os professores e especialistas Jaqueline Moll, Leandro Câmara Noronha, Paulo Ricardo B. Junior, Luciane Zimmer Linck e Paula Ynaja Vieira Nunes, que atuam ou já atuaram na área da educação de jovens e adultos. Esses profissionais foram pensados com base em suas experiências, pesquisas acadêmicas e envolvimento em projetos que buscam promover a garantia de efetivação da educação básica a todos os sujeitos que não tiveram acesso à educação na idade regular. Os convidados foram informados a respeito do perfil do público-alvo constituído por professores atuantes na educação de jovens e adultos, bem como sobre o

¹³ Link de acesso aos episódios do *podcast*:
https://www.youtube.com/watch?v=R_8xDXBpeBg;
<https://www.youtube.com/watch?v=a06Zgtx3gEM>.

tema do *podcast* intitulado “Vozes do Proeja: trajetórias e identidades”.

O segundo episódio, também denominado “Vozes do Proeja: trajetórias e identidades”, traz depoimentos de quatro alunos do Curso Técnico em Fabricação Mecânica – Forma Integradas/Proeja do IFSul – Câmpus Charqueadas, que participaram da roda de conversa realizada em 2023. Nesse episódio, são abordados os impactos dos conhecimentos e saberes adquiridos no Proeja sobre a trajetória pessoal, social e profissional desses alunos.

O processo de construção dos episódios do *podcast* iniciou-se com o convite aos participantes, que, ao aceitarem, realizaram suas gravações individuais utilizando seus telefones móveis, abordando a temática proposta nesta pesquisa. As gravações foram encaminhadas à pesquisadora, que organizou a abertura de cada episódio, gravando uma introdução e estruturando a sequência das falas dos convidados. Em seguida, finalizou cada episódio com uma fala de encerramento. As gravações, então, foram enviadas a uma empresa especializada, que se encarregou de produzir o *card* de divulgação e organizar a edição final dos episódios.

A intenção deste produto educacional é incentivar os professores a refletirem sobre as questões que envolvem a EJA, de modo que essa modalidade de ensino se fortaleça como uma política pública inclusiva para todos aqueles que tiveram o seu direito à educação negado.

Vejamos os episódios:

https://www.youtube.com/watch?v=R_8xDXBpeBg;

<https://www.youtube.com/watch?v=a06Zgtx3gEM>.

Também disponibilizado no link do EduCapes:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/917439>.

Prosseguindo, abordamos o método de avaliação do produto educacional, levando em conta as considerações e os apontamentos feitos pelos professores, avaliadores desse produto.

Avaliação do Produto Educacional

Esse produto educacional foi submetido à avaliação de 21 professores da educação básica das redes federal, estadual e municipal envolvidos com a proposta educacional da EJA atualmente ou que já atuaram nessa modalidade de ensino. O processo avaliativo foi realizado por meio de um formulário no Google Forms¹⁴. Esse processo de avaliação foi dividido em três eixos conforme as orientações de Kaplún (2003) – eixo conceitual, eixo pedagógico e eixo comunicacional. O instrumento avaliativo consistiu em sete perguntas (Gráficos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) fechadas e uma pergunta aberta (Quadro 1). A seguir, temos os resultados obtidos neste processo.

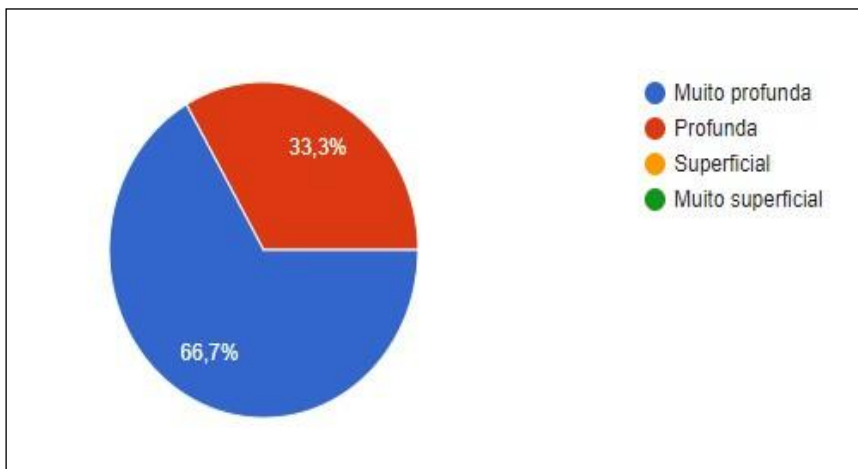
No eixo conceitual foram realizadas três perguntas fechadas. As questões estavam relacionadas ao conteúdo conceitual e a sua relevância acerca da educação de jovens e adultos, suas trajetórias e identidades. Os dados obtidos na avaliação demonstraram uma percepção positiva por parte dos

¹⁴ O *Google Forms* é uma ferramenta gratuita disponibilizada pelo Google que consiste na criação de formulários, questionários e enquetes online.

avaliadores, no qual reconheceram a importância da EJA no processo educacional da educação básica.

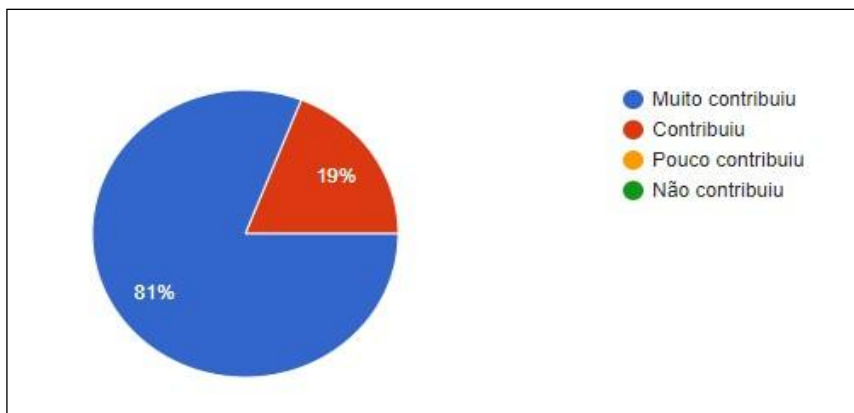
Esses dados evidenciam um alinhamento entre o objetivo do conteúdo e a maneira como foi recebido pelos avaliadores, indicando que os conhecimentos referentes à EJA foram transmitidos e compreendidos de forma satisfatória.

Gráfico 2 - Como você avalia a profundidade das discussões sobre a trajetória da EJA na educação?



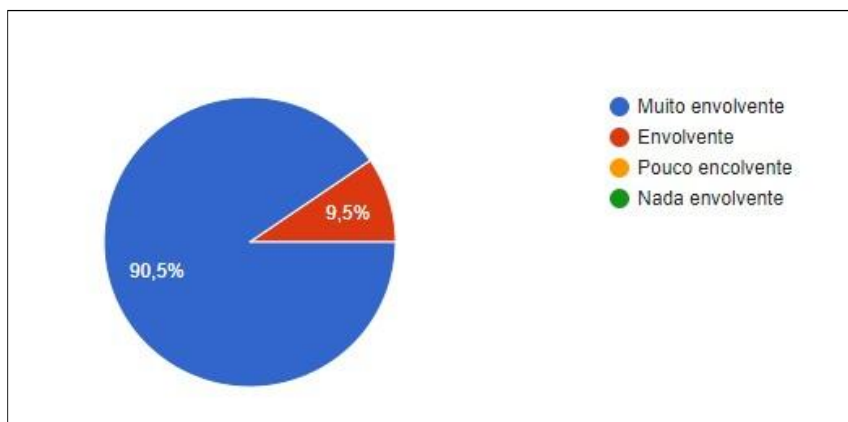
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 3 - Você considera que o *podcast* contribuiu para o seu entendimento sobre a importância da EJA no processo educacional?



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 4 - Em termos de engajamento, o *podcast* foi:

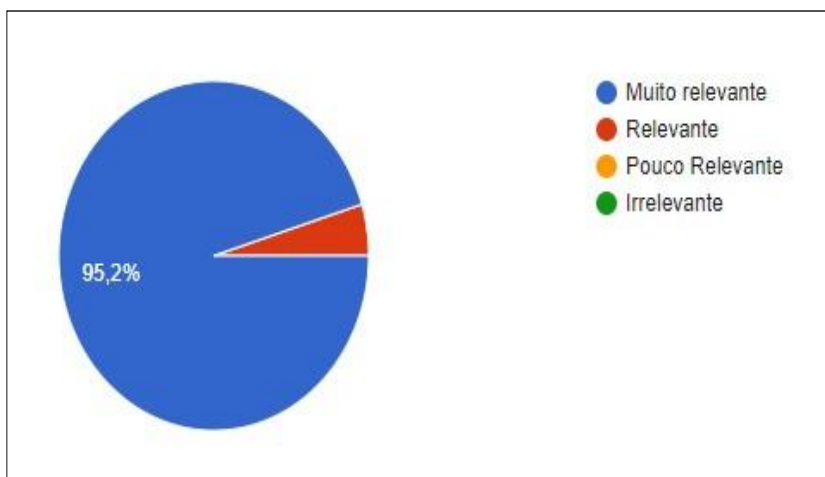


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com relação ao eixo pedagógico, as questões abordavam as mudanças que a EJA proporcionou em suas trajetórias de vida. Os dados apresentaram que os avaliadores

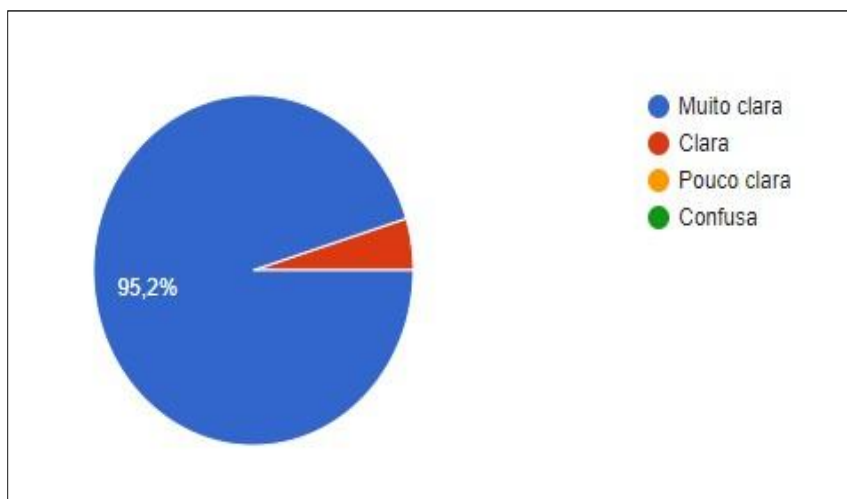
reconheceram os depoimentos dos alunos como um aspecto importante na construção emancipatória do sujeito, destacando o papel positivo da educação de jovens e adultos na formação educacional e nas oportunidades de desenvolvimento social e profissional dos alunos.

Gráfico 5 - Como você classificaria a relevância dos depoimentos dos alunos sobre as transformações que a EJA trouxe em suas trajetórias pessoais e profissionais?



Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 6 - A forma como o *podcast* abordou a questão do impacto da EJA na vida dos alunos:

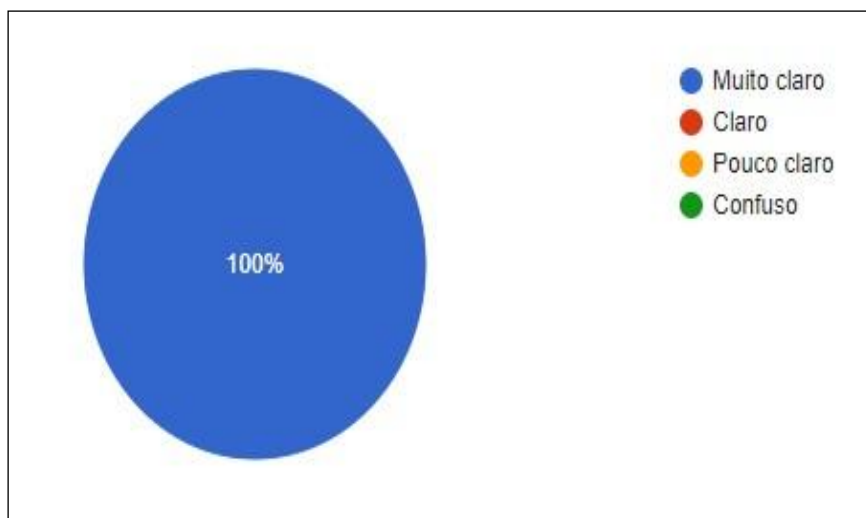


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No eixo comunicacional, as questões estavam relacionadas à maneira como as informações do podcast são apresentadas e compreendidas pelos avaliadores. Essa parte da pesquisa tem o objetivo de apresentar os depoimentos de forma clara, que facilite a compreensão das informações, considerando a relevância, profundidade e envolvimento do assunto, bem como a sua apresentação.

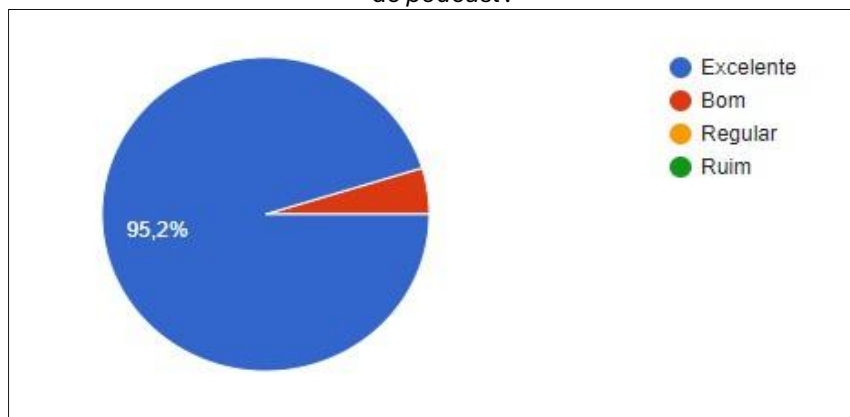
Os resultados nesse eixo demonstraram que os avaliadores consideraram as falas do podcast de fácil compreensão; ficando evidente que as informações foram apresentadas de maneira acessível e objetiva.

Gráfico 7 - Como você avalia a clareza das informações apresentadas no *podcast*?



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 8 – Qual foi a sua impressão geral sobre a qualidade do conteúdo do *podcast*?



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação à questão aberta: “Fique à vontade para deixar neste espaço alguma observação e/ou sugestão quanto a estrutura geral do podcast”, ofereceu aos avaliadores a oportunidade de apresentar um *feedback*¹⁵ a respeito da organização geral do podcast; todos os avaliadores deixaram comentários. Reescrevemos a avaliação dos professores mantendo o estilo e a forma de escrita original, sem realizar correções ortográficas. Vide Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Respostas dos avaliadores do produto educacional

- | |
|---|
| 1) Na fala dos professores, percebi nitidamente o quanto estão empenhados em levar pra este aluno uma educação de qualidade, levando em conta as suas vivências, os acolhendo nas suas fragilidades, fazendo com que o educando tenha vontade de pertencer aquele ambiente escolar, e por outro lado a fala dos alunos vem totalmente de encontro, eles têm motivação pra estarem ali mesmo com todas as adversidades. Muito interessante poder ouvir os professores que fazem ou já fizeram parte da educação de jovens e adultos, também achei de extrema importância os depoimentos dos alunos, onde foi possível compreender que a oportunidade de estudar no IFSul abriu portas e principalmente trouxe visões e desejos de transformar suas vidas. Um trabalho de grande relevância social. O material produzido foi muito enriquecedor. As abordagens dos profissionais e dos alunos trouxeram à tona discussões e ideias relevantes que correspondem a realidade dessa modalidade de ensino da EJA. Parabéns!! Muito esclarecedora a organização deste material, pois conseguimos enxergar profundamente o que está envolvido |
|---|

¹⁵ Forma de comunicação que expressa a opinião, sugestões, observações acerca de uma ação, processo ou avaliação.

- nesta modalidade de ensino e a importância deste para a sociedade.
- 2) Muito esclarecedoras as falas dos professores convidados. Parabéns!!!
 - 3) Maratonei os episódios e já queria mais! Parabéns Roberta pela iniciativa, quero mais!
 - 4) O podcast foi bem estruturado, percebe-se que as falas são claras e de fácil entendimento para quem está ouvindo. O tema do *podcast* foi muito relevante para processo de ensino e aprendizagem na EJA, é importante ter um espaço para estes relatos e diálogos. As falas dos convidados oportunizaram a inclusão e a valorização dos alunos neste processo, falam na humanização, acolhimento e no olhar por estes alunos que estão retornando e tendo esperança de estudar, aprender e se sentirem bem, resgatando-se a autoconfiança destes sujeitos. Gratificante quando a fala dos alunos é de gratidão e de quanto tudo isso faz diferença na vida deles.
 - 5) Excelente com a interação dos depoimentos dos professores e alunos.
 - 6) Parabéns pelo *podcast*, esperamos mais episódios.
 - 7) Gostaria de parabenizar pela escolha do assunto. Precisamos refletir sobre a importância da EJA para o crescimento da sociedade como um todo.
 - 8) Excelente trabalho.
 - 9) Importante discutir essas questões sobre identidade da EJA. Valorizar a realidade dos alunos que estão nesta modalidade, eles são diferentes dos alunos que não abandonaram os estudos! Parabéns!
 - 10) Roberta o *podcast* está muito dinâmico e envolvente, está ótimo, curiosa para ver o *grand finale*.
 - 11) Proposta muito envolvente e com potencial enorme para contribuição do processo de ensino na modalidade EJA, um olhar sempre entusiasmado e de quem se dedica com muito amor a sua profissão. Parabéns, é inspirador seu empenho e legado que está deixando para a educação.
 - 12) Excelente material.

- 13) Ótima estrutura e temática do *podcast*. Parabéns pela abordagem e estrutura do Produto Educacional e da pesquisa!
- 14) Na minha opinião, o *podcast* está bem estruturado e quem ouvir pela primeira vez vai conseguir compreender a importância dessa modalidade de ensino para nossa sociedade. Gostei da forma como foi planejado, com falas dos profissionais que atuam na temática. Ressalto que os depoimentos dos alunos me emocionaram, especialmente ao ouvir como a educação transformou sua visão de mundo. Eles expressaram o desejo de continuar os estudos, percebendo que a educação é o meio pelo qual poderão transformar suas vidas, tanto no desenvolvimento pessoal quanto profissional, e assumir o protagonismo de suas histórias. Dessa forma, percebemos que a EJA (Educação de Jovens e Adultos) tem, em sua identidade, a inclusão social voltada para esse público, mediada por práticas pedagógicas diferenciadas do ensino regular. Essas práticas atendem à realidade dos alunos, abordando teoria e prática e contribuindo para seu desenvolvimento integral e inserção no mundo do trabalho.
- 15) Não há reparos ou correções a fazer.
- 16) Adorei todos os depoimentos e entrevistas. Foram significativos, de grande valia e repletos de muito conteúdo e conhecimentos por todos os participantes. Não há como não se emocionar e valorizar, cada vez mais, a educação e as oportunidades transformadoras que os alunos demonstraram ter vivenciado em suas trajetórias. Parabéns pelo excelente trabalho!
- 17) Trabalho necessário para o bom debate e fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Após a avaliação do produto educacional, acreditamos que o *podcast* representa uma ferramenta para o fortalecimento da educação de jovens e adultos, com o objetivo

de oferecer um recurso/material de apoio para docentes e instituições escolares que atuam com essa modalidade de ensino. Ainda, tem a intenção de contribuir como instrumento de motivação para que os alunos jovens e adultos permaneçam nas escolas para concluir a educação básica.

Esse recurso pode, assim, garantir e fortalecer a emancipação dos alunos, promovendo o desenvolvimento de sua capacidade de transformação pessoal, social e profissional, além de reforçar a importância da educação como um meio para a realização de seu potencial enquanto sujeito reflexivo e crítico.

Considerações Finais

Iniciamos as considerações finais com a seguinte pergunta: Por que um estudo voltado à educação de jovens e adultos? Porque para desenvolver um trabalho educacional que seja significativo para esse público, antes é necessário que ele veja o professor com “olhos de gente”[23]. O que é ver com “olhos de gente”? Antes de ele te reconhecer como professor, ele precisa te enxergar como um ser humano que proporciona orientação e relação de integridade nas suas ações educativas. Isto é, além de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem, o professor estabelece uma relação de valores, emoções, empatia e compreensão com os seus alunos – predicados essenciais para a natureza humana. Essa condição permite uma valorização da educação como um processo humano e não apenas técnico e formal, ela promove a importância da ética nas relações educativas.

É nesse contexto social e educacional que se insere a educação de jovens e adultos. Esta é composta por um público heterogêneo, no entanto, apresenta histórias de vida semelhantes: busca melhorar a sua condição social perante as desigualdades que enfrenta para encontrar um lugar no mundo do trabalho e na sociedade.

O público da EJA deve ser reconhecido e valorizado por todos os segmentos da sociedade. A implementação de políticas públicas que assegurem a inclusão real desses sujeitos é importante para que possamos garantir e promover o acesso à educação, bem como proporcionar oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. A valorização e inclusão dos alunos da EJA são tomadas decisivas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir da análise dos dados coletados neste estudo, tanto os alunos quanto o coordenador reconhecem questões relacionadas a valorização do curso do Proeja, destacando que, ao longo do tempo, essas ações podem passar por mudanças para fortalecer e garantir cada vez mais o acesso contínuo de jovens e adultos à escola para concluírem a educação básica. Além de promover o ensino técnico, essas ações buscam proporcionar uma relação de segurança com a educação, viabilizando uma formação humana integral que terá impacto na vida profissional, social e pessoal desses alunos.

Em relação ao produto educacional, este contou com a participação de pesquisadores e professores voltados para essa modalidade de ensino e alunos do IFSul – Câmpus Charqueadas do curso do Proeja com o intuito de apresentar a

importância dos cursos de EJA desenvolverem e fortalecerem o seu reconhecimento na educação brasileira, a partir das experiências de vida dos alunos e dos demais envolvidos em conjunto com a efetivação de um ensino que promova uma educação humana integral. E, ainda, que possa ampliar o seu alcance, de modo a integrar o maior número possível de jovens e adultos que não concluíram a educação básica e, muitas vezes, são negligenciados pelo sistema.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**: documento base. Brasília, DF: MEC; SETEC, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf.

Acesso em: 18 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Fabricação Mecânica – Forma Integrada/PROEJA**. Pelotas, RS: IFSul, 2019. Disponível em: <https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/37>. Acesso em: 18 abr. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência do aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MOLL, Jaqueline. Desafios da educação de jovens e adultos no Brasil: memórias, latências e potências do PROEJA. *In*: CAETANO, Maria Raquel; PORTO, Manoel José Junior; SOBRINHO, Sidinei Cruz (org.). **Educação profissional e os desafios da formação humana integral**: concepções, políticas e contradições. Curitiba: CRV, 2021. p. 19-34.

MOLL, Jaqueline. PROEJA e democratização da educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 157-170.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132006000100009>. Acesso em: 18 set. 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza; BASSO, Flavia Viana; RODRIGUES, Clarissa Guimarães (org.). **Contribuições ao novo Plano Nacional de Educação II**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. (Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 9).

TILIO, Rogério. Reflexões acerca do conceito de identidade.

Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, Rio de Janeiro, v. 8, n. 29, p. 109-119, abr./jun. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/529/530>. Acesso em: 24 maio 2023.

VENTURA, Jaqueline; RUMMERT, Sonia; MARINHO, Hyago.

Marcos históricos da educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil republicano. *In*: VENTURA, Jaqueline; RUMMERT, Sonia (org.). **Educação de jovens e adultos como direito**: contribuições à formação docente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. p. 19-44. Disponível em:

https://www.editoranavegando.com/files/ugd/35e7c6_61e2014fa3aa499d992147c6b964ade7.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

VÓVIO, Claudia Lemos *et al.* Educação de pessoas jovens e adultas, letramento e decolonialidade: um convite para o

suleamento. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 31, n. 49, p. 1-20, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.14507/epaa.31.8020>. Acesso em: 24 maio 2023.

8. Produtos Educacionais sobre História de Charqueadas

José Edimilson Kobber

edimilsonkober@gmail.com

Walkiria Helena Cordenonzi

walkiriacordenonzi@ifsul.edu.br

Introdução

A sociedade contemporânea atravessa um processo de transformações profundas que impactam diretamente os modos de viver, de se comunicar e de aprender. O desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) trouxe novas formas de acesso ao conhecimento, alterando as dinâmicas de interação entre sujeitos e ampliando o alcance das práticas educativas. Nesse cenário, a escola é chamada a se reinventar, de modo a dialogar com as novas linguagens e metodologias que emergem no cotidiano dos estudantes.

No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essas transformações assumem uma relevância ainda maior, visto que a formação omnilateral e crítica dos sujeitos não pode estar dissociada das inovações tecnológicas e da capacidade de utilizá-las de maneira consciente, criativa e transformadora (Silva; Rosa, 2021). Como afirma Ciavatta (2015), a EPT não se restringe à formação técnica ou instrumental, mas deve

proporcionar ao estudante condições de compreender a realidade de forma crítica, articulando ciência, trabalho e cultura.

Nesse contexto, emerge a necessidade de criar e consolidar produtos educacionais (PE) que respondam a tais desafios e que contribuam para a melhoria da prática pedagógica. O presente trabalho se dedica a apresentar e analisar o PE Histórias de Charqueadas, desenvolvido no âmbito de uma dissertação de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica intitulada A Pesquisa Escolar e Formação de Professores na Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de um recurso pedagógico digital que articula pesquisa escolar, tecnologias digitais e valorização da história local como estratégia de dinamização das práticas de ensino e de fortalecimento da identidade cultural dos estudantes.

A pesquisa escolar, nesse sentido, assume papel central. Como enfatiza Paulo Freire (2020), “não há ensino sem pesquisa e não há pesquisa sem ensino”, e isso significa que o ato de ensinar deve estar indissociavelmente ligado ao ato de investigar. Quando o estudante é provocado a pesquisar, a reconstruir informações e a elaborar seus próprios discursos, ele se torna sujeito do processo educativo, abandonando a posição de mero receptor passivo do conhecimento. Charlot (2005), ao tratar da relação com o saber, lembra que o estudante aprende de forma mais significativa quando encontra sentido naquilo que estuda, ou seja, quando o conteúdo está vinculado à sua realidade e às suas experiências.

Nesse sentido, o PE desenvolvido configura-se como estratégia metodológica que une a cultura digital — presente no cotidiano dos jovens — com a pesquisa sobre a história do município de Charqueadas. Essa articulação atende a um duplo objetivo: por um lado, aproxima os estudantes de sua própria comunidade, valorizando o patrimônio histórico e cultural local; por outro, contribui para que os alunos desenvolvam competências ligadas à investigação, à análise crítica e ao uso consciente das tecnologias digitais.

Além disso, este trabalho também busca destacar o papel do professor nesse processo. Como afirma Moran (2002), as TDIC não substituem o trabalho docente, mas o ressignificam, ampliando o leque de possibilidades pedagógicas. O docente é o mediador que orienta o uso crítico das tecnologias, conduz a pesquisa escolar e estimula a produção colaborativa do conhecimento. Assim, ao propor e implementar um produto educacional digital, o professor não apenas atende às demandas contemporâneas da educação, mas também reafirma sua função de formador crítico e emancipador.

O desenvolvimento do PE *Histórias de Charqueadas* encontra, portanto, justificativa em três dimensões complementares: (a) no plano pedagógico, responde à necessidade de integrar pesquisa escolar, TDIC e valorização da cultura local; (b) no plano formativo, contribui para a preparação de professores e estudantes da EPT diante das exigências da sociedade contemporânea; e (c) no plano social e cultural, promove a preservação da memória histórica de

Charqueadas, envolvendo a comunidade no processo educativo.

Dessa forma, este capítulo está estruturado em quatro seções principais. A primeira corresponde a esta introdução, em que se apresenta o problema, os objetivos e a relevância do trabalho. A segunda seção trata da contextualização, trazendo os referenciais teóricos que sustentam a discussão e evidenciam o vínculo entre TDIC, EPT e pesquisa escolar. Na terceira seção, será descrito o produto educacional propriamente dito, com ênfase em sua concepção, construção, funcionalidades e avaliação. Por fim, apresentam-se as considerações finais, em que se sintetizam as contribuições da experiência e sua relevância pedagógica.

Contexto da Pesquisa

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa um espaço estratégico no cenário educacional brasileiro, na medida em que articula formação geral e formação específica para o mundo do trabalho, tendo como horizonte a formação integral do ser humano. Mais do que preparar para ocupações técnicas, a EPT deve favorecer a construção de sujeitos críticos, capazes de compreender os processos sociais, científicos e culturais que atravessam sua realidade. Assim, a formação profissional, longe de restringir-se à dimensão instrumental, deve estar associada à perspectiva da omnilateralidade, que considera o ser humano em sua totalidade (Ciavatta, 2015; Silva; Rosa, 2021).

O princípio educativo do trabalho, amplamente debatido por autores da EPT, é central para compreender essa proposta. Segundo Ciavatta (2015), o trabalho deve ser concebido não apenas como atividade produtiva, mas como categoria ontológica constitutiva da existência humana, articulando ciência, tecnologia e cultura. Dessa forma, a escola, especialmente no âmbito da EPT, precisa promover práticas que favoreçam a compreensão crítica do trabalho e de sua função social. Antunes (2020) reforça essa visão ao problematizar as transformações da chamada Indústria 4.0, marcada pela automação, pela plataformização e pela precarização do trabalho. Para o autor, a formação profissional não pode limitar-se a adequar os sujeitos às novas demandas do mercado, mas deve, sobretudo, contribuir para sua emancipação.

É nesse contexto que a pesquisa escolar assume centralidade. Como metodologia, ela permite que os estudantes se apropriem do conhecimento de forma ativa, investigando, problematizando e reconstruindo informações. Para Paulo Freire (2020), ensinar exige pesquisa, e pesquisar é um ato pedagógico que implica curiosidade, problematização e diálogo com a realidade. Assim, o processo educativo se torna mais significativo quando o estudante participa ativamente da construção do saber. Ao serem desafiados a pesquisar a história de sua própria comunidade, os alunos não apenas se engajam em uma prática acadêmica, mas também fortalecem laços identitários e culturais.

No mesmo sentido, Charlot (2005) argumenta que a relação com o saber se estabelece de forma mais efetiva

quando o conteúdo faz sentido para o aluno. Para ele, aprender é sempre responder a uma questão: “o que isso tem a ver comigo?”. Nessa perspectiva, propor que os estudantes investiguem a história do município de Charqueadas significa aproximar o conhecimento escolar da experiência concreta, conferindo-lhe relevância social e cultural.

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) desempenham papel essencial nesse processo, não apenas como ferramentas, mas como novos ambientes de aprendizagem. Moran (2002) destaca que a escola precisa aprender a dialogar com as mídias, pois os estudantes já vivem em uma cultura digital. Mais do que ensinar conteúdos, é necessário educar para o uso crítico dessas tecnologias, desenvolvendo autonomia, ética e criatividade. Lévy (1999), por sua vez, ao discutir o conceito de cibercultura, aponta que a sociedade em rede cria novas formas de inteligência coletiva, em que os saberes são compartilhados e construídos de maneira colaborativa.

Nesse sentido, a incorporação de TDIC à prática pedagógica não pode restringir-se a ações pontuais ou meramente instrumentais. Mercado (1999) enfatiza que as tecnologias devem ser entendidas como mediadoras no processo educativo, isto é, como recursos que ampliam a possibilidade de interação, de construção de sentidos e de produção de conhecimentos. Quando associadas à pesquisa escolar, as TDIC tornam-se ferramentas que não apenas dinamizam o ensino, mas também transformam a relação dos alunos com o saber.

No caso específico da Educação Profissional e Tecnológica, a adoção de TDIC está diretamente ligada à necessidade de formar sujeitos capazes de lidar com os desafios de um mundo do trabalho em constante transformação. Segundo Silva e Rosa (2021), a EPT precisa assumir uma função formativa que articule teoria e prática, saber e fazer, ensino e pesquisa. Assim, produtos educacionais digitais, como o aplicativo *Histórias de Charqueadas*, apresentam-se como alternativas pedagógicas alinhadas a esse horizonte, pois oferecem ambientes de aprendizagem que favorecem tanto a apropriação de conteúdos específicos quanto o desenvolvimento de competências investigativas e reflexivas.

Outro aspecto relevante para justificar o desenvolvimento desse produto educacional é a valorização da história local. Em geral, os currículos escolares priorizam narrativas históricas de caráter nacional ou internacional, relegando a segundo plano a memória das comunidades em que os estudantes vivem. No entanto, como lembra Freire (2020), educar é também valorizar o contexto cultural do educando, sua linguagem, sua história e suas experiências. Ao propor a criação de um aplicativo que resgata a história do município de Charqueadas, o projeto busca justamente integrar o conhecimento acadêmico à vida cotidiana, fortalecendo a identidade cultural dos sujeitos e ampliando sua consciência histórica.

Essa perspectiva dialoga ainda com a concepção de educação politécnica defendida por Saviani (2007), segundo a qual a escola deve possibilitar o acesso aos conhecimentos

científicos e tecnológicos, sem desconsiderar a cultura popular e o saber da experiência. O aplicativo, ao reunir fontes históricas, entrevistas, quiz e podcasts elaborados pelos estudantes, articula diferentes linguagens e saberes, constituindo-se como espaço de mediação entre ciência e cultura.

Portanto, a justificativa para a criação do aplicativo Histórias de Charqueadas encontra fundamento em três eixos:

1. **Teórico-metodológico:** a pesquisa escolar e o uso crítico das TDIC, em diálogo com Freire, Moran, Charlot, Mercado e Lévy;
2. **Formativo:** a necessidade de que a EPT contribua para a formação omnilateral e crítica dos sujeitos, conforme defendem Ciavatta (2015), Antunes (2020) e Silva e Rosa (2021);
3. **Sociocultural:** a valorização da história e da identidade local como elemento essencial do processo educativo.

Ao conjugar esses três eixos, o produto educacional proposto deixa de ser um simples recurso didático para assumir o papel de prática pedagógica significativa.

Produto Educacional

Com base na metodologia adotada na pesquisa, que consistiu em um estudo de caso de natureza qualitativa e exploratória, realizado com alunas do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Assis Chateaubriand, em

Charqueadas/RS, o PE "Histórias de Charqueadas" emerge como resultado direto de um processo formativo intencionalmente orientado pela integração entre pesquisa escolar e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). A investigação apoiou-se na observação participante e na realização de atividades práticas em duas disciplinas específicas - Seminário Integrado e Didática de Ciências Humanas -, nas quais as discentes foram incentivadas a utilizar ferramentas de TDIC para produzir conhecimento sobre história local e temas educacionais.

Na disciplina de Didática de Ciências Humanas, construíram quatro sites com conteúdo de história e geografia local, e produziram uma série de sete episódios de podcast intitulada "As Treze Charqueadas", recuperando a memória histórica do município.

O PE desenvolvido no âmbito desta pesquisa denomina-se "Histórias de Charqueadas", um aplicativo educacional criado para dispositivos móveis com a finalidade de promover o ensino de História em diálogo com a cultura local. A proposta foi concebida como resposta às necessidades identificadas durante a prática pedagógica no Curso Normal, onde se percebeu a carência de recursos didáticos inovadores capazes de aproximar os estudantes da realidade de sua própria comunidade.

A concepção do aplicativo partiu de três princípios pedagógicos centrais:

1. Pesquisa escolar como prática formativa, inspirada em Paulo Freire (2020), para quem não há ensino sem pesquisa;
2. Integração das TDIC como mediadoras da aprendizagem (Moran, 2002; Mercado, 1999), favorecendo a interatividade e o protagonismo dos estudantes;
3. Valorização da memória e identidade cultural local, de modo a conferir sentido ao conhecimento histórico escolar (Charlot, 2005).

Esses princípios orientaram a estruturação do aplicativo em três eixos complementares:

- **Quiz interativo (APP):** com perguntas sobre a história do município, proporcionando um aprendizado lúdico e avaliativo ao mesmo tempo;
- **Site histórico:** contendo textos, imagens e documentos sobre Charqueadas, organizados a partir da pesquisa escolar realizada. Disponível em: <https://sites.google.com/view/history-charqueadas-rs-brasil/in%C3%ADcio>.
- **Podcasts:** produzidos pelos próprios estudantes, nos quais narram aspectos da história local em linguagem acessível, promovendo a oralidade, a criatividade e a apropriação crítica dos conteúdos. Pode ser acessado nos seguintes links:
 - <https://open.spotify.com/episode/6tiZGd5aDJZrpqSM6mo8Yx> episódio 1 e 2,

- <https://open.spotify.com/episode/1TnF7d0WCdbZbEEiLjas38> episódio 3 e 4,
- <https://open.spotify.com/episode/55MeAlOl4o2s0oUl6uBLAX> episódio 5 e 6,
- <https://open.spotify.com/episode/3CKnDvrhlyCw4Ns2iSDC9T> episódio 7 e 8,
- <https://open.spotify.com/episode/2XbcMCQVADUJCNZwNjdl7j> episódio 9 e 10,
- <https://open.spotify.com/episode/1pMRC2lnB03iNo2LP7533k> episódio 11 e 12,
- <https://open.spotify.com/episode/7y82WPHG63V87TswMRc7Hr> episódio 13.

Dessa forma, o aplicativo não foi concebido apenas como repositório de conteúdos, mas como ambiente de aprendizagem ativo, em que os estudantes são incentivados a pesquisar, produzir e compartilhar conhecimento. Essas produções, orientadas por uma perspectiva de letramento midiático e pesquisa escolar, foram integradas ao aplicativo, que também incluiu um quiz interativo com função avaliativa e lúdica, desenvolvido para testar e fixar os conhecimentos históricos trabalhados.

Do ponto de vista técnico, o aplicativo foi construído com foco na usabilidade e acessibilidade, de modo que pudesse ser facilmente instalado em dispositivos móveis. A interface foi desenvolvida de maneira intuitiva, permitindo navegação simples e ágil, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 – Interface do menu do APP Charqueadas



Fonte: Kober (2024)

A Figura 1 apresenta as opções de acessar o Quiz (símbolo da lâmpada), o site (símbolo de www), o podcast, compartilhar com o professor o resultado do quis (símbolo de compartilhamento) e por fim, usar uma inteligência artificial par buscar informações (símbolo do robô).

Para facilitar o acesso, o aplicativo foi disponibilizado por meio de um QR Code (Figura 2), que direciona os usuários

diretamente para o ambiente digital ou pelo endereço <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/748164>.

Figura 2 – QR Code de acesso ao aplicativo



Fonte: Kober (2024).

Após a construção, o aplicativo foi aplicado em atividades pedagógicas junto aos estudantes do Curso Normal. Estas foram conduzidas de forma a estimular a exploração do aplicativo e a utilização de seus diferentes recursos. Observou-se grande engajamento por parte dos alunos, especialmente em relação ao uso do APP. O caráter interativo da ferramenta favoreceu a participação ativa, transformando as aulas em momentos dinâmicos de investigação e debate. Além disso, a possibilidade de ouvir e produzir podcasts ampliou o repertório linguístico e comunicativo dos estudantes, integrando o digital à oralidade.

Avaliação do produto educacional

A avaliação do aplicativo foi realizada por meio de questionários aplicados aos estudantes. O objetivo foi

identificar percepções quanto à usabilidade, relevância pedagógica, satisfação e impacto na aprendizagem.

Os resultados foram expressivos e revelaram unanimidade em todas as questões:

- **Uso do aplicativo:** 100% afirmaram ter utilizado o recurso;
- **Conteúdo histórico:** todos os participantes consideraram as informações relevantes e adequadas;
- **Podcast:** unanimidade ao destacar a utilidade desse recurso como inovação pedagógica;
- **Satisfação:** 100% relataram estar plenamente satisfeitos com a experiência;
- **Contribuição para o aprendizado:** todos avaliaram que o aplicativo contribuiu efetivamente para ampliar seus conhecimentos;
- **Recomendação:** 100% dos estudantes afirmaram que recomendariam o uso do aplicativo a outros colegas e professores.

Esses dados indicam que o produto educacional alcançou plenamente seus objetivos pedagógicos. A unanimidade das respostas demonstra que o recurso não apenas foi aceito pelos estudantes, mas se mostrou relevante e significativo para a aprendizagem.

Impacto pedagógico

O impacto do aplicativo pode ser analisado em três dimensões complementares:

1. No processo de ensino-aprendizagem: ao dinamizar as aulas, promover interatividade e estimular a pesquisa escolar, o aplicativo contribuiu para tornar o ensino de História mais atrativo e contextualizado.
2. Na formação dos estudantes: ao envolver os alunos na produção de conteúdos (textos, roteiros e podcasts), o projeto favoreceu o desenvolvimento de competências investigativas, comunicativas e tecnológicas, em sintonia com a proposta de formação integral da EPT.
3. Na valorização da cultura local: ao resgatar a memória histórica de Charqueadas, o aplicativo fortaleceu a identidade cultural dos sujeitos, promovendo o reconhecimento de sua comunidade como espaço legítimo de produção de saber.

Assim, o PE se consolida como exemplo de uma boa prática na EPT, unindo tecnologia, pesquisa e cultura em um mesmo ambiente pedagógico. Dessa forma, o APP "Histórias de Charqueadas" consolida-se como um repositório digital e interativo que sintetiza o percurso formativo vivenciado pelas alunas, articulando pesquisa, produção tecnológica e valorização da cultura local. Mais do que um produto final, ele exemplifica como a integração entre TDIC e pesquisa na formação docente pode resultar em recursos educacionais

contextualizados, significativos e abertos à comunidade, em conformidade com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

Considerações Finais

A criação e implementação do PE *Histórias de Charqueadas* permitiram evidenciar o potencial das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) quando utilizadas de maneira crítica e integrada ao processo pedagógico. A proposta se mostrou alinhada aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia em uma perspectiva omnilateral, que busca formar sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade.

O aplicativo cumpriu sua função de produto educacional inovador, ao unir pesquisa escolar, produção colaborativa de conteúdos e valorização da identidade cultural local. Por meio da investigação histórica e da apropriação da memória da comunidade de Charqueadas, os estudantes foram instigados a assumir uma postura ativa no processo de aprendizagem, tornando-se protagonistas de sua própria formação. Como aponta Freire (2020), educar é um ato de liberdade, e a experiência vivenciada pelos alunos materializou essa concepção ao estimular a criticidade, a autonomia e a curiosidade investigativa.

Os resultados da avaliação, que indicaram 100% de aprovação em todos os itens, demonstram que o aplicativo foi não apenas bem recebido, mas também considerado

altamente relevante pelos estudantes. Tal unanimidade expressa a pertinência pedagógica do recurso e reforça a importância de que iniciativas semelhantes sejam ampliadas no contexto da EPT. Moran (2002) já apontava que as mídias, quando utilizadas de forma criativa, podem ressignificar a prática docente, e a experiência aqui descrita confirma essa perspectiva.

Outro aspecto fundamental é a valorização da cultura local. Em geral, os currículos escolares priorizam conteúdos históricos distantes da realidade imediata dos alunos, o que pode gerar desinteresse ou falta de sentido no aprendizado. O aplicativo, ao trazer para o centro da sala de aula a história da própria comunidade, cumpriu papel de resgate cultural e de fortalecimento da identidade dos estudantes. Assim, reforçou-se a concepção de Charlot (2005), segundo a qual a aprendizagem se dá de forma mais significativa quando vinculada às experiências do sujeito.

Do ponto de vista da formação docente, o produto também apresentou contribuições relevantes. O processo de concepção e implementação exigiu dos professores envolvimento ativo na mediação pedagógica, no acompanhamento da pesquisa escolar e na orientação do uso das TDIC. Essa prática colaborativa ressignificou o papel docente, evidenciando que a inovação pedagógica não está apenas nos recursos tecnológicos, mas na forma como eles são integrados à prática educativa.

Em síntese, o produto educacional *Histórias de Charqueadas* representa uma experiência bem-sucedida de

integração entre TDIC, pesquisa escolar e valorização cultural, reafirmando o compromisso da EPT com a formação integral dos sujeitos. Mais do que um recurso tecnológico, o aplicativo consolidou-se como prática pedagógica transformadora, capaz de dinamizar as aulas, aproximar os estudantes de sua realidade e fortalecer a identidade local.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CIAVATTA, Maria. **Educação básica e educação profissional**: da escola unitária ao trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. **Novas tecnologias na educação**: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 1999.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Éder Márcio Araújo; ROSA, João. As bases conceituais na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Nova Paideia**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 45-62, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rnp.v3i2.69281>. Acesso em: 15 jan. 2025.

9. Guia do estagiário de Técnico em Química

Joicy Machado Bitencourt
j.machadobitencourt@gmail.com

Janessa Aline Zappe
janessazappe@ifsul.edu.br

Introdução

O produto educacional intitulado *Guia do Estagiário de Técnico em Química*, disponível em [\[https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/870827\]](https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/870827) é resultado da pesquisa da primeira autora sobre estágio supervisionado na formação do Técnico em Química do Instituto Estadual de Educação Assis Chateaubriand, do município de Charqueadas - RS.

O estágio supervisionado, por ser uma atividade curricular teórico-prática de aprendizagem, pode constituir-se como ligação para o mundo do trabalho. Dessa forma, a articulação entre teoria e prática, ou seja, o estágio supervisionado junto à interação dos sujeitos, passa a ser um elemento formativo fundamental. Para que essa etapa seja transformadora para a formação dos estudantes do Curso Técnico de Química se faz necessária uma reflexão crítica, a fim de se superar as fragilidades que os estudantes enfrentam

quando ingressam no mercado de trabalho após sua formação teórica.

Dessa forma, a construção de um guia para os estagiários fez parte da pesquisa. Ao longo do presente capítulo, serão apresentadas a justificativa da pesquisa bem como o produto educacional desenvolvido e os resultados de sua avaliação pelos participantes da pesquisa.

Justificativa

A relação entre estagiários e empresas é fundamental para auxiliar o estudante na etapa do estágio supervisionado em um curso técnico profissionalizante, como o de Química, contribuindo com melhorias para as empresas que concedem estágio bem como para os estagiários, possibilitando uma sinergia com o curso Técnico em Química.

Pelo fato de a primeira autora ter um envolvimento profissional com o curso de Técnico em Química do I. E. E. Assis Chateaubriand, do município de Charqueadas, como orientadora de estágio e vivenciar essa etapa junto aos estagiários, muitas vezes com poucas informações a respeito do estágio supervisionado, a presente pesquisa deu ênfase ao curso Técnico de Nível Médio na área de Química.

O *Guia do Estagiário de Técnico em Química* é um produto que se destina aos alunos estagiários e cumpre o objetivo geral da pesquisa de mestrado, que foi desenvolver um programa de estágio que busque integrar escola e empresa com base no perfil do egresso do curso Técnico em Química e nas

demandas da empresa. Assim, o produto educacional busca contribuir para o aprendizado que requer pesquisa da temática (conhecer o assunto), pesquisa diagnóstica (conhecer o que os autores falam sobre o tema) e uma pesquisa pedagógica (estimular discussões com mudanças na prática pedagógica) (Kaplún, 2003).

Para Kaplún (2003, p. 46):

Um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informações, mas sim, um determinado contexto, algo que facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes etc.

Dessa forma, no próximo tópico, será apresentado a organização do guia, que busca comunicar a respeito do estágio e propósitos dessa etapa, bem como orientações e informações, com credibilidade e demonstrando a sua importância ao futuro profissional de forma a colaborar para a melhoria da comunicação entre a instituição, estudantes e empresas concedentes de vagas.

O produto educacional traz informações, dicas e sugestões para os estudantes, auxiliando-os quanto às atividades junto à orientação, durante o período de estágio nas empresas, como a filosofia da escola, a finalidade do curso, o perfil do profissional, o estágio curricular supervisionado, informações do Conselho Regional de Química (CRQ), Fichas de avaliações, entre outras informações. Para isso, propõe-se

que o guia seja entregue ao estagiário de forma digital, no momento da contratação, juntamente com os demais documentos necessários, como o Termo de Compromisso de Estágio, Termo de Compromisso Aluno/Escola e Ficha de avaliação Intermediária.

Produto Educacional

O *Guia do Estagiário de Técnico em Química* é direcionado ao estudante apto ao estágio, mas faz ligação com todos que estão relacionados ao processo de estágio supervisionado: estagiário, I.E.E. Assis Chateaubriand e empresas concedentes de vaga. O material busca auxiliar na formação profissional do aluno do curso de Técnico em Química, tendo como perspectiva a formação humana integral, superando a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (Ciavatta, 2005).

Na elaboração, o Guia foi analisado sob a perspectiva dos três eixos temáticos de Kaplún (2003): o eixo conceitual, o eixo pedagógico e o eixo comunicacional. O eixo conceitual se refere às ideias abordadas pelo produto educacional, sua seleção e organização. O segundo eixo, pedagógico, é articulador entre a mensagem proposta pelo produto e a interação dos sujeitos, identificando o que eles, que são o foco da pesquisa, pensam e sabem. O eixo comunicacional apresenta como o produto é materializado em termos de mensagem, formato e linguagem em uma ligação concreta com os destinatários (Kaplún, 2003).

Segundo Kaplún (2003), o eixo conceitual em um produto educativo se refere à base de conhecimento que o sustenta. No caso do *Guia do Estagiário de Técnico em Química*, essa base foi construída a partir de pesquisa sobre estágio supervisionado, incluindo o que pesquisadores falam sobre o assunto. Essa análise contribuiu para a elaboração do guia, atendendo aos objetivos relacionados à aprendizagem dos estudantes sobre mundo do trabalho, espaço escolar, curso de Técnico em Química, benefícios, direitos e deveres do estagiário, documentação do estágio, elaboração do relatório final e outras informações importantes. Com a inclusão de elementos como apresentação e sumário, os quais facilitam a consulta seletiva dos conteúdos, a estrutura do guia alinha-se à proposta de Kaplún (2003).

Para avaliar a aplicabilidade dessa proposta, o *Guia do Estagiário de Técnico em Química* foi encaminhado em maio de 2024 a um público-alvo composto por alunos maiores de dezoito anos aptos ao estágio, estagiários, egressos e responsáveis pelas empresas concedentes de vagas. Acompanhado do produto educacional, um questionário foi aplicado para coletar dados sobre a percepção dos usuários em relação à sua utilização e organização.

No eixo pedagógico, Kaplún (2003) sugere o caminho a ser percorrido na elaboração do guia com base na determinação dos destinatários, os estagiários e estudantes aptos ao estágio, identificando ideias e a construção de conceitos a serem trabalhados. A faixa etária deve ser levada em conta para um material com efetiva ação, e conforme Kaplún (2003, p. 54) “[...] estamos convidando alguém a

percorrer, que pessoas estamos convidando e onde estão essas pessoas antes de partir”.

Com relação ao eixo pedagógico, houve a interação do estagiário com o produto educacional: o Guia expressou um caminho, convidando o estagiário a segui-lo de forma articulada, por meio do qual se obtiveram respostas rápidas e objetivas com relação à orientação. Espera-se que o estagiário tenha interesse em interagir constantemente com o Guia ao utilizá-lo.

Durante a aplicação dos questionários e entrevistas com os participantes da pesquisa de mestrado da primeira autora, constatou-se que diversos alunos apresentavam falta de conhecimento com relação à documentação de estágio e à elaboração do relatório final, evidenciando a necessidade da escola disponibilizar um material informativo, específico e de fácil acesso para os alunos do curso de Técnico em Química, direcionado tanto aos alunos aptos ao estágio quanto àqueles que já estão estagiando, e com isso atendendo o eixo pedagógico de Kaplún (2003), que destaca a importância de o produto educacional ser relacionado às necessidades de quem se destina.

A estrutura do guia define claramente as etapas do estágio, desde as informações essenciais para inserção do estudante, durante o período de orientação e ao final, contendo desde a história da instituição (I.E.E. Assis Chateaubriand) onde ocorre o curso de Técnico em Química até as atribuições do Instituto e da empresa concedente de vaga. O Guia também destaca os benefícios do estágio, os direitos e deveres do

estagiário e a documentação necessária para o seu ingresso. Para facilitar o acesso e a consulta individual, optou-se pelo formato digital, permitindo que os estudantes o acessem e utilizem onde estiverem.

Kaplún (2003, p. 49), afirma que:

[...] lhe propomos um caminho, que ele é convidado a percorrer uma nova perspectiva que queremos abrir para ele, ou que lhe propomos que descubra. Ao fim desse caminho, poderá ele, ou não, ter efetivamente mudado ou ter enriquecido algumas de suas concepções, percepções, valores etc. De qualquer maneira, a possibilidade estará aberta.

Mesmo com a incerteza quanto à receptividade do *Guia do Estagiário de Técnico em Química* pelos estudantes, tem-se um caminho a ser percorrido. A elaboração do produto educacional está relacionada às compreensões, concepções e valores sobre o objeto de pesquisa: “estágio de Técnico em Química”, conforme evidenciado nas respostas dos questionários e entrevistas aplicados anteriormente.

Em relação ao eixo comunicacional, Kaplún (2003, p. 54) afirma que:

Ainda que o importante seja o caminho, pode ser que, novamente, se deva rever algumas de nossas definições anteriores: se formos de carro, alguns caminhos não são adequados, porque só podem ser feitos a pé, inclusive para que se vejam melhor certos detalhes que não são vistos da janela de um carro.

Conforme proposto por Kaplún (2003), o eixo comunicacional materializa as ideias construídas e conceituadas na etapa anterior, adaptando o formato e a linguagem do produto educacional às características e necessidades do público-alvo. Desenvolvido a partir de documentos oficiais do Instituto, o Guia apresenta informações relevantes para os alunos do curso de Técnico em Química do I.E.E. Assis Chateaubriand, do município de Charqueadas/RS, podendo servir como modelo para a elaboração de materiais semelhantes em outros cursos técnicos, demonstrando a aplicabilidade da metodologia utilizada e contribuindo para a padronização e divulgação de informações importantes.

Kaplún (2003, p. 58) destaca a escolha no eixo comunicacional, afirmando que

sem levar em conta o destinatário da mensagem, sem nenhum esforço comunicacional específico, começa a surgir um longo texto que acumula informação sobre o tema, muito correta tecnicamente, mas pouco útil pedagogicamente e de leitura pesada.

Nesse sentido, propõe-se que a apresentação do *Guia do Estagiário de Técnico em Química* priorize o aspecto visual, utilizando imagens, poucos textos e *links* relevantes, favorecendo uma aplicabilidade e tornando-o mais atrativo ao estudante. Na etapa de elaboração do guia foram tomados cuidados com a apresentação e conteúdo, pois esses elementos transmitem ao estudante a dimensão do conhecimento pretendido com o produto educacional.

Com base nos eixos pedagógico e comunicacional, a linguagem utilizada buscou ser clara, objetiva e acessível associada à sequência de ideias nos textos. A estética e a organização das ideias foram preocupações com o *Guia do Estagiário de Técnico em Química*, destacando o entendimento entre o texto verbal e os elementos visuais, proporcionando uma leitura de fácil compreensão e favorecendo a aplicabilidade do produto educacional, tornando-o mais atrativo ao estudante. Além disso, procurou-se evitar termos excessivamente técnicos, utilizando uma linguagem acessível, sendo esses aspectos fundamentais para a escrita do conteúdo.

Com base nos três eixos citados anteriormente, foram realizados alguns questionamentos ao próprio pesquisador, durante a elaboração do produto educacional, refletindo de forma mais clara e objetiva a que e a quem se propõe:

1. A ideia do produto é importante para o estagiário e/ou empresa?
2. Este produto favorece a orientação de estágio? De que forma?
3. Há informações sobre este tipo de produto para estagiários de nível técnico?
4. A quem se destina especificamente este produto? A faixa etária nesse caso deve ser levada em conta?
5. Há clareza na linguagem e conteúdo para o estagiário?
6. Este produto poderá ser replicado para outros cursos técnicos? De que forma?

Com relação ao contexto da Educação Profissional e Tecnológica, para elaboração do produto educacional, foram consideradas características dos estudantes: se já trabalhavam ou não, se aceitavam estagiar voluntariamente ou com remuneração, se em empresas com ou sem programa de estágio e empresas públicas ou particulares, compreendendo-se a importância da educação profissional e considerando o trabalho como princípio educativo e desafio de promover uma formação integral humana de modo a preparar o estudante para o mundo de trabalho.

Aplicação e avaliação do Produto Educacional

Para a avaliação do produto educacional, o Guia foi enviado para 16 participantes da pesquisa, via e-mail, no mês de maio de 2024. Entre eles, havia os alunos aptos ao estágio, os que estavam estagiando e egressos do curso de Técnico em Química do I.E.E. Assis Chateaubriand - Charqueadas, além dos responsáveis das empresas concedentes de vagas. Além disso, orientando-se que, após a visualização dos conteúdos do *Guia do Estagiário de Técnico em Química*, fosse respondido um breve questionário via formulário disponível no *Google Forms*, para avaliação. O questionário foi elaborado com perguntas abertas e fechadas, em linguagem simples, oportunizando que opiniões e sugestões fossem dadas pelos participantes com o objetivo de contribuir para a melhoria do Guia, podendo ser utilizado como um produto educacional. O material foi composto de 16 perguntas, dividido nos três eixos de Kaplún (2003).

Quadro 1 - Identificação das perguntas do questionário de avaliação.

Perguntas	Categorização
1. Quanto à categoria profissional:	Categoria profissional do respondente
11. Quanto à objetividade e clareza do Guia: 12. Quanto à utilidade do Guia: 14. O Guia permite a compreensão sobre o processo de estágio?	Eixo pedagógico
2. O que você considera essencial no Guia? 3. O que você acha que pode ser dispensável no Guia? Por quê? 13. Quanto à utilização de Guia semelhante para outros cursos: 15. Quais as dificuldades que você observou no Guia?	Eixo conceitual
4. Quanto à atratividade do Guia: 5. Quanto ao formato do Guia: 6. Quanto às cores utilizadas no Guia: 7. Quanto à relação entre imagens e conteúdo do Guia: 8. Quanto à fonte e tamanho da letra do Guia: 9. Quanto às palavras e termos utilizados no Guia: 10. Quanto à quantidade de informações apresentadas no Guia:	Eixo comunicacional

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A pergunta 1 foi a identificação da categoria profissional do respondente; as perguntas 11, 12 e 14 foram relacionadas ao

eixo pedagógico; as perguntas 2, 3, 13 e 15, ao eixo conceitual; e as perguntas de 4 a 10 corresponderam ao eixo comunicacional. As perguntas 2, 3 e 15 foram abertas sobre o que é essencial e o que é dispensável no produto, obtendo-se assim uma contribuição para a melhoria do Guia. Nas perguntas fechadas, de resposta única, as opções para marcação foram: Escala de pontos de 1 a 5 (sendo quanto mais próximo de 1, mais insatisfeito, e quanto mais perto de 5, mais satisfeito), e Sim e Não. A pergunta 16 foi destinada para os comentários adicionais.

Além disso, para preservar a identidade dos sujeitos respondentes, eles foram identificados nas perguntas abertas com a letra “R”, uma codificação para respondente e um número correspondendo à quantidade de pessoas pesquisadas.

Ao todo, obtivemos o retorno de 11 participantes, oito alunos, sendo quatro egressos e quatro estagiários, e três responsáveis pelas empresas concedentes.

A avaliação do Guia revelou que a maioria dos respondentes (72,7%) o percebe como um documento objetivo e claro, o que sugere que as informações nele contidas são facilmente compreensíveis. Além disso, um percentual considerável (81,8%) dos participantes da pesquisa considerou o Guia útil para os estudantes, indicando que ele atende à sua finalidade de orientar e esclarecer o processo de estágio. Diante desses resultados, considera-se que o Guia atende à sua função de auxiliar os estudantes no período de estágio, facilitando a compreensão das etapas necessárias. A

unanimidade entre os participantes quanto à compreensão do processo de estágio após a consulta ao Guia, reforça a eficácia do material em alcançar seus objetivos informativos e esclarecedores.

Todos os respondentes consideram as informações presentes no guia como essenciais. Os respondentes R2 e R6 destacam a relevância das dicas de entrevista para o processo de seleção de estágio, já R3 e R7 citam a importância dos direitos e deveres do estagiário. A maioria dos respondentes não dispensa nenhuma informação do Guia, pois as dúvidas surgem durante o período de estágio, como apontado pelos participantes de forma geral, porém R9 discorda em relação a citar o curso de Magistério na seção sobre a história do Instituto, argumentando que o guia se destina ao curso de Técnico em Química e essa informação não seria relevante. Acredita-se ser uma informação importante, pois faz parte da história e além do curso de Magistério, o texto menciona também o curso de Auxiliar de Desenhista Mecânico, demonstrando a abrangência da instituição anteriormente.

Utilizando a escala de Likert, a pesquisa explorou a percepção dos participantes quanto à viabilidade de aplicar o *Guia do Estagiário de Técnico em Química* em outros cursos técnicos. A maioria dos respondentes (54,5%) demonstrou uma percepção positiva indicando a viabilidade de adaptar o guia para diferentes áreas do conhecimento.

A análise dos dados revela que a maioria dos respondentes não relatou dificuldades no uso do Guia. Apenas

um participante (R3) mencionou limitações no acesso aos *hiperlinks* via dispositivo móvel.

Para avaliar a percepção dos participantes quanto aos aspectos visuais e textuais do Guia, também foi utilizada uma escala Likert. Os respondentes avaliaram diversos elementos, como formato, cores, imagens, conteúdo, a fonte e tamanho da letra e a clareza da linguagem. Os resultados indicam que 72,7% dos participantes consideraram o guia visualmente atrativo, sugerindo que o design do material contribui para despertar o interesse do usuário.

A avaliação da comunicação visual do Guia revelou satisfação dos respondentes. A maioria dos respondentes (90,9%) avaliou positivamente o formato do Guia, enquanto 81,8% consideraram as cores utilizadas adequadas, contribuindo para a atratividade visual. A relação entre imagens e conteúdo também foi avaliada, com 72,7% dos participantes entenderam que as imagens contribuem para a compreensão dos conteúdos abordados sobre o processo de estágio, e 72,7% avaliaram a fonte e tamanho de letra como adequadas para a leitura. A linguagem utilizada, com 81,8% dos respondentes considerando-a clara e precisa. Esses resultados indicam que o design visual do guia contribui significativamente para sua compreensão e atratividade.

A avaliação da quantidade de informações presentes no guia revelou que a grande maioria dos respondentes (81,8%) a considerou como suficiente, indicando que o material atende às necessidades informacionais dos usuários.

A fim de aprofundar a análise e identificar possíveis pontos de melhoria, o questionário incluiu uma questão aberta para comentários e sugestões. No entanto, aproximadamente 50% dos participantes optaram por não responder a essa questão, o que limitou a coleta de dados qualitativos mais aprofundados. A análise das respostas obtidas revela uma avaliação predominantemente positiva do produto educacional, com destaque para a qualidade das informações, a escolha das cores e a pertinência das imagens, conforme destacado pelo respondente R4. No entanto, algumas sugestões de melhoria foram apresentadas. O respondente R3 sugeriu a revisão do conteúdo referente ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), argumentando que o mesmo se encontra desconectado do tema central do Guia. Além disso, o respondente R11 propôs a inclusão de representantes da empresa concedente no processo de revisão do Guia, a fim de integrar a teoria à prática profissional e enriquecer o material com experiências do mundo do trabalho.

Considerações finais

A conclusão da parte teórica do curso de Técnico em Química sugere a necessidade de orientar os estudantes sobre a importância do estágio para sua formação profissional e para a inserção no mundo do trabalho. Diante dessa necessidade, com base em uma pesquisa realizada com alunos e responsáveis pelas empresas concedentes de vagas, foi proposta a elaboração de um *Guia do Estagiário de Técnico em Química* como produto educacional.

O objetivo foi contribuir para que os alunos entendam o processo de estágio e a importância do vínculo da escola com a empresa, através de Termos de Compromisso e Fichas de Avaliação, bem como a relação entre a prática e a legislação regulamentadora do estágio supervisionado de Técnico em Química. A orientação e a contribuição efetivas facilitam a disponibilização de informações sobre o estágio de Técnico em Química e sua importância para que a prática do estágio, na área específica, se concretize.

A análise do *Guia do Estagiário de Técnico em Química* foi realizada com base nos eixos propostos por Kaplún (2003), que orientaram a sua elaboração, demonstrando a importância dos produtos educacionais como ferramentas da Educação Profissional e Tecnológica. O Guia apresenta aos estudantes uma visão ampla do estágio desde sua importância para a formação profissional até as etapas necessárias para a sua realização. Com base na avaliação do *Guia do Estagiário de Técnico em Química*, realizada por alunos e responsáveis das empresas concedentes de estágio, foram realizadas alterações na fonte e no tamanho da letra em alguns trechos do material. Tais alterações servirão para melhorar o acesso às informações pelo usuário.

É importante destacar que o *Guia do Estagiário de Técnico em Química* contribui para a autonomia dos alunos durante o processo de estágio supervisionado do I.E.E. Assis Chateaubriand, complementando a atuação do professor orientador. Com a criação do Guia, os estagiários podem consultar as dúvidas e orientações necessárias a qualquer momento, colaborando para um acompanhamento mais

eficiente do processo de estágio. As adequações foram realizadas no Guia com objetivo de aperfeiçoar o produto educacional produzindo um material educativo e eficaz.

Segundo Kaplún (2003), um produto educacional não deve ser apenas um objeto que proporciona informação, e sim algo que facilita o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado significativa e contextualizada como o estágio. O resultado da avaliação do *Guia do Estagiário de Técnico em Química* pelos alunos e responsáveis das empresas concedentes de vaga foi positiva e contribuiu, de forma significativa, para a sua melhoria, representando uma importante etapa na busca por um ensino de qualidade no I.E.E. Assis Chateaubriand. Através de um processo de avaliação e melhoria contínuas, o guia será uma ferramenta essencial para os alunos aptos ao estágio ou estagiando, contribuindo para a sua formação profissional.

A avaliação do *Guia do Estagiário de Técnico em Química* indicou uma aceitação positiva por parte dos alunos e representantes de empresas concedentes com perspectiva de contribuir com o curso de Técnico em Química. Além disso, o guia apresenta características que permitem sua adaptação a outros cursos técnicos de nível médio em diferentes áreas. A elaboração do Guia foi orientada pela concepção de trabalho como princípio educativo que contribui para a formação integral do aluno e segundo Ramos (2008) não deve ser associado a “aprender fazendo” ou de preparar para o exercício de uma profissão específica, mas reconhecer o trabalho como uma atividade humana para o desenvolvimento individual e

social. No contexto do estágio, é a integração da prática com a teoria, a ciência, a tecnologia e a cultura.

O *Guia do Estagiário de Técnico em Química* elaborado nessa perspectiva, apresenta aos alunos como entender o estágio enquanto uma oportunidade de aprendizagem significativa e não apenas de adquirir habilidades técnicas, contribuindo para a sua formação como cidadãos conscientes e críticos.

Referências

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência do aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 12 jan. 2023.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. [S. l.], 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 3 mai. 2023.

10. Sequência de videoreportagens em revista digital: a experiência de educação continuada no TJRS

Edenir Gomes

edenirgomes@gmail.com

Maria Raquel Caetano

mariacaetano@ifsul.edu.br

Introdução

Trata-se de produto educacional elaborado durante o curso de mestrado, vinculado à pesquisa intitulada “Educação Continuada em EAD para trabalhadores do Judiciário Estadual: a experiência do TJRS”, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O produto denominado “Sequência de videoreportagens em revista digital: a experiência de educação continuada no TJRS” é um recurso educacional multimídia, que, são disponibilizados em além de registrar o contexto histórico da escola do poder judiciário estadual do Rio Grande do Sul, também mostra como é realizada a atividade formativa para os servidores.

A revista possui o título “Acadêmico & Digital”, tem funcionalidade e possibilidade de uso apenas em meio digital, pois os conteúdos são disponibilizados em vídeo. O

leitor/espectador tem a possibilidade de ler os títulos e pequenos textos indicativos dos conteúdos em cada página, porém somente conhecerá o conteúdo proposto ao clicar e assistir às videorreportagens que estão no YouTube. A revista foi criada em um *site* gratuito da Wix e permite acesso a todos que possuem o *link*. Todos os vídeos foram produzidos, elaborados e editados especificamente para a pesquisa, assim, há temas relativos ao referencial teórico e também ao objeto da dissertação, que versou sobre a educação continuada no judiciário estadual gaúcho. Assim, podemos citar os temas Educação Continuada, Trabalho como Princípio Educativo, Educação no Poder Judiciário, Memórias da Educação no Poder Judiciário, dentre outros correlatos.

O produto foi testado em um grupo de docentes da escola do judiciário estadual e poderá ser utilizado pelos docentes dessa instituição, nos cursos de Formação. Contribui também para o registro da memória da educação no Poder Judiciário, pois, conforme foi evidenciado na pesquisa, esse registro não existia. Então, o produto possibilitará ao público ouvir as narrativas de quem participou da história de criação da escola e assim conhecer sobre a educação dos trabalhadores do poder judiciário estadual.

Produto Educacional

Para a elaboração do Produto Educacional foram de importância ímpar as informações da própria pesquisa, que se tornaram textos jornalísticos; a participação dos desembargadores, dos servidores do TJRS que trabalham na

escola do Cjud e demais docentes magistrados, pois além de concordarem em participar, gravaram valiosas entrevistas. Da mesma forma os professores do ProfEPT.

O Produto Educacional, foi uma produção audiovisual, estruturada e apresentada por meio de uma sequência de videorreportagens em revista digital. A Revista aborda temas como Educação, Trabalho, Trabalho como Princípio Educativo, Tecnologia em suas interações com a Educação, a Educação Continuada para trabalhadores e a experiência de Educação Continuada para trabalhadores do TJRS. Para esta finalidade o produto mostra a história e a atuação da escola do judiciário gaúcho: como surgiu, qual a proposta de formação para os servidores, quais as metodologias e estratégias de ensino. Mostra imagens dos bastidores, estúdios, estações de edição, e entrevistas com as pessoas que idealizaram o centro e outras que fazem os cursos de formação acontecerem.

Em conjunto foram realizadas entrevistas com professores do ProfEPT para falarem do conceito e aspecto do trabalho, o trabalho como princípio educativo, currículo, EAD, educação continuada, fazendo uma relação desses temas com a experiência de Educação do TJRS. A participação foi facultativa e voluntária. Os participantes assinaram um termo de cessão de uso de imagem que está no apêndice 4 desta dissertação, dando consentimento para a veiculação de suas entrevistas no presente trabalho científico.

Cumprir informar que a videorreportagem é um produto midiático realizado por um único profissional, desde o planejamento do roteiro, produção de conteúdo, filmagem,

edição, sonorização e pós-produção. O registro por meio de vídeo poderá permitir ainda a futuros pesquisadores visualizarem a prática do judiciário gaúcho na formação em EAD para trabalhadores e avançarem a investigação sob outros aspectos, ou mesmo podem aprofundar o estudo ora desenvolvido.

O Produto Educacional foi exibido para um grupo de professores do programa de Mestrado do ProfEPT – IFSul, e para servidores do TJRS que participaram das gravações. Posteriormente os participantes responderam a um questionário com perguntas fechadas e abertas, sobre as impressões a respeito do produto. Os dados foram analisados e avaliados seguindo os critérios do método misto da pesquisa qualitativa e quantitativa.

O Produto Educacional, segundo Kaplún (2002), serve para facilitar a experiência de aprendizado. Além de proporcionar informação deve facilitar ou apoiar o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado. Segundo o autor, dessa experiência deve resultar enriquecimento conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes. A proposta de Kaplún (2002) é que a produção de mensagens educativas tenha como parâmetro a observação de três eixos: conceitual, pedagógico e comunicacional. Segundo o autor, é preciso que haja equilíbrio entre os três para que os materiais cumpram o seu papel de proporcionar experiência de aprendizado. Para conseguir esse equilíbrio, seria necessária uma equipe multidisciplinar, com a conjunção dos vários saberes articulados e não simplesmente justapostos. A experiência da mestrandia, possuidora de formação e atuação

nas áreas do Direito, Educação e Comunicação contribuiu para a elaboração de um produto próximo do modelo indicado por Kaplún. A própria vivência no Cjud tem demonstrado que é realmente necessária a atuação de uma equipe multidisciplinar para que os produtos educacionais sejam suficientemente interessantes e aptos a incentivarem e mediarem as experiências de ensino/aprendizagem.

O conteúdo da presente pesquisa, e consequentemente do Produto Educacional é relevante para os estudantes de todos os níveis de Educação, pois traz esclarece sobre o Poder Judiciário, sua política de formação continuada, estratégias do Ensino EAD. Esse conhecimento faz parte do currículo do cidadão, que precisa conhecer como funciona a sociedade onde vive. Conforme explica Zabala (1998), há os conteúdos tradicionais, oficiais, e os ocultos, e todos são importantes para a formação dos alunos.

Segundo o autor, conteúdo é “tudo quanto se tem que aprender para alcançar determinados objetivos” (Zabala,1998, p.30). Nesse aspecto justifica-se que a escola conheça mais sobre o judiciário. As ações praticadas pelo Poder Judiciário resultam em reflexo para toda a população, ainda que estejamos falando de ações formativas, pois, se os servidores se formam continuamente no trabalho, prestarão bons serviços ao público e atingir o objetivo do Poder Judiciário. Zabala faz uso da classificação de conteúdos feita por Coll (1989), para explicar os fenômenos educativos. Assim, os conteúdos são conceituais, procedimentais ou atitudinais. Conforme Zabala, a experiência nos mostra que muitos conteúdos são conceituais, alguns são procedimentais e poucos são

atitudinais. O autor esclarece que os conteúdos são apreendidos pela mente humana de forma indissociável e apenas para efeito de estudo com vistas a compreender o pensamento e o comportamento humanos é que se realiza a separação, assim “queremos ensinar ou nos deter no aspecto factual, conceitual, procedimental ou atitudinal do trabalho de aprendizagem a ser realizado” (Zabala, 1998, p. 40).

Sobre a forma como utilizamos essas informações para criar o produto educacional, procuramos delimitar o público-alvo, para que a mensagem seja mais assertiva; investigar os saberes prévios, conflitos conceituais; verificar o predomínio dos aspectos que compõem os conteúdos, se procedimentais, atitudinais, factuais, conceituais para melhor elaborar os conteúdos em si e a forma de propô-los. Sobre o veículo para comunicar a mensagem, um produto multimídia, agregando diferentes formatos de comunicação: texto, vídeo, *spot* etc, seria o ideal para atingir o objetivo desejado.

Conhecer os critérios de avaliação de um Produto Educacional ajuda sobremaneira na produção, pois permite ao desenvolvedor deste produto o saber com antecedências quais as expectativas do público que deverão ser satisfeitas. Nesse sentido, Ruiz (2014) sugere cinco componentes que devem estar nas perguntas avaliativas dos produtos educacionais: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação. A partir daí e considerando as teorias de Kaplún e Zabala, Chisté Leite (2018) apresenta um instrumento avaliativo composto de seis eixos, cada um com várias perguntas, as quais a autora denomina descritores. Os eixos são os seguintes: (A) Estética e organização do material educativo; (B)

Capítulos do material educativo; (C) Estilo de escrita apresentado no material educativo; (D) Conteúdo apresentado no material educativo; (E) Propostas didáticas apresentadas no material educativo; (F) Críticidade apresentada no material educativo.

A autora explica que nem sempre os descritores e os seis eixos vão servir para todas as pesquisas, em razão das especificidades, ou seja, esses elementos avaliativos não são universais, “tendo em vista que cada material terá um tema, um público-alvo, um objetivo, e será organizado em capítulos com organização específica” (Chisté, 2018, p.9). No entanto, é importante adotarmos parâmetros para a avaliação. A autora defende que o produto precisa ser elaborado com a participação dos envolvidos na investigação científica; o produto deve ser atraente e não um simples apêndice da dissertação; o produto deve ser voltado para a realidade do público-alvo.

Três aspectos relevantes a serem considerados no planejamento e desenvolvimento de Produtos Educacionais são a problematização, a contextualização e a dialogicidade, cuja base teórica é encontrada em Freire e Faundez (1985).

Sobre a **problematização** os autores defendem que os alunos devem ser instigados a perguntar, sempre, todos os dias, para que possam construir o seu conhecimento. Um ensino em que são dadas apenas as respostas e os alunos têm a curiosidade podada é considerado autoritário. Para não incorrer nesse erro, o educador precisa correr o risco de abalar suas certezas, precisa estimular a capacidade dos alunos de

assombrarem-se, de se sentirem perturbados pelas dúvidas. Esse é o verdadeiro processo de ensino/aprendizagem, pois o início do conhecimento é a pergunta. Em outras palavras, a problematização é o ponto de partida da ação pedagógica.

Em relação à **contextualização**, os autores revelam que a cotidianidade é onde estão as perguntas que serão trazidas para a sala de aula pelos alunos. O educador precisa vivenciar, conhecer, para poder se apropriar desse cotidiano e assim praticar uma ação pedagógica com real significado para o seu aluno.

Não existe trabalho educacional melhor ou pior, o que existem são trabalhos diferentes, propostas diversas, a partir de cada contexto. Não adianta querer impor modelos a serem seguidos, pois, se esses modelos não refletem a real necessidade de conhecimento dos alunos, então haverá apenas imposição, e não educação. De modo contrário, se a proposta de educação é elaborada junto com o grupo, a partir de sua cotidianidade, então esse grupo poderá compreender melhor o ensino. É importante não se adotar modelos prontos, pois o que funciona em dada realidade, pode não ser adequada para outra realidade dissemelhante. Nesse sentido, Freire (1985, p.21) diz que

a única maneira que alguém tem de aplicar, no seu contexto, alguma das proposições que fiz é exatamente refazer-me, quer dizer, não seguir-me. Para seguir-me, o fundamental é não seguir-me.

A **dialogicidade** é a base para o processo educativo, segundo Freire e Faundez (1985), ou seja, o educador precisa conhecer a realidade do educando, penetrar nela, apreender, se apropriar, para então, junto com o grupo, inserir o seu conhecimento de educador a fim de construir o processo de ensino/aprendizagem. Tem que haver o diálogo entre o saber docente e o saber comunitário, o local, o do grupo atendido por esse educador. A falta de dialogicidade entre a ciência e o saber popular, pode resultar no insucesso de um projeto que tinha a melhor das intenções (Freire; Faundez, 1985).

Os aspectos da dialogicidade, contextualização e problematização, trazidos por Freire e Faundez (1985) convergem para as mesmas orientações de Chisté Leite (2018), pois as duas teorias defendem que um bom produto educacional precisa ter a participação do público que será o alvo desse produto, exige que o pesquisador conheça a realidade sobre a qual pretende agir e que haja interação harmônica entre o conhecimento científico e o saber do público destinatário do produto, seja ele formado por alunos, professores, comunidades.

Planejamento do Produto Educacional

Título do produto: Sequência de videorreportagens em revista digital: a experiência de educação continuada no TJRS.

Título da pesquisa vinculada ao produto: Educação Continuada em EAD para trabalhadores do Judiciário Estadual: a experiência do TJRS.

Apresentação do produto: No Produto Educacional “Sequência de videorreportagens em revista digital: a experiência de educação continuada no TJRS” é possível assistir várias videorreportagens, na sequência que o leitor/espectador preferir. Cada página contextualiza o tema e oferece um link para os vídeos. Todos os temas abordados guardam relação entre si e com a educação como princípio educativo, e servem de base para a compreensão da experiência de Educação Continuada do TJRS. Além de oferecer um relato sobre uma experiência de educação continuada para trabalhadores, este produto pode inspirar os educadores a mesclarem a tecnologia com os conteúdos a serem ensinados, para inspirarem o aprendizado dos mais diversos temas.

Descrição detalhada: Trata-se de uma revista criada para ter funcionalidade e possibilidade de uso apenas em meio digital. A revista possui o título “Acadêmico & Digital”, tem ilustrações e pequenos textos escritos remetendo aos conteúdos e convidando os leitores/espectadores a clicarem em algum elemento da página para serem conduzidos à videorreportagem que está postada no YouTube.

A autora criou uma conta gratuita no *site* da Wix para colocar a revista e assim permitir o acesso de todos. A postagem foi editada no site de modo que o leitor/espectador consiga visualizar tanto pelo celular quanto pelo computador. Essa preocupação teve o objetivo de possibilitar o mais amplo acesso e uso do produto pelos interessados, considerando que o celular é o principal meio utilizado. A revista pode ser acessada pelo *link* <https://edenirgomes.wixsite.com/ensino>.

Existe também a opção de disponibilização em PDF, com *links* interativos que levam diretamente para os vídeos do YouTube.

São 20 vídeos, sendo um deles específico de referências bibliográficas, contendo também o currículo da autora. Dois vídeos são entrevistas feitas com docentes e com trabalhadores internos do CJud. Outros dois vídeos trazem a avaliação da educação no TJRS feita por professores do ProfEPT. Há 14 vídeos sobre subtemas da pesquisa, como Educação, Trabalho, Educação Continuada, EAD, Trabalho como Princípio Educativo, Educação Continuada para Trabalhadores, a Educação no Poder Judiciário, entre outros temas correlatos. E, por fim, há um vídeo com um Programa chamado Memórias da Educação, contendo entrevistas e detalhes importantes da história do CJud.

Os 14 vídeos possuem duração entre um e cinco minutos e outros 6 maiores, contêm a narrativa histórica do CJud e entrevistas, cuja duração varia entre dez a trinta minutos. Ou seja, os vídeos mais longos relatam o próprio estudo de caso, objeto central desta pesquisa. O motivo de inserir as videorreportagens em um livro foi para permitir que os vídeos fiquem agrupados em um único recurso pedagógico – no caso, a revista – e para que este recurso possa circular facilmente, por email, grupos de redes sociais etc. Não existe pré-requisito entre os temas, de modo que é plenamente possível compreender cada vídeo isoladamente. O conjunto das videorreportagens, no entanto, possibilita a compreensão do tema com solidez. As videorreportagens têm imagem, texto, narração e entrevistas, em edições de no máximo cinco minutos de duração, para provocarem o interesse, sem cansar.

Os temas foram abordados de forma didática, em linguagem acessível, sem abrir mão do aspecto científico.

Público-alvo do produto: O produto foi testado em um grupo específico de docentes do CJud e poderá ser utilizado pelos docentes dessa instituição, nos cursos de Formação e será encaminhado para ser disponibilizado no Memorial do Judiciário, espaço criado para retratar a história da instituição. O Memorial é aberto à visitação pública. Em parceria com escolas, desenvolve projetos de visitas guiadas, oportunidade em que os alunos assistem vídeos sobre o TJRS. A Revista é produto apropriado para o Memorial, por registrar a história da escola própria do judiciário. Apesar de não ter sido testado com outros públicos, o produto certamente poderá ser utilizado nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica e em outros com temática afim, por apresentar vídeos que abordam sobre trabalho, educação integral, trabalho como princípio educativo e reportagens para entendimento sobre aspectos gerais do poder judiciário e seu funcionamento. A linguagem de fácil compreensão satisfaz os estudantes secundaristas, sem deixar de ser interessante para os graduandos e pós-graduandos, já que há conteúdos para todos os públicos.

Gestores educacionais podem ser público para a revista digital, pois podem conhecer a experiência de Educação Continuada do TJRS, a fim de enriquecerem seus conhecimentos ampliam o leque de possibilidades com o exemplo trazido. Até mesmo nos espaços não escolares os vídeos contidos na revista poderão cumprir importante papel informador e formador, em relação a todos os temas abordados. A forma de disponibilização do material através de

vídeos atrai o público, prende a atenção e contribui para o compartilhamento das informações; ideal para os espaços não escolares que congregam um público menos letrado.

Problematização (como ponto de partida da ação pedagógica): O Produto Educacional, uma produção audiovisual sobre a Experiência do Poder Judiciário na realização de Educação Continuada pretendeu verificar se essa educação para trabalhadores guarda relação com o trabalho como Princípio Educativo. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com pessoas que participam dessas ações de educação no Poder Judiciário, e com professores do ProfEPT. Várias perguntas instigaram a elaboração do Produto Educacional: o que realmente pretendo mostrar nesse vídeo? Que conhecimentos prévios o público precisa ter para compreender o Produto? Quem é esse público?

Onde foi aplicado/experimentado: O Produto foi aplicado para docentes e servidores do CJud, a escola do judiciário gaúcho, ouvidos na pesquisa.

Resultados alcançados com o produto

A expectativa com a exibição da sequência de videorreportagens em revista digital foi verificar se os participantes da pesquisa consideraram satisfatório o produto nos aspectos técnico e de conteúdo. Saber se o produto foi apto a documentar a experiência de educação continuada para os trabalhadores do TJRS; a importância da educação continuada desenvolvida pela escola judiciária para os trabalhadores; o contexto histórico do surgimento da escola do judiciário

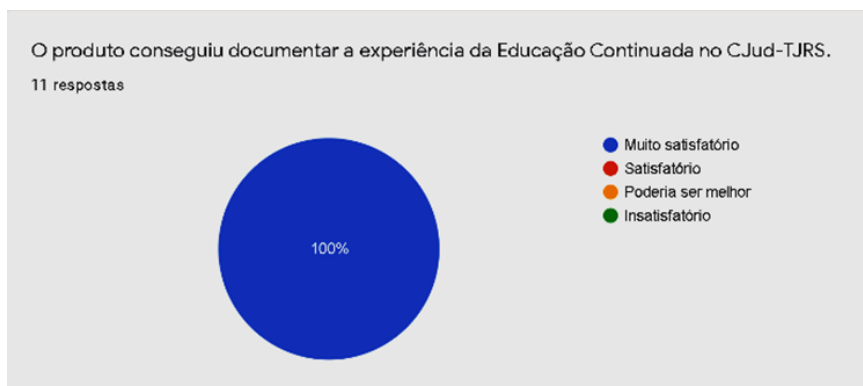
gaúcho; se conseguiu explicitar conceitos de educação, trabalho, o trabalho como princípio educativo, a classe-que-vive-do-trabalho. Para os professores que tiverem contato com esse produto, fica a provocação para refletirem se a experiência pode ser apropriada pela escola enquanto instituição de educação formal e por outras instituições de educação comunitária, não escolar.

Aplicação do Produto

O Produto Educacional, a sequência de videorreportagem em revista digital, foi enviado por email para os docentes participantes da pesquisa e para os servidores do CJud. Além disso foi encaminhado um formulário, com as seguintes perguntas estruturadas: O produto conseguiu documentar a história da educação continuada no CJud? O Produto conseguiu explicar como funciona a Educação Continuada no Poder Judiciário? O Produto retratou a importância da Educação Continuada para os trabalhadores do Poder Judiciário? A pesquisa conseguiu explicitar conceitos fundamentais como trabalho, educação, trabalho como princípio educativo? Considerando a necessidade da transparência nos investimentos com verba pública, as informações sobre o projeto de Educação no TJRS, mostradas na revista digital, são relevantes para a população? A linguagem e a forma de comunicar foram claros? Como você avalia o produto educacional no aspecto técnico (qualidade das imagens, fontes de letras, edição, cores, layout, áudio, trilhas sonoras, vídeo)? Como você avalia o produto educacional no aspecto de conteúdo? Você gostaria de acrescentar mais

alguma crítica, sugestão, comentário, contribuição? Doze entrevistados receberam por email o formulário de avaliação do Produto Educacional, onze responderam a pesquisa. Passamos a expor os resultados em percentuais, com as respectivas ilustrações em gráficos, gerados pelo sistema *Google Forms*. Dentre os nove aspectos questionados, 100% (cem por cento) dos entrevistados consideraram o Produto muito satisfatório em três aspectos: Conseguiu documentar a experiência de Educação Continuada no TJRS; retratou a importância da Educação Continuada para os trabalhadores do Poder Judiciário; A linguagem utilizada e a forma de comunicar foram claros. A título de ilustração, abaixo consta a figura de uma das perguntas cujas respostas foram unânimes:

Figura 1: Pergunta 1, imagem gerada pelo *Google Forms*.



Fonte: Autor (2025).

Um percentual de 90% considerou o produto muito satisfatório e 10% considerou satisfatório em cinco aspectos: conseguiu explicar como funciona a Educação Continuada no

Poder Judiciário; conseguiu explicitar conceitos fundamentais como trabalho, educação, trabalho como princípio educativo; considerando a necessidade da transparência nos investimentos com verba pública, as informações sobre o projeto de Educação no TJRS, mostradas na revista digital, são relevantes para a população; o produto, sequência de **videorreportagens**, tem potencial para ser utilizado como recurso educacional; como você avalia o produto educacional no aspecto de conteúdo. Por serem iguais os cinco gráficos dos aspectos acima elencados, vamos utilizar apenas um, a título exemplificativo.

Figura 2: Pergunta 6, imagem gerada pelo *Google Forms*.

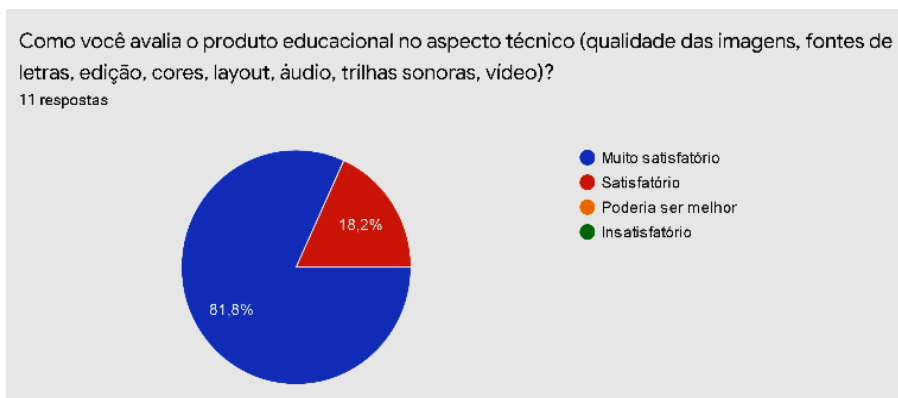


Fonte: Autor (2025).

No aspecto técnico (qualidade das imagens, fontes de letras, edição, cores, layout, áudio, trilhas sonoras, vídeo), 80% considerou muito satisfatório e 20% considerou satisfatório.

Sequência de videorreportagens em revista digital: a experiência de educação continuada no TJRS

Figura 3: Pergunta 8, imagem gerada pelo *Google Forms*.



Fonte: Autor (2025).

A pergunta subjetiva “Caso queira, use este espaço para acrescentando alguma outra sugestão, crítica, comentário, contribuição:” obteve uma resposta, conforme abaixo transcrita:

Pesquisas como essa enriquecem o conhecimento o projeto de educação e inúmeros cursos do CJud permitem a permanente atualização dos servidores e a apropriação através do desenvolvimento de novas ferramentas, habilidades e competências aplicáveis no âmbito das atividades dos servidores do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul.

A aplicação da pesquisa pelo formulário *Google Forms* comprovou, portanto, total satisfação dos entrevistados nos aspectos que são os mais importantes do Produto: documentar a Educação Continuada no TJRS; retratar a importância da Educação Continuada para os trabalhadores e fazer o relato da experiência de Educação Continuada de forma clara e objetiva.

Quanto aos demais aspectos, entre eles o técnico, dois entrevistados consideraram não plenamente satisfatório o Produto, porém não indicaram nenhuma crítica, oportunidade de melhoria ou fundamentação para a resposta, o que inviabiliza a autora de realizar mudanças para sanar possíveis falhas do produto.

Considerações Finais

A pesquisa que inspirou esse produto educacional teve a pretensão de conhecer a Educação Continuada oferecida para os trabalhadores do TJRS e sua relação com o trabalho como princípio educativo. Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre os assuntos tangentes à pesquisa como educação, tecnologia, trabalho, classe trabalhadora, trabalho como princípio educativo, educação continuada, educação tecnológica, educação no Poder Judiciário, educação no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Como havia assuntos ainda não documentados, como a história da criação do CJud, foram necessárias entrevistas para compor os escritos, pois nem todas as informações estavam explicitamente registradas.

No estado da arte se constatou a carência de pesquisas sobre o tema da formação continuada para trabalhadores do judiciário. A escassez de pesquisas sobre o tema da educação continuada para trabalhadores do judiciário, é um indicativo de carência cuja presente pesquisa pode auxiliar para ajudar a sanar. Considerando que as informações da pesquisa se tornaram conteúdo para as videorreportagens da revista, que foi o produto educacional resultante, constatamos então a

relevância do referido produto como repositório para futuras investigações científicas, como recurso didático e também como registro histórico da educação continuada no judiciário estadual gaúcho. A própria testagem do produto evidenciou a importância e qualidade da revista digital para as atividades educativas.

Referências

ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2006.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução nº 111, de 6 de abril de 2010**. Institui o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJud. Brasília, DF: CNJ, 2010. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/130>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução nº 159, de 12 de abril de 2012**. Altera o art. 2º da Resolução nº 111, de 6 de abril de 2010. Brasília, DF: CNJ, 2012. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/972>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução nº 192, de 8 de maio de 2014**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2014. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2012>. Acesso em: 29 mar. 2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 51-68.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CONGRESSO DA APP – SINDICATO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, 6., 1995, Foz do Iguaçu. **Painel Escola: dominação ou transformação**. [S. l.], 1995. 1 vídeo (55 min.). Publicado pelo canal APP Sindicato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwBl6BO8jo>. Acesso em: 24 mar. 2020.

DEMO, Pedro. O aluno precisa aprender a produzir conhecimento próprio. **Revista da ESPM**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 124-131, set./out. 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira. Projeto científico: onde se insere no processo de investigação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 31-50.

FIALHO, Neusa; HETKOWSKI, Tânia Maria. Mestrados profissionais em educação: novas perspectivas da pós-graduação no cenário brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 19-34, jan./mar. 2017.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e profissionalização do educador frente aos novos desafios. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 8., 1996, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 1996. p. 389-406.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 67-80.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência do aprendizado. *In*: CONGRESSO DA ALAIC (ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE PESQUISADORES DA COMUNICAÇÃO), 6., 2002, Santa Cruz de la Sierra. **Anais [...]**. Santa Cruz de la Sierra: ALAIC, 2002. p. 46-60.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de

avaliação coletiva de materiais educativos. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ), 7., 2018, Bahia. **Atas** [...]. Bahia: CIAIQ, 2018. v. 1. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656> Acesso em: 3 jun. 2020.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARIN, Alda Junqueira. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 36, p. 13-27, 1995.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

NASCIMENTO, Maria das Graças. A formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Magistério**: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 51-68.

NÓVOA, António. Concepções e práticas da formação contínua de professores. In: NÓVOA, António (org.). **Formação contínua de professores**: realidade e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991. p. 15-38.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. [S. l.], 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 3 mai. 2023.

RUIZ, Lucila *et al.* **Producción de materiales de comunicación y educación popular**. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SEMINÁRIO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE
SÃO PAULO, 2016, São Paulo. Mesa: **O trabalho como princípio
educativo**: desafios e perspectivas da cidade de São Paulo. [S. l.],
2016. 1 vídeo (2 h 12 min). Publicado pelo canal Oficina Municipal.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PYoeJJ302y0>.
Acesso em: 23 mar. 2020.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de
ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10. ed. São
Paulo: Libertad, 2002.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre:
Artmed, 1998.

Para além das páginas

Este e-book nasce do encontro entre pesquisa, prática educativa e compromisso social. Mais do que reunir produtos educacionais desenvolvidos em diferentes contextos, esta obra representa trajetórias de professores, pesquisadores e estudantes que acreditam na educação como possibilidade concreta de transformação humana, profissional e social.

Cada produto aqui apresentado carrega histórias, desafios, inquietações e esperanças. São materiais construídos a partir da realidade vivida nos espaços educativos, elaborados não apenas para cumprir exigências acadêmicas, mas para responder a demandas reais da comunidade, da escola, do mundo do trabalho e da formação humana integral. Nesse sentido, os produtos educacionais ultrapassam a condição de simples instrumentos didáticos: tornam-se mediadores de experiências, de aprendizagens e de emancipação.

Ao longo desta obra, evidencia-se a potência dos produtos educacionais como dispositivos capazes de aproximar teoria e prática, pesquisa e intervenção, ciência e cotidiano. Sua relevância está justamente na possibilidade de circulação, adaptação, utilização e replicação em diferentes contextos formativos, respeitando as especificidades locais sem perder o compromisso com a democratização do conhecimento.

Espera-se que este material não permaneça restrito às páginas deste *e-book* ou aos espaços institucionais em que foi produzido. Que possa ser lido, compartilhado, recriado, problematizado e ressignificado por docentes, estudantes, pesquisadores e demais profissionais da educação. Que inspire novas práticas, novas pesquisas e novos olhares sobre os desafios contemporâneos da Educação Profissional e Tecnológica e da formação humana.

A construção de produtos educacionais exige sensibilidade para ouvir a realidade, rigor científico para investigar os problemas e coragem para propor caminhos possíveis. Por isso, este trabalho também é um reconhecimento ao esforço coletivo de todos aqueles que acreditam na pesquisa aplicada como instrumento de transformação social.

Agradecemos aos autores e às autoras que compartilharam seus conhecimentos, experiências e práticas; às instituições de ensino e pesquisa que fomentam a produção científica comprometida com a sociedade; aos orientadores, colegas e estudantes que contribuíram direta ou indiretamente para a construção deste material; e, sobretudo, aos educadores que diariamente resistem, inovam e reinventam o ato de ensinar.

Que este *e-book* permaneça vivo em sua finalidade maior: contribuir para uma educação pública, crítica, inclusiva, democrática e socialmente referenciada. E que cada leitor encontre nestas páginas não apenas informações, mas possibilidades de ação, reflexão e transformação.

Porque todo produto educacional só alcança plenamente seu sentido quando deixa de ser apenas produção acadêmica e passa a integrar a prática, a experiência e a vida das pessoas.

Autores da coletânea

Carolina Mendonça Fernandes de Barros

Professora do ProfEpt – IFSUL – Câmpus Charqueadas

E-mail: carolinabarros@ifsul.edu.br

Edenir Gomes

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica – IFSUL,
Câmpus Charqueadas

E-mail: edenirgomes@gmail.com

Elizabeth Fernandes

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

E-mail: ensinotecinveste@gmail.com

Fernanda Maurenre Machado

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica – IFSUL,
Câmpus Charqueadas

E-mail: fmauren37@gmail.com

Fernanda Velela Camacho

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica – IFSUL,
Câmpus Charqueadas

E-mail: fernandacamacho@ifsul.edu.br

Gabriel de Castro Tereza

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – IFSUL,
Câmpus Charqueadas

E-mail: mgabrielct272@gmail.com

Janessa Aline Zappe

Professora do ProfEpt – IFSUL – Câmpus Charqueadas

E-mail: janessazappe@ifsul.edu.br

Joicy Machado

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica – IFSUL,
Câmpus Charqueadas

E-mail: j.machadobitencourt@gmail.com

José Edimilson Kobber

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense,
Câmpus Charqueadas

E-mail: edimilsonkober@gmail.com

Luciana Neves Loponte

Professora do ProfEpt – IFSUL – Câmpus Charqueadas

E-mail: lucianaloponte@ifsul.edu.br

Luiz Claudio de Almeida Teodoro

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

E-mail: luiz_teodoro@yahoo.com.br

Maria Raquel Caetano

Professora do ProfEpt – IFSUL – Câmpus Charqueadas

E-mail: mariacaetano@ifsul.edu.br

Rafael Theis Dittgen

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense,
Câmpus Charqueadas

E-mail: rafaeldittgen@ifsul.edu.br

Renata Porcher Scherer

Professora do ProfEpt – IFSUL – Câmpus Charqueadas

E-mail: renatascherer@ifsul.edu.br

Roberta Pizzio Carneiro

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Câmpus Charqueadas

E-mail: betapizzio@hotmail.com

Vivian Iracema Marques Ritta

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Câmpus Charqueadas

E-mail: vivianritta@ifsul.edu.br

Walkiria Helena Cordenonzi

Professora do ProfEpt – IFSUL – Câmpus Charqueadas

E-mail: walkiriacordenonzi@ifsul.edu.br



Logomarca criada por
Patrícia Koschier Buss Strelow
CCS – IFSul
Registro INPI nº 918861861

Este livro foi editorado com as fontes Aptos, Arial e Bahnschrift
SemiBold SemiCondensed.

Versão digital (*e-book*), em acesso aberto, disponível em:

<http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul>

A obra reúne artigos sobre produtos educacionais desenvolvidos no PROFEPT, destacando sua potência formativa e investigativa. Apresenta experiências e metodologias aplicadas na EPT, articulando teoria, prática e demandas reais. Os capítulos mostram recursos, intervenções e inovações pedagógicas que qualificam o ensino. A coletânea evidencia pesquisas aplicadas e reafirma o papel transformador dos produtos educacionais na Rede Federal.